



**ROSANE LEMOS BARRETO CUSTODIO
DJAMILA GOULART MARTINS**

PRÁTICA INTERDISCIPLINAR

UMA PRÁTICA SEM FRONTEIRAS



EDITORA FUCAP

ORGANIZADORAS
ROSANE LEMOS BARRETO CUSTODIO
DJAMILA GOULART MARTINS

PRÁTICA INTERDISCIPLINAR:
UMA PRÁTICA SEM FRONTEIRAS



Capivari de Baixo

2020

Copyright © 2020 by Editora FUCAP.

Título: Prática interdisciplinar: uma prática sem fronteiras.

Organização: Rosane Lemos Barreto Custodio e Djamila Goulart Martins.

Editoração: Andreza dos Santos.

Capa: Andreza dos Santos.

Revisão: Dos Autores.

CONSELHO EDITORIAL

Expedito Michels (Presidente)

Emillie Michels

Andreza dos Santos

Dr. Diego Passoni

Dr. José Antônio da Silva

Dr. Nelson G. Casagrande

Dr. Roberto M. da Silveira

Dr. Rodolfo Lucas Bortoluzzi

Dr. Rodrigo Luvizotto

Dra. Jamile Marques

Dr. Hamilcar Boing

Dra. Beatriz M. de Azevedo

Dra. Patrícia de Sá Freire

Dra. Joana Dar'c S. da Silva

Dra. Solange Maria da Silva

Dr. Paulo Cesar L. Esteves

Dra. Adriana C. Pinto Vieira

P88p

Prática interdisciplinar: uma prática sem fronteiras. / Rosane Lemos Barreto Custodio e Djamila Goulart Martins. (org.)

Capivari de Baixo: Editora FUCAP, 2020.

126 p.; il.

ISBN: 978-68-87169-10-1

1. Estudo da educação. 2. Formação docente. I. Custódio, Rosane Lemos Barreto. II Martins, Djamila Goulart. III. Título.

CDD 370.7

(Catalogação na fonte por Andreza dos Santos – CRB/14 866).

Editora FUCAP – Avenida Nilton Augusto Sachetti, nº 500 – Santo André. Capivari de Baixo/SC.

CEP: 88745-000.

Todos os direitos reservados.

Proibidos a produção total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos de autor (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo art. 184 do Código Penal.



EDITORA FUCAP

Publicado no Brasil – 2020.

PRÁTICA INTERDISCIPLINAR: UMA PRÁTICA SEM FRONTEIRAS

Artigos de Pós-Graduação em nível de Especialização em Prática Interdisciplinar
na Educação Infantil e Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial da
Faculdade Capivari, sob orientação da
Profa. M.a. Rosane Lemos Barreto Custodio.

COLABORADORES

Adriana dos Santos Silveira
Crislêine da Silva de Souza
Daluar dos Santos Marcelino
Édina Analu Steffen Feuser
Elisa Ubiali Gomes
Fabíola Machado Camilo da Rosa
Flávia da Silva Corrêa
Gislaine Farias da Silva
Ivone Miguel Deodato
Jeniffer Damásio Constantino
Jessica de Souza Marcelino
Jucilene Ponciano de Souza
Keyla dos Santos Pereira Matiola
Letícia Benhardt da Silva
Luana Caetana Chagas
Luciane Leal Buss Ramos
Luzia Aparecida Massaroli
Thayse da Silva Machado Felix

Há muito tempo novos paradigmas sociais direcionam as práticas pedagógicas para um movimento de ruptura com a produção fragmentada de conhecimento. A valorização das Metodologias Ativas de Aprendizagem para a construção do conhecimento requer dos educadores uma postura inovadora que possa romper com as barreiras que ainda existem entre os componentes curriculares.

Pertencer a uma sociedade conectada e globalizada, em que informações e conhecimento científico circulam instantaneamente, conduz os professores a questionar modelos educacionais fragmentados baseados em tendências tradicionais de aprendizagens.

Este livro transita por diversas áreas do conhecimento refletindo sobre a necessária articulação entre aspectos teóricos e práticos importantes para o cotidiano escolar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, tornando-se de grande valia para educadores contemporâneos interessados tanto em sua formação continuada quanto em transformar sua práxis pedagógica em uma prática sem fronteiras.

Rosane Lemos Barreto Custodio

O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	8
<i>Jeniffer D. Constantino; Letícia B. da Silva.</i>	
O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO	20
<i>Fabíola Machado C. da Rosa; Flávia da S. Corrêa; Luzia A. Massaroli.</i>	
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRÁTICA E BASES LEGAIS DESSA EDUCAÇÃO	32
<i>Jucilene P. de Souza.</i>	
A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:	44
<i>Keyla dos Santos P. Matiola</i>	
A INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	56
<i>Elisa U. Gomes; Thayse da Silva M. Felix.</i>	
A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL	65
<i>Crislêine da S. de Souza.</i>	
O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL, UMA ANÁLISE	78
<i>Ivone M. Deodato.</i>	
LÚDICO COMO FERRAMENTA DE ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR PARA A CRIANÇA DE 5 ANOS.....	89
<i>Édina Analu S. Feuser; Gislaine F. da Silva.</i>	
A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES PSÍQUICAS SUPERIORES DA CRIANÇA.....	101
<i>Daluar dos S. Marcelino; Jessica de S. Marcelino; Luana C. Chagas.</i>	
ADAPTAÇÕES DE PEQUENO PORTE NAS SÉRIES INICIAIS PARA ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	114
<i>Adriana dos Santos Silveira; Luciane Leal Buss Ramos.</i>	

=====

O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jeniffer Damásio Constantino¹

Letícia Benhardt da Silva²

Resumo: O presente artigo trata de uma reflexão a respeito da mudança no Sistema Educacional Brasileiro que amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com início aos seis anos de idade, analisando como se dá a transição da criança da Educação Infantil para o primeiro ano. Observa-se que tal mudança é um grande choque para as famílias e principalmente para as crianças e que muitas escolas optam por provocar ainda mais este rompimento inadequado. Diante disso, são analisadas algumas das dificuldades enfrentadas neste processo e colocadas algumas estratégias que podem ajudar equipes que trabalham diretamente nestes ciclos a compreender e agir de acordo com as particularidades dos infantes desta faixa etária. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, seguindo uma abordagem qualitativa e constitui-se do tipo descritiva e explicativa. Para a escrita deste trabalho foram consultadas obras de autores como Abreu e Miranda (2007), Kramer (2006), Paz e Oliveira (2017) e Rauen (2015). Com a realização deste estudo, foi possível perceber que é necessário compreender que os alunos ainda são crianças que necessitam de cuidados e experiências corporais mesmos quando inseridos no 1º ano do Ensino Fundamental e que a autonomia precisa ser desenvolvida aos poucos. É de extrema importância que toda equipe educativa se dedique intensamente neste processo para uma transição mais saudável.

Palavras-chave: Educação infantil. Ensino fundamental. Transição. Legislação. Alfabetização.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo traz como temática a transição da criança da educação infantil para os anos iniciais do ensino fundamental e busca analisar se este processo está se dando de forma respeitosa e saudável para todos os atores que dele participam, incluindo criança, escola e família. A partir de duas leis, a Lei 11.114/2005 e a Lei 11.274/2006, muitas escolas de ensino fundamental e Centros de Educação Infantil passaram a vivenciar algumas dificuldades, já que as crianças aos seis anos de idade passam a integrar o ensino fundamental mais cedo.

¹ Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

² Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

=====

A transição da educação infantil para o ensino fundamental, muitas vezes é um grande desafio não só para a criança, mas para a própria família. A mesma criança que há dois/três meses estava frequentando um Centro de Educação Infantil, onde era valorizado e permitido correr, brincar, conversar com os amigos, ir ao banheiro sempre que quisesse, levar brinquedos, cantar músicas e ver desenhos animados, sofre uma grande mudança onde agora a situação é totalmente outra: esta mesma criança precisa ficar sentada em sua carteira e aprender “sozinha” o que lhe for ensinado, além disso, deve acostumar-se a respeitar os horários de cada aula/atividade, assim como o do lanche.

Este artigo tem como objetivo analisar algumas das dificuldades que as crianças enfrentam, bem como algumas estratégias que podem ser acolhidas pelas equipes de escolas e CEIs a fim de colaborar com uma melhor adaptação e aprendizagem. Compreendendo que a união dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental se faz necessária, este estudo propõe contribuir com a ampliação das reflexões e das intervenções que devem ser realizadas buscando manter as singularidades da infância e as especificidades dessa faixa etária. Dessa forma, é necessário compreender que os alunos continuam sendo crianças mesmos quando inseridos no 1º ano do Ensino Fundamental e que tal característica deve ser levada em consideração na hora do planejamento e adaptação de todo ano letivo.

Nas próximas páginas deste trabalho estão os Procedimentos Metodológicos e a abordagem dos seguintes tópicos: a matrícula no ensino fundamental aos seis anos de idade – Lei 11.114/2005, o ensino fundamental de nove anos – Lei 11.274/2006, o currículo e a adaptação das crianças para a ingressão no ciclo alfabetizador e, por fim, a transição e a Base Nacional Comum Curricular.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tal estudo tem como objetivo explorar as adversidades com as quais crianças, famílias e equipe escolar são confrontados, diante do processo de adaptação pelo qual ambos passam no período em que o aluno da Educação Infantil ingressa no Ensino Fundamental e discutir estratégias para que haja uma passagem mais serena, com diminuição dos problemas de aprendizagem e comportamento. Por meio de uma pesquisa básica, desejamos gerar novos conhecimentos a respeito do tema, que

=====

embora não seja um “terreno desconhecido”, por ter se tornado pauta há quatorze anos atrás com a publicação da lei, ainda é um “terreno fértil”, onde há muito o que investigar e melhorar no sentido de buscar soluções para tornar esse caminho que o infante percorre o mais coerente possível com as fases que vivencia.

O presente trabalho seguirá uma abordagem qualitativa, com um enfoque maior em nosso objeto de pesquisa e no contexto da pesquisa. Pretendemos estudar a totalidade do fenômeno que é esta transição do infante e aprofundar a compreensão sobre o assunto, levando em consideração uma série de significados sociais que o permeiam.

Esta pesquisa constitui-se do tipo descritiva e explicativa, com o intuito de caracterizar o processo de transição da criança e identificar os fatores que fazem com que a adaptação seja mais difícil, elucidando-os e propondo possíveis resoluções que amenizem este “rompimento” de ciclo para o início de outro completamente novo.

O procedimento técnico utilizado neste artigo será a pesquisa bibliográfica, feita a partir do levantamento de referenciais teóricos sobre o assunto, buscando reunir informações e conhecimentos sobre o processo em questão.

Por pesquisa bibliográfica define-se o levantamento, a leitura, o fichamento, a análise e a interpretação de informações manuscritas, impressas ou digitalizadas, obteníveis de livros, periódicos e demais artefatos culturais, físicos ou eletrônicos, passíveis de formarem bibliografia sobre um determinado assunto e de serem depositados em uma biblioteca real ou virtual para fins de consulta (RAUEN, 2015, p. 169).

3 O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS – LEI 11.274/2006

O Ensino Fundamental de nove anos é uma política pública implementada pelo Governo Federal, sancionada no dia 06 de fevereiro de 2006. Tal política educacional insere a criança a partir de seis anos de idade no Ensino Fundamental. Neste ensino fundamental com duração, agora, de nove anos objetiva-se assegurar a todas as crianças um tempo maior no convívio escolar, na qual conseqüentemente, oportunizará melhores chances de aprender e alcançar uma educação significativa de qualidade.

A implantação de um ensino fundamental de nove anos exige uma atenção política, administrativa e também pedagógica, uma vez que o objetivo de tal mudança

=====

seja assegurar a criança mais tempo em convívio escolar para alcançar maiores oportunidades de aprendizagem. Sendo assim, o ingresso de tais crianças nesse novo ensino fundamental não pode ser “responsabilidade” apenas da parte administrativa do processo, é preciso pensar no processo do desenvolvimento e aprendizagem das mesmas, o que resulta no conhecimento e respeito às suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas.

Tal ampliação no sistema educacional foi pensada inicialmente como uma contribuição a qualidade da educação de nossas crianças. Contribuindo com uma maior inclusão das crianças de seis anos nas escolas, em especial, menor vulnerabilidade a situações de riscos, permanência na escola, um possível e maior sucesso na aprendizagem e aumento da escolaridade dos alunos. Para as crianças que vivem em classe baixa essa ampliação pode ser algo bastante positivo, visto que muitas delas não frequentam a educação infantil e tudo que aprendem, aprendem em casa. Terão, então, um ano “a mais” para apropriar-se e aprender coisas que muitas crianças aprendem durante os anos que frequentam na educação infantil. O ensino fundamental de nove anos ficou dividido então em duas etapas, sendo estas: Anos iniciais (1º a 5º ano, na qual a criança ingressa com 6 anos de idade), e anos finais (6º ao 9º ano).

3.1 A MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL AOS SEIS ANOS DE IDADE – LEI 11.114/2005

O pontapé inicial para a mudança no cenário educacional sobre a qual debatemos nesta pesquisa ocorreu no dia 16 de maio de 2005 quando foi aprovada a lei que determina que é responsabilidade dos pais ou responsáveis matricular as crianças a partir de seis anos de idade no ensino fundamental e não mais com sete anos.

Tal obrigatoriedade marcou o início de uma transformação que, para muitos, parece inofensiva; afinal, tratava-se apenas de um ano de idade de diferença. Porém, basta certo conhecimento a respeito das fases do desenvolvimento infantil e do processo educativo para entender que não era algo tão simples.

Sabe-se que cada etapa pela qual uma criança passa revela inúmeros avanços e descobertas. Estudos da Neurociência já mostraram que a primeira

=====

infância, período que vai do nascimento aos seis anos de idade, é um momento crucial para a aprendizagem e muito singular em relação ao desenvolvimento biopsicossocial. Ao mesmo tempo em que existe esta predisposição para aprender, tal estágio requer também uma dose de preocupação, haja visto que traumas emocionais podem impactar profundamente, até mesmo na vida adulta. As ações dos profissionais da educação e demais adultos que a acompanham devem levar isso em conta.

O aluno (a) que vem da educação infantil costuma ser curioso, brincalhão, tagarela, inquieto, fascinado e cooperativo. Todas estas características têm relação justamente com a propensão citada anteriormente e com as experiências e habilidades que ele (a) constrói. Quando se depara com uma nova rotina, totalmente oposta ao que estava acostumado tais virtudes tendem a ser retraídas. Há inconformidades em tudo: sala de aula, horários, regras e atividades. Agora, no ensino fundamental, o convívio coletivo deixa de ser prioridade, dando espaço para o individual. Novas responsabilidades e a imposição de um "amadurecimento forçado". E a principal frase que descreve esta entrada no fundamental amedronta: *"chegou a hora de aprender a ler e escrever!"*. Tudo isso tem a ver com a visão de escola e de expectativa sobre essa escola que construímos socialmente. A escola da primeira infância, das crianças de zero a seis anos é muito diferente em relação a escola do ensino fundamental. A criança é a mesma, no entanto, para mudarmos tal situação, as expectativas destas "diferentes escolas" precisam ser integradas, as diferenças reconhecidas e os objetivos articulados.

3.2 O CURRÍCULO E A ADAPTAÇÃO DAS CRIANÇAS QUE INGRESSAM NO CICLO ALFABETIZADOR

A inclusão do ensino fundamental de nove anos no Sistema Educacional Brasileiro trouxe um grande desafio para os gestores e profissionais da educação, já que precisam pensar em um currículo que atenda às necessidades dessa faixa etária, contribuindo com o desenvolvimento de habilidades e aprendizagens. Incluir crianças de seis anos de idade no ensino fundamental não significa "transferir" para essas crianças os conteúdos tradicionais da antiga primeira série, mas sim organizar uma nova maneira de conseguir ensinar as crianças respeitando a idade e a transição tão

=====

recente da educação infantil para o primeiro ano no ensino fundamental. A criança de seis anos que agora está fazendo parte do ensino fundamental obrigatório, precisa de ser compreendida em todos os objetivos legais e pedagógicos estabelecidos para essa etapa de ensino. Assim também como as crianças de sete anos aos dez anos, precisam ser atendidas em suas características, potencialidades e as necessidades específicas.

Para alguns especialistas da educação infantil, a iniciação mais imatura da alfabetização, especialmente com crianças mais desfavoráveis em classes sociais, ou que não tem um bom acesso a materiais e estímulos próprios de uma sociedade letrada pode afetar o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dessa criança, já que não está sendo ofertado à está a oportunidade de vivenciar tais situações e experiências educacionais antes de ingressar no verdadeiro ciclo alfabetizador. Enquanto muitas crianças que frequentam o pré-escolar e recebem além disso, estímulos de letramento em casa ou em outro ambiente já chegam na escola mais “prontos” para a introdução da alfabetização, o que significa que o professor alfabetizador precisa levar em consideração a cultura letrada de cada criança e o que elas já carregam consigo mesmos sobre o papel social da leitura e da escrita, antes mesmo de apropriar-se formalmente.

Sabemos que o ciclo alfabetizador deve ser respeitado e iniciado no primeiro ano do ensino fundamental, mas sabemos também, que vivemos em uma sociedade onde a criança aprende em vários meios que vive sobre letras, números e etc. Nesse sentido, percebe-se algumas dúvidas em relação ao processo de alfabetização, sobre como preparar os materiais para receber essas crianças de 6 anos de idade e como conseguir tornar mais “fácil” essa transição: Educação Infantil para Ensino Fundamental. Kramer (2006) defende a inseparabilidade dessas etapas, dizendo que:

[...] ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso. O cuidado, a atenção, o acolhimento estão presentes na educação infantil; a alegria e a brincadeira também. E, nas práticas realizadas, as crianças aprendem. Elas gostam de aprender.

Levando em consideração tal pensamento, fica um pouco mais fácil compreendermos que a criança precisa ser acolhida em suas necessidades, especificando aqui as necessidades de brincar e aprender. Para que isso atinja bons

=====

resultados, faz-se necessário um bom planejamento dos profissionais da educação, que estes saibam lidar e enxergar a criança como criança, não apenas como um aluno. Principalmente quando a criança acaba de passar por uma transição tão importante.

Tendo conhecimento da realidade da educação em nosso País, conseguimos perceber que é um grande desafio pensar em infância dentro da escola e mais ainda dentro da sala de aula, que mesmo depois de tempos, não tem como prioridade a ludicidade, os jogos, as brincadeiras e as músicas. E sabemos que é preciso respeitar a infância de todas as crianças, principalmente nos primeiros anos do ensino fundamental, ainda mais precisamente, no primeiro ano. É aqui, nesse ponto, que a criança já entra na escola com o pensamento “agora estamos na escola, já somos grandes” ou “aqui não tem brincadeira, temos só que obedecer”.

O direito efetivo da educação para essas crianças de seis anos de idade, depende também das práticas pedagógicas e de uma política escolar que se preparou para receber essas crianças em seu espaço escolar. Os caminhos pedagógicos e as estratégias de ensino precisam propiciar a criança um encontro com tudo que ela viveu na educação infantil ou em outros ambientes antes de ingressar no ensino fundamental. Para algumas crianças esse será o primeiro contato com algo formalmente escolar, com uma experiência escolar, então considera-se importante que os ambientes educacionais sejam preparados para recebe-las, para trocas de experiências de um ensino cheio de descobertas.

A transição da criança de seis anos da educação infantil para o Ensino Fundamental não é apenas uma questão política normativa, mas sobretudo uma questão pedagógica que exige o entendimento do alfabetizador sobre como ocorre o processo de aquisição da leitura e da escrita, que na perspectiva da construção do conhecimento não dissocia o ato de alfabetizar e letrar e ainda realiza uma mediação condizente com o nível de conceitualização da criança. Sendo assim, não necessariamente o domínio da alfabetização deve ocorrer na série ou fase introdutória. Aceitar esse fato natural significa respeitar as necessidades das crianças nos diversos espaços sociais que ela convive e viabilizar de forma tranquila e harmoniosa o seu processo de escolarização. (ABREU; MIRANDA, 2007, p. 9).

No primeiro ano, a criança passa a ser avaliada constantemente e se encontra em uma rotina muito diferente da que tinha anteriormente. Pensando na mudança que essa criança irá sofrer, os currículos devem ser elaborados de modo a contribuir com esse processo, oferecendo um ambiente acolhedor e não tão diferente do

=====

ambiente que antes, ela frequentava. O primeiro ano, não necessariamente, se resume à alfabetização. Mas também à novas descobertas e novos conhecimentos, como já citado anteriormente.

3.3 A TRANSIÇÃO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Quando falamos na transição “saudável” da educação infantil para o ensino fundamental há tempos diferentes que precisam ser considerados: o tempo da criança (seu ritmo e suas necessidades), da escola (que precisa ser revisto), dos ciclos (que apresentam engessamento e fragmentação) e da política (em relação às expectativas de aprendizagem). Diante disso, é necessário construir instrumentos e mecanismos para que nenhuma criança fique para trás. A transição não pode ser entendida como uma desculpa para que todos sejam “passados para frente” apresentando dificuldades e sem que tenham assegurado as aprendizagens necessárias, de forma que tal conduta pode acarretar sérios prejuízos nos anos posteriores. Além disso, ela não diz respeito somente ao primeiro ano do ensino fundamental, mas estende-se até o final do segundo ano e inclui também o que vem antes, ou seja, a educação infantil (entre cinco e oito anos).

O ingresso das crianças de seis anos ao Ensino Fundamental deve direcionar a atenção dos envolvidos ao planejamento de políticas educacionais, que atendam às necessidades dessas crianças enquanto educandos e desses educandos enquanto crianças. Isso não se aplica somente ao primeiro ano, mas a todos os demais anos do ensino fundamental nos anos iniciais, que ainda abrangem o período da infância (PAZ; OLIVEIRA, 2017, p. 23).

Cabe ressaltar que não se faz necessário um preparo e sim uma gestão diferente deste tempo para enfrentar os desafios processuais que serão potencializados, principalmente no que diz respeito a autonomia da criança. Essa autonomia ainda precisa ser cuidada e aprofundada no ensino fundamental. É um erro pensar que o cuidado e o afeto são dispensáveis nesta etapa, pois são duas coisas que estão relacionadas com o ato de aprender com qualidade.

Infelizmente a importância das experiências corporais são diminuídas ao longo do ensino fundamental. Esquecemos que os estímulos nesse aspecto são indispensáveis para a aprendizagem. A criança não aprende somente sentada em

=====

sua carteira realizando uma leitura. Tal ideia tem relação com a concepção de criança que adentra no ensino fundamental. Precisamos lembrar que ela ainda necessita de momentos de brincadeira, descontração, interação e acolhimento.

A Base Nacional Comum Curricular traz justamente a perspectiva de rever este posicionamento, defendendo uma educação integral, que não se trata somente de tempo na escola, mas sim durante todo o cotidiano escolar, em todas as disciplinas. O movimento, o brincar, a expressão do imaginário e a criatividade devem estar presentes em todos os campos do conhecimento e até mesmo no tempo livre. Ela estabelece a necessidade de uma continuidade entre este espaço da educação infantil e o ensino fundamental, a fim de ampliar e aprofundar as aprendizagens e experiências das crianças.

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo **integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças**, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo (BRASIL, 2017).

Outro princípio que deve reger a mudança de etapa, além da continuidade, é o diálogo com o percurso que a criança vivenciou durante a educação e a educação infantil também precisa conhecer o ensino fundamental para entender como ele vai seguir este caminho. A responsabilidade do diálogo não é somente dos professores, mas sim de toda equipe escolar, da qual depende o sucesso dessa cultura de transição que vai além da passagem da educação infantil para o fundamental e abrange também outras passagens de ensino, tais como: dos anos iniciais para os anos finais, do fundamental para o médio e do médio para o superior.

O poder público também apresenta suas responsabilidades nesse processo, devendo este criar políticas para ajudar a rede escolar a consolidar práticas integradas entre as etapas e na parte de compartilhamento de informações, auxiliando no intercâmbio entre escolas.

Um bom exemplo para tudo que a BNCC preconiza são ações de escolas que valorizam os ritos de passagem, promovendo visitas ao novo prédio/ambiente em

=====

que a criança vai estudar, contato com os colegas deste espaço, trocas entre professores de educação infantil e dos anos iniciais no sentido de documentação pedagógica e de avaliação. Não importa o estágio de alfabetização que esses alunos (as) se encontram, já que foram promovidos e não podem ser retidos de forma alguma. O que realmente interessa é o que vivenciaram ao longo de sua trajetória, pois é a partir destas experiências que o professor deve partir, a fim de que a criança conquiste novas habilidades e práticas sociais.

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos (BRASIL, 2017).

Isso tudo envolve planejamento de espaços, atores (escola, alunos e família), de acesso à documentação criada pela educação infantil e de encontros de comunicação e de formação para pensar nesta problemática, pautando-se sempre na ética. Mesmo aquelas crianças que não tiveram acesso garantido a educação infantil, também tiveram experiências em suas famílias e sua comunidade que precisam ser identificadas.

A participação das famílias nesse período de transição é essencial, não devendo estar restrita somente às ocasiões de reunião de pais. É preciso um engajamento maior, que envolva compartilhamento de saberes e talentos, através de palestras e eventos formativos. O vínculo precisa se tornar mais forte, para que a família não se distancie do acompanhamento do percurso escolar da criança. Tal acompanhamento exige das famílias, conhecimentos que elas muitas vezes não possuem, como a própria imersão no mundo letrado, por isso, se faz cada vez mais importante esse movimento da escola de trazê-las para perto, instruindo e atualizando-as.

Os currículos e os projetos políticos pedagógicos devem ser construídos considerando todos os aspectos até então mencionados, contemplando esses olhares. As equipes escolares devem estar envolvidas com grupos de trabalho na revisão do currículo à luz da BNCC. Estes grupos podem trazer experiências pontuais

=====

e riquíssimas para inspirar as escolas e qualificar toda a rede. É importante que seja um documento vivo, que permita reflexões, problematizações e reconstrução de práticas escolares e docentes, ao longo de todo o percurso de transição, o que requer escuta e acolhimento das famílias, dos desafios que os professores estão enfrentando, planejamento também por parte da gestão, etc. Essa responsabilidade compartilhada tem maiores chances de trazer resultados de aprendizagem e de vínculo com a educação mais sólidos nesses primeiros anos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A matrícula obrigatória aos seis anos de idade no primeiro ano do ensino fundamental conforme a Lei 11.114/2005 requer um novo olhar e uma reelaboração na proposta pedagógica da escola. Adiantar um ano no ensino fundamental, como já citado parece bastante inofensivo, mas não é. Cabe aqui salientar que a escola e toda a política educacional em geral precisam conscientizar-se de que quanto menor a criança, mais leve e divertida deve ser a aprendizagem da mesma. Para que assim, sejam evitados possíveis traumas e bloqueios durante a aprendizagem nos próximos anos de escolarização.

A mudança na legislação e a entrada um ano mais cedo no ensino fundamental não são suficientes para a garantia de uma educação de qualidade. Se não houver uma organização e compreensão sobre os limites de cada parte do processo alfabetização, tal ampliação pode ainda causar maiores danos ao invés de contribuir para uma melhoria na educação.

A Lei 11.274/2006 que amplia o ensino fundamental para nove anos tem como objetivo uma melhoria na qualidade da educação, oportunizando as crianças mais tempo no ambiente escolar, sendo assim, mais tempo para apropriar-se de uma aprendizagem significativa. Isso não quer dizer, que a criança com seis anos de idade que chegar no primeiro ano do ensino fundamental precisa ser “bombardeada” de matérias e conteúdos tradicionais de uma primeira série.

A inclusão das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental suplica um diálogo institucional e pedagógico entre os vários níveis de ensino, em especial entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Esse diálogo depende muito de toda equipe escolar e de políticas públicas que favoreçam uma integração maior.

Um ensino fundamental de nove anos não é a solução mágica para a educação brasileira, mas se pensada e “aplicada” de forma correta, pode sim contribuir para uma melhoria nesse quadro. Precisa-se antes de tudo compreender que o primeiro ano do ensino fundamental não se volta à antiga primeira série. Portanto, esse primeiro ano deve ser de descobertas e novos conhecimentos respeitando as especificidades de cada criança, e ainda mais, respeitando a transição da educação infantil para os anos iniciais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia M. de Oliveira; MIRANDA, Maria Irene. Ensino fundamental de nove anos no município de Uberlândia: quem é a criança de seis anos? *In: SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR*, 8., 2007, Uberlândia. **Anais do [...]** Uberlândia; EDUFU, 2007. Artigo: O ensino fundamental de nove anos e os processos de alfabetização e letramento. Disponível em: https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files_mf/7d5ec4aa8aa18deb9fd374a6e2c64d47248_1.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular: educação infantil e ensino fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: MEC/SEB, 2007. p. 135.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96. 2006.

PAZ, Anne Carolline dos Santos; OLIVEIRA, Renata Fernanda Nabas. **A importância do olhar pedagógico na transição da educação infantil para o ensino fundamental**. 2017. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, UniSALESIANO, Lins, 2017. 63 p.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de iniciação científica: os primeiros passos da pesquisa científica desde a concepção até a produção e a apresentação**. Palhoça: Unisul, 2015.

=====

O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO

Fabiola Machado Camilo da Rosa¹

Flávia da Silva Corrêa²

Luzia Aparecida Massaroli³

Resumo: O presente trabalho trata de uma pesquisa sobre alunos com necessidades especiais, estes com Transtorno de Déficit de Atenção, visto que é um transtorno que afeta a aprendizagem dos alunos em fase escolar, mas que se arrasta até a fase adulta. Partindo do princípio que a educação deve se adaptar as necessidades educacionais de cada aluno, é necessário entendermos como cada aluno se estabelece no ambiente escolar, para que então possamos identificar quais suas necessidades, e por fim saná-las. Assim, este trabalho também busca apresentar reflexões sobre intervenções pedagógicas ressaltadas por autores como: Freire (1976); Aranha (2007); Martins (2017); como importantes para a instrumentalização do indivíduo com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no processo de ensino e aprendizagem escolar.

Palavras-chave: Inclusão. Transtorno de déficit de atenção. Prática pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

O processo de ensino inclusivo deu-se em seu estopim ao longo dos anos 80, onde também surgem diversos apelos sociais com relação a redemocratização da sociedade brasileira. Tal momento sócio histórico brasileiro foi de muita importância para a construção das perspectivas educacionais que são bases atualmente para a constituição do processo de ensino e aprendizagem. O processo de ensino e aprendizagem é um dos principais temas para as discussões da comunidade acadêmica, porque se refere exclusivamente à realização do ensino/ensinar; e da relação entre aluno, professor e escola.

Neste sentido, sendo um dos principais pontos de discussão, também será abordado aqui como tal, tendo em vista que este trabalho se baseia na apresentação das perspectivas sócio históricas da educação brasileira, o seu atual processo de

¹ Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

² Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

³ Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

=====

ensino e aprendizagem, e como este se dá em relação a alunos com necessidades especiais, ressaltando uma grande parcela de alunos com necessidades especiais enquanto recorte: os alunos com TDAH.

O Transtorno de Déficit de Atenção é uma condição psicológica e biológica que se apresenta em número considerável de alunos nas classes de aula, sendo necessárias metodologias de ensino diferentes ao tradicionalismo, já que uma das principais características do Transtorno de Déficit de Atenção é a falta de concentração no presente momento. Portanto, entende-se que a elaboração desta pesquisa está sobretudo voltada a construção do aspecto democrático, ressaltando que a real participação não está somente na integração física, onde a escola passa agregar diferentes indivíduos, mas também, proporcionar o mesmo status de qualidade para todos, onde o ambiente escolar adapta-se as necessidades apresentadas por seus alunos.

Por fim, embora se configure enquanto uma pesquisa embasada cientificamente é necessário deixar claro que, a mesma, tem o interesse em suscitar ainda mais os debates da comunidade acadêmica acerca do tema e, que, em hipótese alguma, há o interesse em pôr um ponto final na argumentação tão necessária a construção de um ambiente verdadeiramente democrático e esclarecido.

No capítulo 2 refletimos sobre os pressupostos metodológicos que nortearam esta pesquisa. Em seguida, o desenvolvimento está dividido em três subcapítulos, o primeiro traz uma escrita teórica sobre as perspectivas históricas da educação inclusiva: o processo de democratização do ambiente escolar, o segundo busca uma reflexão acerca do Transtorno de Déficit de Atenção e por último traz uma análise sobre a atuação do professor e o Transtorno de Déficit de Atenção. O capítulo 4 apresenta as considerações finais relatando de maneira breve e suscita sobre o assunto tratado ao longo do trabalho.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada é a de pesquisa bibliográfica realizada nas leituras de artigos publicados, sites e livros sobre o processo de inclusão escolar e alunos com Transtorno de Déficit de Atenção, como tem sido, se a escola tem buscado inserir esses alunos no âmbito escolar contribuindo no seu aprendizado.

=====

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza segundo Severino (2007), a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122)

O desenvolvimento geral do estudo será baseado na fundamentação teórica de autores que esclarecem o conceito do TDAH e as práticas pedagógicas dos profissionais da educação visando suas contribuições para garantir o sucesso do ensino e aprendizagem desses alunos.

3 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR

Ao longo da história humana, esta foi marcada por movimentos e debates que confrontavam dois grupos: aqueles que estavam inseridos e representados pelos direitos, e aqueles que não estavam sendo representados. (FONSECA, 1987)

O debate acerca da inclusão de alunos com necessidades especiais circundou a sociedade do século XX, e através destes debates públicos, foi possível que esta ideia de inclusão se tornasse uma lei na educação, capaz de tornar direito de todo o acesso à educação, através da Constituição Federal de 1988; tornando obrigação do estado, e direito de todos os cidadãos, o acesso à educação.

Como aponta Ragonesi (1997), o quadro em que se apresenta a educação brasileira no século XXI, tem-se mostrado muito diferente do proposto à educação, no século XIX. A educação do XIX estava voltada para o atendimento dos grupos com maiores rendas e, posteriormente, no século XX, a mesma educação passou também a ser oferecida de forma gratuita aos filhos dos operários dos grandes centros em que, entretanto, tal educação tinha como intuito principal apenas formar trabalhadores aptos a leitura e escrita, não os aprofundando nos espíritos científicos e nos debates que formam um indivíduo consciente ao convívio social.

Ao pensar no processo de democratização do acesso escolar brasileiro, podemos retornar aos anos 30 com a criação do ensino obrigatório e gratuito, como dever do estado, e direito da população, durante a Era Vargas. Entretanto, ao se falar

=====

de democratização do espaço escolar, onde diferentes indivíduos possuem acesso – e o direito sob este acesso assegurado pela Constituição - as datas se tornam mais recentes.

Segundo Pacheco (2007), pode-se referir ao ensino inclusivo, somente quando a escola passa a ser um espaço integrado por indivíduos que antes eram educados separados aos demais, com o ensino especial, que, entretanto, possuía perspectivas que não se adequam ao conceito de inclusão escolar. A integração entre indivíduos com necessidades especiais diferentes, entretanto, não é o mesmo que o começo da aplicação do conceito de inclusão.

Segundo Fumes (2012), a integração de alunos que antes eram separados dos ditos alunos normais, deu-se ao longo dos anos 70, o que não é a mesma data das primeiras implementações do conceito de inclusão nos documentos que direcionam a educação brasileira. Como aponta, os primeiros princípios inclusivos são vistos na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1976), e se consolida como um dos objetivos principais do estado brasileiro para a construção da educação brasileira após a promulgação da Constituição Federal (1988).

Neste sentido, a educação inclusiva trabalha com a premissa de que é a escola quem tem que se adaptar, não somente o aluno a esta; o fato de a escola ser o meio que se adapta, também leva em conta a não realização de um ensino rígido e tradicionalista, pensado apenas para um molde de aluno. Assim, o espaço escolar é pensado de forma flexível e democrática, levando em conta as particularidades de cada aluno, e fazendo ao máximo para que esta particularidade – que demanda necessidades seja atendida (PACHECO, 2007).

Trazendo esta perspectiva, aqui fica entendido que a educação inclusiva é um processo, e que necessita melhoria, mas, que, é um processo que visa a inclusão de toda e qualquer tipo de pessoa – seja qual for sua necessidade especial, pois a educação é um direito do indivíduo e um dever do estado. É necessário também comentar que tal inclusão não se faz somente pelo professor, mas sim, por todo o corpo pedagógico e de profissionais atuantes nas escolas, assim como do estado e das políticas públicas que tem relação com o ensino e aprendizagem (PIRES, 2006).

=====

3.1 TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES

A educação especial é área de profissionais-chaves para o desenvolvimento da aprendizagem e educação da estrutura escolar, sobretudo a estrutura escolar pública, que atende à diversos setores socioeconômicos. O profissional é peça fundamental no grupo de educadores que se forma em uma escola; atua em conjunto principalmente do profissional dos professores e gestores, na elaboração do Projeto Político Pedagógico Escolar.

Neste sentido, a atuação deste profissional tem como base aquilo que lhe ensinado nos seus anos de formação, e o código ético e legal que a sua profissão deve obedecer. Como aponta, tanto as perspectivas do curso de especialização em Educação Especial, quanto ao que propõe as Diretrizes e Bases da Educação, apontam para caminhos de democratização do ensino, inclusão e uma educação que esteja ao lado do aluno, capaz de adaptar-se.

Segundo Silva (2012, p.9), o trabalho dos que pensam acerca da área de trabalho pedagógico, primeiramente, deve priorizar a reeducação, o processo de aprendizagem, e a avaliação dos déficits apresentados, e, posteriormente, o trabalho para vencer esses déficits.

Em relação ao contexto escolar, o papel deste profissional é essencial na formação de educadores que irão atuar no mesmo contexto, pois estes irão atuar diretamente com o aluno, assim necessitando de uma boa compreensão de como ocorre o processo de aprendizagem, e nesse sentido criando uma metodologia de ensino condizente com o que propõe o conteúdo, mas levando em conta também as individualidades de cada aluno. Assim como a metodologia, um aspecto particular desta, a didática, se acompanhada com um olhar de um especialista pode contribuir para uma aprendizagem ainda mais significativa inserida na sala de aula.

Como aponta a UNESCO (1994):

As necessidades educacionais especiais incorporam os princípios já provados de uma pedagogia razoável da qual todas as crianças podem se beneficiar. Assume que todas as diferenças humanas são normais e que, portanto, o aprendizado deve ser adaptado às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar a pressupostos predeterminados em relação ao ritmo e à natureza do processo educacional. Uma pedagogia voltada para a criança é positiva para todos os alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade. (UNESCO, 1994, p.60).

=====

A aceitação das diferenças individuais demonstradas por cada criança, deve fazer parte do processo de ensino e formação de professores. O professor deve exercer seu papel com o objetivo de ajudar as crianças a enfrentarem e a sanarem, suas necessidades individuais, peculiaridades e prepará-las para abandonar os tradicionais “medos”, equipando-os com recursos educacionais inovados e com modelos pedagógicos experimentais (RODRIGUES, 2017).

Tratando-se de modelos pedagógicos novos, uma pedagogia voltada para desenvolver a criatividade em docentes e alunos, deve fundamentar-se em elementos psicológicos tidos como essenciais na regulação do comportamento criativo, como por exemplo: motivação; capacidades cognitivas diversas, especialmente, as de tipo criativo; autodeterminação; auto valoração adequada; segurança; questionamento; reflexão e elaboração personalizadas; capacidade para estruturar o campo de ação e tomar decisões; capacidade para propor metas e projetos; capacidade volitiva para a orientação intencional do comportamento; flexibilidade e audácia, como aponta Fernández (2001).

Ou seja, as potencialidades de cada sujeito podem aparecer de maneiras diversas, exigindo assim diagnóstico, estimulação e avaliação diferenciadas, procedimentos esses que constituem um desafio à educação atual Fernández (2001). Para o êxito de um ensino transmissível a todos, independentemente das diferenças de cada um dos alunos, é necessário ultrapassar a barreira entre o ensino transmissivo e a pedagogia ativa, dialógica, interativa, com conexões, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, e que acaba por hierarquizar o saber.

O objetivo da avaliação é a coleta de informações precisas e confiáveis sobre as habilidades da criança ou jovem, considerando o ambiente em que se desenvolve para construir um perfil com suas características, habilidades e necessidades pedagógicas, pois sua parte é muito importante para executar acompanhar a criança, manter comunicação permanente com os professores e fornecer informações e sugestões aos pais e / ou pais e estabelecimentos sobre suas necessidades.

A atuação deste profissional é importante para tornar o aluno que se sente diferente, algo parte do todo; isto ocorre através da inclusão, onde o aluno passa a integrar as mesmas atividades exercidas pelo resto do grupo. Segundo, as atividades escolares devem ser comuns à todos, mas ressalta que a escola e o seu conjunto de

=====

profissionais deve proporcionar atividades capazes de adaptação para todos os alunos.

Tal iniciativa é parte de metas propostas pelo PNE (2014), que procura criar situações de inclusão efetiva de alunos com deficiência. Assim:

Meta 4: universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014).

Corroborando com esta visão, a lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência (LBI) – Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, foi importante marco na promoção da difusão da inclusão, sobretudo na inclusão escolar. Tal Lei teve impacto diferente nos níveis da educação, onde exerceu maior influência na educação básica. Se uma ordem cronológica das publicações sobre os processos de inclusão for seguida, a bibliografia evidencia uma tendência de avanço gradual: primeiro a educação básica, educação média e técnica e, apenas recentemente, ensino superior. A concepção para inclusão educacional é em relação direta com as oportunidades que cada país oferece aos seus cidadãos. De forma, que a partir de um único contexto sócio pedagógico é possível adotar opção mais fortalecedora do desenvolvimento de cada pessoa, em harmonia com o modelo mais atual do homem, ainda em construção, o que pressupõe respeito para a diversidade humana, isto é, assumir como uma norma do desenvolvimento humano grande variedade.

Sobre a implementação desta Lei e seu impacto, Mantoan (2015) aponta para a orientação que este documento dá em favor da atuação dos profissionais da educação. E que “orienta uma nova agenda na educação nacional fundamental para a formulação de políticas públicas na perspectiva inclusiva” (MANTOAN, 2015, p. 43),

Nas palavras da autora:

Esse documento nacional acolhe o conceito de discriminação preconizado pela Convenção da Guatemala e avança ao determinar que o direito da pessoa com deficiência à educação somente se efetiva em um sistema educacional inclusivo. Tal afirmativa dirime qualquer dúvida sobre a admissibilidade de um sistema educacional paralelo, organizado com base na condição de deficiência. (MANTOAN, 2015, p. 42).

=====

Com base no que foi dito pelo autor, compreende-se que a educação inclusiva é não apenas sobre inserir, mas também, em propiciar o ensino de qualidade ao aluno que é inserido, o tornando parte do processo. Neste sentido, é necessário que a escola entenda acerca do processo de aprendizagem do aluno, para que consiga proporcionar medidas de ensino adequadas. Isto como aponta Serrano (2014), é característica da atuação do psicopedagogo em conjunto aos demais profissionais.

Cabe ao profissional da área da inclusão perceber eventuais perturbações no processo aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação. Já que no caráter assistencial, o psicopedagogo participa de equipes responsáveis pela elaboração de planos e projetos no contexto teórico/prático das políticas educacionais, fazendo com que os professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais de aprendizagem da criança.

Portanto, reconhecendo uma relação entre educando e educador, o ensinar e o aprender são processos que se dão interligados. Não existe o ensinar, sem o aprender, como também não existe o aprender sem o ensinar. Estes estão numa relação de causalidade, onde o ensinar é a causa do aprender. Não se pode pensar em um, sem estar em relação ao outro. Ainda segundo Fernandez (2001, p.29), “entre o ensinante e o aprendente, abre-se um campo de diferenças onde se situa o prazer de aprender”.

Sendo o ensino e a aprendizagem aspectos de uma relação de causalidade e, uma sala de aula composta por diferentes indivíduos, cada um com a sua forma de processo de aprendizagem; o processo de ensino necessita ser mudado com o objetivo contribuir ao máximo para que todos estes indivíduos consigam aprender. Em muitos casos, as estratégias de ensino não estão de acordo com a realidade dos alunos, assim dificultando que estes entendam o conteúdo proposto com êxito.

3.2 A ATUAÇÃO DO PROFESSOR E O TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO.

Visto que estas leis que visam a inclusão de pessoas especiais foram sendo incluídas no cenário da educação brasileira só a partir do começo do século XXI,

=====

muitos professores já estavam em atuação nas salas de aula; neste sentido, a formação destes mesmos professores não foi feita pensando na situação em lidar e educar uma criança com necessidades especiais, assim, as escolas começam a educação brasileira começa a apresentar um dos problemas mais recorrentes da mesma: a distância entre a teoria e a prática pedagógica.

Para que tais professores, que não foram formados nas bases da educação inclusiva que se inicia no final da década de 90, possam desenvolver sua profissão de modo que esta seja baseada no aspecto inclusivo, e principalmente baseada no aspecto democrático da educação, é necessário que o estado, em conjunto com as instituições de educação brasileira, propiciem debates, palestras e conversas acerca da inclusão e respeito as diferenças, nos âmbitos escolares.

Neste sentido, para que a escola se torna um ambiente democrático inclusivo, é necessário que seus representantes – como membros que compõem o corpo de profissionais- que mais possuem contatos com os alunos: os professores; estejam imersos neste debate.

Porlán (1998. In Bolzan, pag. 19), aponta que:

Um modelo de ensino que considera básica a reflexão sobre a atividade pedagógica, exigindo do professor a capacidade de individualizar a situação de ensino... Considerar que... Cada indivíduo precisa ser reconhecido como autor de suas construções, e o professor precisa compreender as possibilidades e limites de cada participante desse processo, ao mesmo tempo em que promove a troca de experiências através da interação entre pares.

Entretanto, fica como um critério para uma boa atuação do profissional da educação, que este saiba lidar com dificuldades que não são apresentadas durante sua formação já, que, como convive com indivíduos diferentes, é factível a presença de dificuldades que só se apresentaram naquela situação. Assim:

As situações conflitantes que os professores são obrigados a enfrentar (e resolver) apresentam características únicas, exigindo, portanto, características únicas: o profissional competente possui capacidades de autodesenvolvimento reflexivo (...). A lógica da racionalidade técnica opõe-se sempre ao desenvolvimento de uma práxis reflexiva. (NÓVOA, 1997, p.27).

A prática do professor, seja este estando ou não dentro da sala de aula, necessita uma dedicação extrema, para que seu trabalho atinja os interesses

=====

desejados; sendo a formação de alunos com capacidades críticas-reflexivas sobre a sociedade em que vivem e a total capacidade em estar no mercado de trabalho.

Assim sendo, aponta Aranha (2006) que, embora também dependa do indivíduo que se sujeita ao trabalho educacional, para a boa realização de sua profissão, também depende do estado e da organização educacional da sociedade; se o estado, em conjunto com suas instituições sociais que pensam a educação, não estão valorizando a formação docente, isto será a causa de defasagens no ensino.

Acredita-se, assim, que o papel do professor é fundamental, assim como sua motivação e reflexão acerca de sua própria prática pedagógica. Entretanto, também se acredita na necessidade de orientação e compromisso por parte do estado e das instituições que organizam a prática pedagógica, visto que sem estas organizações, não há como se exercer uma educação de qualidade, mesmo que o professor seja altamente dedicado. Como deixa claro Aranha, (2006), “o professor é um profissional e, como tal, além da boa formação deve ter garantidas condições mínimas para um trabalho decente” (p 45)

Uma boa formação do profissional da educação é com certeza o que se deve fazer inicialmente, se o objetivo for ter alunos com acesso a uma educação de qualidade. a formação do professor, visto que este está em contato direto com os alunos, necessita ser inclusiva – sabendo que a inclusão não é apenas integrar, demonstrando as diferenças e as estabelecendo como causas de separações entre os alunos- para que então estes possam suscitar debates entre seus alunos, objetivando o esclarecimento das ideias acerca das diferenças na sala de aula, assim como na sociedade como um todo.

Portanto, entende-se como necessário a atuação do profissional da educação como uma eterna formação continuada, onde este se reinventa e adquire-se de certa autonomia em relação as proposições do estado em relação a educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou duas faces da atuação em salas de aulas e escolas que possuem alunos com deficiência. A primeira face, é a de que a relação escola-professor-aluno, é uma relação complexa e que necessita do apoio tanto da parte da escola, quanto da parte do professor, para o que aluno possa obter um ensino-aprendizagem de qualidade, levando em conta suas particularidades e as

=====

respeitando como dificuldades a serem vencidas, mas, nunca, como barreiras inultrapassáveis.

Para a relação com alunos com necessidades especiais, escola e família, cabe também a participação estatal, fornecendo bases sólidas para a construção de uma educação verdadeiramente democrática e participativa para todos. Entende-se que com a participação do estado brasileiro, esta relação tende a melhorar cada vez mais para todos os lados, e isto terá impactos sociais muito importantes para o Brasil.

Durante o trabalho, um dos aspectos mais mencionados foi a relação legal com o ambiente escolar. Ou seja, o que é expresso nas leis, e o que se está presente no dia a dia do ambiente escolar. Percebeu-se que, com bases nos textos consultados, e em minha própria experiência, que ainda há uma diferenciação do que é dito, e o que se expressa realmente. É necessário que, com a participação de todos, esta diferenciação seja cada vez menor.

Entendeu-se que a escola não deve ser apenas um ambiente para o ensino tradicional. Pelo contrário, a escola é um ambiente onde os alunos devem desenvolver todas as suas capacidades - não somente a intelectual, mas também as capacidades sociais, físicas e psicológicas. Acreditamos que, assim, iremos estar dando longos passos para a inclusão efetiva dos ambientes escolares, e com a participação de todos: Estados, escola e família, o processo ficara mais próximo do que as leis defendem. Assim, o trabalho do professor e as relações que este estabelece dentro de sala de aula são fundamentais para o processo de democratização e promoção da qualidade na educação. Pois o processo educativo exige organização sistemática, sem abandonar os princípios de liberdade, atendimento as necessidades individuais e coletivas, oportunidades para todos e formação para cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Saraiva 2004.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil _ 03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/leis/19394.htm). Acesso em: 19 mar. 2020.

=====

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o plano nacional de educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 mar. 2020.

BRASIL. **Educação especial/inclusiva.** Observatório do PNE. 2016. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994, Salamanca.
Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Paris: Unesco, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

FERNÁNDEZ, A. **O Saber em jogo:** a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERNÁNDEZ, A. **Inteligência aprisionada:** Abordagem psicopedagogia da criança e sua família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FONSECA, V. da. **Contributo para o estudo da gênese da psicomotricidade.** 3. ed. Lisboa: Notícias, 1981.

FONSECA, V. da. **Psicomotricidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

INCLUSÃO escolar: o que é? por quê? como fazer. São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, M. T. E. **A educação especial no Brasil:** da exclusão à inclusão escolar. Campinas: Leped/Unicamp, 2002.

RODRIGUES, David; RODRIGUES, Luzia Lima. Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores? **Educar em Revista.** Curitiba: UFPR, 2017. Disponível em: www.scielo.br/pdf/er/n41/04.pdf. Acesso em: 19 mar. 2020.

RODRIGUES, M. H. Os direitos sociais na constituição. *In:* PIOVEZAN, F.; CONTI, I. L. (org.) **Direito humano à alimentação adequada.** Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2017. p.113-22.

VYGOTSKY, L. S. **Obras completas.** Pessoas e Educação, 1995. Tomo V.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRÁTICA E BASES LEGAIS DESSA EDUCAÇÃO

Jucilene Ponciano de Souza⁴

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo refletir sobre a educação inclusiva de maneira contextualizada e sob os respaldos dos documentos legais sustentados pelas políticas públicas, o que se torna fundamental para analisar os avanços e recuos da educação. Este estudo pretende trabalhar com a questão da inclusão social sob os aspectos físicos da escola, meio social, funções do profissional da educação, bem como a importância da inclusão e contexto histórico. Isso porque, o tema é atual e faz-se necessária urgência de discussões nesse âmbito. A justificativa para esse tema pauta-se na relevância do assunto, bem como o reconhecimento da importância da atuação do educador ao lado do aluno com necessidades educacionais especiais visando o seu desenvolvimento. Além disso, a ampla participação da diversidade inclusiva no contexto de ensino regular evoca reflexões sobre uma efetiva educação e a preparação dos profissionais que atuam nesse meio. Esse trabalho utilizará como metodologia na técnica de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, utilizando como suporte teórico autores que tratam sobre o tema, em diversas fontes, como livros, revistas ou outros estudos que tratam da mesma temática.

Palavras-chave: Inclusão. Prática. Bases legais.

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre diferenças no contexto escolar abre um leque de possibilidades que o professor e a comunidade escolar devem refletir. Quando se trabalha com diferenças, incluindo deficiências, é urgente a possibilidade da construção de uma sociedade construída sobre os pilares da justiça e solidariedade. O professor enquanto mediador desse processo deve agir sobre a realidade, tendo consciência de aproximar a escola do ideal de educação.

Quando se menciona o “diferente” na sala de aula é preciso entender que esse conceito pode ser mais abrangente, polissêmico e polifônico do que se imagina. Isso porque, sob as perspectivas sociais têm-se como “marcadores” de diferenças: o gênero, a classe social, a raça, características físicas, mentais e culturais. Afirmar essas identidades na sala de aula, ajuda no entendimento da inclusão social, temática atual, dos “diferentes” com deficiências. O trabalho voltado à diversidade e inclusão começa pelo reconhecimento e pela paridade dos direitos dos alunos, que envolvem

⁴ Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

=====

ensino, aprendizagem e participação nas diversas modalidades de atendimento educacional escolar.

Para tanto, o objetivo desse trabalho consiste em refletir sobre a educação inclusiva de maneira contextualizada e sob os respaldos dos documentos legais sustentados pelas políticas públicas, o que se torna fundamental para analisar os avanços e recuos da educação. Este estudo pretende trabalhar com a questão da inclusão social sob os aspectos físicos da escola, meio social, funções do profissional da educação, bem como a importância da inclusão. Isso porque, o tema é atual e faz-se necessária urgência de discussões nesse âmbito.

A justificativa para esse tema pauta-se na relevância do assunto, bem como o reconhecimento da importância da atuação do educador ao lado do aluno com necessidades educacionais especiais visando o seu desenvolvimento. Além disso, a ampla participação da diversidade inclusiva no contexto de ensino regular evoca reflexões sobre uma efetiva educação e a preparação dos profissionais que atuam nesse meio.

É fundamental ainda que o profissional escolar possa estar ciente também das leis que regem a educação inclusiva ganhando direcionamento e o norte da estruturação dessa educação, bem como os direitos voltados às crianças que tem necessidades especiais. Nesse sentido, é importante fazer esse diálogo sobre a garantia de acesso, permanência, entrada e atividades no desenvolvimento pedagógico da criança na educação inclusiva, visando à democratização do ensino no ambiente escolar, acolhendo a diversidade e quebrando paradigmas que engessam ou padronizam o convívio com as crianças “diferentes”.

A estrutura desse trabalho ficará assim determinada, de forma que se organize e se distribua o tema: na introdução apresentam-se os objetivos e a justificativa do trabalho, no tópico Procedimentos metodológicos é possível conhecer quais métodos serão utilizados na construção do texto. Posteriormente, a fundamentação teórica será dividida em: A educação inclusiva no ensino regular e as Bases Legais da Educação Inclusiva.

=====

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho utilizará como metodologia na técnica de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, utilizando como suporte teórico autores que tratam sobre o tema, em diversas fontes, como livros, revistas ou outros estudos que tratam da mesma temática.

Segundo Leonel e Motta (2007, p.112), a pesquisa bibliográfica “é aquela que se desenvolve tentando explicar um problema a partir das teorias publicadas em diversos tipos de fontes: livros, artigos, manuais, enciclopédias, anais, meios eletrônicos, etc.”

A técnica utilizada quanto à natureza da pesquisa será a qualitativa visto que não serão utilizados números (quantidade) para a dissertação do estudo e quanto à realização dos objetivos será de caráter descritivo, abrangendo as características do contexto de ensino dos alunos no processo de inclusão.

Quanto à abordagem do problema será realiza a análise de conteúdo, enriquecendo a leitura dos autores pesquisados.

Partindo da temática da educação inclusiva no ensino regular, esse trabalho tem como público alvo a comunidade acadêmica voltada à área da educação, educadores e gestores comprometidos com a inclusão.

3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR

As particularidades de cada um representa sua identidade e o diferencia dos demais. No caso das pessoas com deficiência, o contexto escolar produz enunciados sobre suas “diferenças” de várias formas, sendo que os mecanismos de exclusão são fundados pela não aceitação dessas diferenças (CARVALHO, 2010).

Quando se considera a deficiência como uma diferença comum, tira-se o foco da perspectiva biológica, ao passo que se deixa de atribuir ao indivíduo a responsabilidade por suas diferenças. Suas especificidades passam a ser frutos de um processo coletivo por ser parte da história humana. Quando pensar sobre a deficiência pelo lado biológico, centra-se no indivíduo a responsabilidade por sua existência. Ele se “responsabiliza” pelo seu déficit, por aquilo que não produz, ou não aprende (BOCK; BECHE; SILVA, 2012). “Desta forma, se for atribuída a

=====

responsabilidade por determinada deficiência ao aspecto biológico (falta de visão, de audição, déficit cognitivo, entre outros), somente o sujeito “portador” é responsável pelas dificuldades que possui”, corroboram os autores.

Numa sociedade que prima pelo padrão da “normalidade”, as pessoas em situação de deficiência ficam em desvantagem no processo de construção de suas identidades, porque não se enquadram com o “padrão” estabelecido como ideal e são colocadas num espaço de diferenciação, segregadas. Experimentam a diferença de modo muito sofrido, porque fogem dos parâmetros convencionais. Sentem-se como alvos de críticas e de não reconhecimento, numa espécie de estranheza, porque estão fora do socialmente esperado (CARVALHO, 2010, p. 21).

Quando se aplica a terminologia “deficiente”, para designar um indivíduo, está atribuindo essa categoria ao indivíduo apenas por esse aspecto, deixando de valorizar as outras especificidades. Atribui-se ao indivíduo somente o fato de ter alguma deficiência, deixando de lado suas potencialidades, por exemplo. (MANTOAN, 2001).

Gomes (2009) argumenta que a questão das diferenças e igualdades é uma coisa normal, comum em sociedade, uma vez que esta é formada por identidades plurais, particulares, específicas. “Deficientes são as práticas escolares que assentam no pressuposto de que somos todos iguais, que homogeneízam o que é diverso, mascarando ou negando as diferenças” (GOMES, 2009, p. 26).

3.1 O OLHAR PEDAGÓGICO SOBRE A INCLUSÃO

A inclusão social é um tema ainda engessado sob o compromisso público dos governos, que necessita reflexões maiores, urgindo um conjunto de ações coletivas que possam garantir o atendimento especializado aos alunos com deficiência nas escolas regulares.

Volta-se a questão heterogênea do alunado, cada qual com suas diferenças, quer sejam características corporais, atitudes, interesses, estilos de aprendizagem e motivações para aprender e partilhar das ideias e propostas curriculares (CARVALHO, 2010).

Para que se concretize a inclusão escolar é indispensável que mude a estrutura organizacional das escolas. Ainda que, as práticas educativas precisam ser refletidas, também. O desenvolvimento das práticas pedagógicas voltadas à inclusão deve ser harmônico contribuindo para o processo de ensino e aprendizagem. A dimensão de

=====

uma prática pedagógica aliada à organização escolar de forma a atender a diversidade deve estar estruturada junto ao projeto político pedagógico da escola, “entendido como um caminho para levar toda a comunidade escolar a aprimorar as respostas educativas que planeja, organiza e oferece para todos, com todos e por toda a vida, removendo barreiras para a aprendizagem e para a participação” (CARVALHO, 2010, p. 50). E complementa:

Sob a dimensão da prática pedagógica centrada na aprendizagem e na participação e tomando-se como foco a sala de aula, as recentes contribuições das neurociências da aprendizagem e da psicologia cognitiva (além dos avanços da tecnologia educacional) vêm sinalizando para a importância dos trabalhos em grupo, da cultura do pensamento, do desenvolvimento do currículo por projetos de trabalho, favorecedores dos movimentos de integração entre os alunos e destes com os objetos do saber (CARVALHO, 2010, p. 50).

A inclusão se dá a passos lentos, e a escola precisa de maior clareza para lidar com as práticas inclusivas. Incluir no ambiente escolar é uma tarefa deveras complicada, uma vez que o próprio ambiente escolar é um ambiente excludente. Outro impasse nessa prática também denota traços de pais de crianças “normais”, mostrando-se insatisfeitos, por vezes, pelos filhos estarem frequentando o mesmo ambiente de aprendizagem de alunos com deficiência (GOMES, 2009).

Logo, para que as instituições de ensino assumam de vez o papel da inclusão, uma série de paradigmas precisa ser transformada. Nesse esquema incluem-se: professores preparados e capacitados, comunidade escolar (familiares), alunos e toda a equipe pedagógica da escola. Incluem-se também a colaboração de outros profissionais, imprescindíveis para a contribuição da inclusão, apoio social e rendimento escolar do aluno com alguma deficiência: psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, dentre outros (GOMES, 2009).

Para a consolidação da escola inclusiva, o trabalho pedagógico deve estar voltado para o cotidiano da sala de aula: como cada aluno aprende e o que é realmente importante ensinar, são alguns dos elementos que devem ser refletidos. Isso compõe algumas das barreiras a serem removidas para a aprendizagem, assim como a participação nas atividades curriculares, que tem como pressuposto a educação totalitária, visto que todos tem capacidade de aprender (BEYER, 2006).

=====

Para Gomes (2009) o sucesso da inclusão está no foco da aprendizagem, ajustando as práticas pedagógicas conforme a necessidade de todos, centrando esforços naquilo que o aluno conseguiu assimilar.

O aluno é reconhecido e valorizado como é, passando a ser aceito no convívio do dia a dia da escola e estimulado a aprender e a participar, respeitando-se seus tempos e seus interesses. O ensino como conjunto de procedimentos pedagógicos, adotados pelo professor estará, exclusivamente, a serviço da aprendizagem. Adota-se o trabalho em grupo e desenvolve-se o currículo por projetos de trabalho, numa outra concepção de ensinar/aprender (GOMES, 2009, p. 44).

Carvalho (2004) menciona que ao longo dos anos, a característica fortemente presente no âmbito do processo escolar das crianças com deficiência era voltada a tendência clínico- terapêutica, e hoje, valoriza-se mais as tarefas e adequações nos espaços de aprendizagem e a modificação de recursos de ensino. Nessa nova concepção de escolarização, o professor precisa conhecer as habilidades e dificuldades dos alunos para poder propor objetivos mais reais e que englobem toda a turma para que se alcance a aprendizagem.

Isso não significa, porém, que a pessoa com deficiência tenha seu ensino facilitado, onde o professor possa ajudar fazendo as coisas por ela, muito pelo contrário, a solução está em explorar as suas habilidades, deixá-la desempenhar sua atividade, se excluí-la da prática, pois assim ela estará buscando e significando novos conhecimentos.

Dessa forma, ele vivenciará a autonomia. A escola que tem por atribuição a Educação para a Autonomia, o que significa muito mais do que dar acesso, ajuda o aluno com deficiência a desempenhar, de forma mais independente possível, as várias tarefas do cotidiano escolar. O que diz respeito a gerenciar a própria vida. A autonomia capacita a tomar decisões para si mesmos, sempre lembrando que existe relação com os outros (BOCK; BECHE; SILVA, 2009 p. 79).

E é nessa linha de trabalho pedagógico, que se desenvolvem com os alunos com deficiência, que promove uma prática realmente atenta às diferenças presentes na sala de aula, valorizando os saberes, e dessa forma, o aluno sente um retorno pela maneira que é valorizado e motivado a aprender cada vez mais. Bock, Beche e Silva (2009), apontam que, o contrário dessa parte, em que o professor fixa o olhar nas dificuldades do aluno, este se sente reprimido, sem perspectiva de desenvolvimento. “Professores que centram suas aulas em um único modelo de ensino, com currículo

=====

fechado, com avaliações punitivas, prejudicam o desenvolvimento dos estudantes, e distanciam-se de uma escola aberta às diferenças” (BOCK; BECHE; SILVA, 2009, p.80).

Carvalho (2004) fala sobre a proposta da escola inclusiva no sentido da criação do projeto político pedagógico de orientação inclusiva, em que as propostas devem ser pensadas na possibilidade de todos aprenderem, embora alguns em ritmo e estilos diferentes. Entram aí, a função dos apoios, recursos materiais, financeiros e humanos como perspectivas de apoio ao desenvolvimento do aluno com deficiência.

Portanto, é fundamental o apoio de toda a gestão escolar mobilizando recursos internos ou das comunidades locais, de modo a sustentar a participação efetiva, o desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos, para dar sentido real às práticas inclusivas, que vão além da sala de aula (CARVALHO, 2010).

3.2 BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

3.2.1 Eca e o portador de deficiência

O ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/1990, de 13 de julho de 1990 trata dos direitos das crianças e adolescentes portadores de deficiências, assegurando-os por lei aos seguintes direitos:

Em seus direitos fundamentais, como o direito à vida e à saúde (Capítulo I), fica assegurado atendimento especializado a criança e ao adolescente portador de deficiência, por intermédio do Sistema Único de Saúde.

No capítulo IV – do direito à educação, cultura, esporte e lazer é dever do estado assegurar atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. No capítulo V – direito à Profissionalização e proteção no trabalho assegura-se ao adolescente portador de deficiência o trabalho protegido.

Na política de atendimento, lançam-se linhas de ação da política de atendimento:

VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos. (Incluído pela Lei nº 12.010/2009) [...] (BRASIL, 1990).

=====

Em relação à prática de ato infracional, o ECA menciona que, verificada prática de ato infracional “os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições” (BRASIL, 1990).

Como percebido, as crianças e adolescentes com necessidades especiais são assegurados pela lei do ECA.

3.2.2 Constituição Federal de 1988

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 tem como objetivo fundamental o compromisso político brasileiro de estabelecer a igualdade no acesso ao espaço escolar e dever do Estado de proporcionar atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, na rede regular de ensino (BARRETA, 2012).

Tendo a escola como cenário de convivência social do ser humano, esta exerce função no desenvolvimento da consciência e cidadania durante as primeiras fases do desenvolvimento, tendo em vista que é nela que as crianças passam a conviver num coletivo diversificado longe do contexto familiar.

Assim, quando uma escola fecha seus portões para os portadores de necessidades especiais, ela está travando direitos e deveres sociais, éticos e cidadãos de acolher seres humanos que têm seus direitos e deveres iguais, cujos constituem a sociedade (MANTOAN; PRIETO, 2006).

3.2.3 Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989

Esta lei assegura em suas normas o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de necessidades especiais e sua efetiva integração social. O parágrafo de nº 1 para aplicação e interpretação da referida lei, os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, justiça social, respeito à dignidade, bem-estar serão considerados. E no parágrafo seguinte é expresso ao Poder Público assegurar o pleno exercício dos direitos básicos aos portadores de deficiência, inclusive os direitos à educação, saúde, trabalho, lazer, dentre outros (BARRETA, 2012).

=====

Assim como todos possuem direitos básicos, os portadores de necessidades especiais não são diferentes. Ainda que, com necessidades singulares, os indivíduos com deficiência precisam integrar-se em sociedade e o primeiro passo é o acesso à escola.

3.2.4 Declaração de Salamanca

De maneira a se fazer uma educação sustentada pelas bases da democracia, em meados da década de 90 o documento da Declaração de Salamanca, realizada em 7 a 10 de junho de 1994, surgiu como uma afirmação dessas aspirações ideais de educação. Para tanto, a Declaração de Salamanca (BARRETA, 2012, p. 38) afirma que:

Todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desvantajados ou marginalizados.

A Declaração de Salamanca vai de encontro aos princípios e práticas na área da educação especial, na qual demanda que os Estados assegurem a educação de pessoas com deficiência enquanto parte integrante do sistema educacional. A Declaração de Salamanca compreende o compromisso de uma educação de todos e para todos, reconhecendo a urgência dessa educação para crianças e adultos portadores de necessidades especiais no sistema regular de ensino (BARRETA, 2012). A Declaração de Salamanca proclama ainda:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- Sistemas educacionais deveram ser designados e programas educacionais deveram ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,

- =====
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deve acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
 - Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos (BARRETA, 2012).

Ao apreciar o mencionado sobre a Declaração de Salamanca é possível afirmar que as escolas precisam iniciar uma transformação, ainda que a passos lentos, na reestruturação da sua filosofia, permitindo oferecer uma educação adequada para atender a diversidade dos alunos, de maneira a desenvolver uma educação promissora.

3.2.5 Lei de diretrizes e bases da educação, Lei nº 9.394/96

A LDB, lei nº 9.394/96 art. 58 parágrafo 1º assegura, quando necessário, serviços de apoio, na escola regular, para atender as singularidades dos alunos de educação especial. A mesma lei, no artigo 59 vem admitir que os sistemas de ensino que atendem os alunos com necessidades especiais assegurem currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as peculiaridades; assegura ainda o término específico daqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental decorrente das suas deficiências e ainda a aceleração dos estudos aos superdotados.

Para tanto, essa lei é uma forma de considerar as especificidades e singularidades de cada um, levando em consideração seu ritmo de aprendizagem e potencialidade para a definição de uma boa proposta pedagógica, na qual contempla a estrutura e os pilares educacionais no processo de ensino e aprendizagem.

A LDB 9.394/96 estabelece no capítulo V art. 58 que a educação especial: “deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais,” bem como lhes assegura no seu art. 59 (BRASIL, 1996, pág. 34). E ainda:

I- Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades; [...] III- professores com

=====

especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de aprendizagem para os alunos com necessidades educacionais especiais deve estar adaptado as suas particularidades, reforçando a importância de um ensino singular face às adaptações físicas ou pedagógicas necessárias ao desenvolvimento do aluno. Isso requer, portanto, adaptações no currículo da escola, visando um projeto pedagógico voltado a garantir e assegurar que as diferenças presentes no cotidiano escolar recebam apoio de toda comunidade escolar. As abordagens e métodos pedagógicos precisam ser flexíveis e recebem o apoio instrumental de materiais, recursos ou aparelhos que garantem o acesso ao ensino aos alunos com necessidades especiais. Em relação às questões socioculturais, a escola precisa ser plural, valorizando a diversidade num todo. As crianças com necessidades educacionais especiais precisam de ações educativas mediadas pelo professor, constantemente em interação com elas, encorajando-as na dura batalha do ensino e processo de desenvolvimento, respeitando seu ritmo de aprendizagem e despertando potencialidades.

Sendo assim, a escola inclusiva precisa apresentar novas alternativas pedagógicas mais adequadas aos alunos com necessidades especiais. Inclusão não significa simplesmente ter alunos com deficiências nas salas de aula, ignorando suas particularidades, e sim promover um atendimento integrado com todos os profissionais, dando suporte necessário ao aluno, ou seja, uma prática pedagógica centrada no aluno.

Face às reflexões expostas, compreende-se que a construção de uma escola aberta à diversidade e inclusiva envolve todos os sujeitos no processo de ensino: professores, gestores, pais, alunos e governantes, como elementos importantes para as transformações. Também ainda, a adaptação curricular contemplando as particularidades dos alunos é uma questão que deve ser amplamente discutida, tendo em vista ser uma ação pedagógica eficaz para as mudanças e apoio ao trabalho multidisciplinar e plural, presentes no cotidiano escolar atual.

=====

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 9 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. São Paulo: Brasil, 1996.

BARRETA, Emanuele Moura. **Políticas públicas de educação inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais.** Capes/Fapergs, 2012. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/173/18> acesso em: 9 mar. 2020.

BEYER, H. O. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. *In*: BAPTISTA, C. R. (org.) **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas.** Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73-81.

BOCK, Geisa Letícia Kempfer; BECHE, Clér Estivalete; SILVA, Solange Cristina. **Educação inclusiva.** Florianópolis: DIOESC/UEDESC/CEAD/UAB, 2012.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is.”** Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GOMES, Márcio (org.) **Construindo as trilhas para a inclusão.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LEONEL, Vilson; MOTA, Alexandre de Medeiros. **Ciência e pesquisa.** 2. ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da inclusão.** São Paulo: Memnon, edições científicas, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

=====

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CRECHE E PRÉ-ESCOLA

Keyla dos Santos Pereira Matiola¹

Resumo: O objetivo do presente trabalho é trazer reflexões que possibilitem compreender a importância do lúdico na educação infantil. Buscando entender o valor dos jogos/brincadeiras e atividades lúdicas nas ações pedagógicas e sua importância para o desenvolvimento infantil, a fim de incluir e valorizar o lúdico em sua prática na sala de aula. Para isso, procurou-se conhecer as bases teóricas da Ludicidade que se faz imprescindível para o desenvolvimento humano. Buscou-se também o histórico da educação infantil. Pesquisou-se sobre a importância do papel do professor neste âmbito, uma vez que este profissional exerce grande influência no desenvolvimento infantil. Utilizamos a metodologia de pesquisa exploratória, básica e qualitativa, com a realização de leituras em artigos e livros sobre o tema, buscando analisar a teoria e a prática vivenciada no cotidiano escolar. Para tanto, utilizamos autores como: Vigotsky (2007), Craidy (2001), Ribeiro (2013), Leontiev (2006), Souza (2005), SOARES (2010), entre outros. Com a elaboração da presente pesquisa foi possível constatar, partindo da concepção de vários autores que a criança aprende melhor por meio das brincadeiras e jogos. Desta forma, este estudo proporcionará uma leitura mais consciente acerca da importância do brincar na vida do ser humano, e, em especial na vida da criança.

Palavras-chave: Educação infantil; Lúdico; Brincadeiras.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre a Importância do Lúdico através dos jogos e brincadeiras na Educação Infantil. Mas de que forma o brincar poderá ajudar no processo de ensino e aprendizagem da criança?

Pensamos como algo fundamental e por isso faz parte dos nossos objetivos, refletir sobre o lúdico, almejando descrever de que forma a ludicidade pode favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento, melhorar a autoestima dos alunos e promover maior qualidade no ensino. Ainda objetivamos relacionar algumas atitudes simples, porém facilitadoras no momento de ensinar e aprender.

O lúdico na educação infantil estimula o desenvolvimento cognitivo e permite uma visão de mundo mais real, a criança pode reproduzir o seu cotidiano, num mundo de fantasia e imaginação. Por meio das descobertas e da criatividade, a criança pode

¹ Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

=====

se expressar, analisar, criticar e transformar a realidade. Uma metodologia que possibilita mais vida, prazer e significado ao processo de ensino e aprendizagem, pois estimula a vida social e o desenvolvimento construtivo da criança.

MARINGÁ (2012, p.78) diz que: Ao brincar as crianças exploram e refletem sobre a realidade e a cultura na qual vivem, incorporando regras, papéis sociais e recriando cultura, as brincadeiras são repletas de hábitos, valores e conhecimentos do grupo social ao qual pertencem.

O brincar é um direito da criança e está inserido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo um dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança: 1 - conviver, 2 - brincar, 3 - participar, 4 - explorar, 5 - expressar e 6 - conhecer-se.

Segundo Ribeiro (2013, p.1), o lúdico é parte integrante do mundo infantil da vida de todo ser humano. O olhar sobre o lúdico não deve ser visto apenas como diversão, mas sim, de grande importância no processo de ensino-aprendizagem na fase da infância.

Destacamos o lúdico como uma das maneiras mais eficazes de envolver o aluno nas atividades, pois a brincadeira é algo inerente na criança, é sua forma de trabalhar, refletir e descobrir o mundo que a cerca.

Fantacholi ([s/d], p. 5), explica que por meio da ludicidade a criança começa a expressar-se com maior facilidade, ouvir, respeitar e discordar de opiniões, exercendo sua liderança, e sendo liderados e compartilhando sua alegria de brincar.

No desenvolvimento deste, utilizamos a metodologia básica, na busca por maiores conhecimentos sobre o tema, em uma abordagem qualitativa com a coleta de dados de forma simples, onde procuramos de forma exploratória, ampliar os saberes sobre o assunto refletindo sobre alguns estudos já realizados, com pesquisa bibliográfica em livros, artigos, trabalhos acadêmicos e outras fontes.

Assim, logo após o resumo, a introdução e os procedimentos metodológicos deste, dissertamos sobre a importância do lúdico na educação infantil, destacando os benefícios do ensinar de forma lúdica para o desenvolvimento da criança. Em um segundo momento, falamos sobre o brincar e jogos e brincadeiras na educação infantil. Posteriormente, descrevemos um pouco sobre a educação infantil. Para finalizar, tratamos das considerações finais com nossa reflexão final sobre o tema e o

=====

trabalho desenvolvido, e ainda relacionamos todas as referências de pesquisa, para que este possa ser utilizado como fonte em estudos posteriores.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi desenvolvido através da pesquisa de natureza básica e exploratória com busca bibliográfica, onde inicialmente realizamos a leitura e estudo de artigos, textos, livros e documentos a respeito do tema proposto para refletir e analisar comparando a teoria com a prática vivenciada nas escolas em seu dia a dia.

Utilizamos alguns autores como fonte de pesquisa, os que consideramos mais relevantes e esclarecedores, visando compreender melhor o assunto abordado, fundamental para a prática pedagógica na atualidade.

Segundo Gil (apud MULLER 2013, p. 98), “O desenvolvimento de uma pesquisa exploratória ocorre com o objetivo de ampliar os conhecimentos proporcionando uma visão aproximada, geral sobre o tema abordado.”

Nossas conclusões estão pautadas em analisar os textos, as opiniões de diversos autores e pesquisadores, os diálogos oportunizados com outros acadêmicos e profissionais sobre o assunto e refletir em comparação com as observações da prática diária escolar.

Deste modo, este estudo contribui para uma maior compreensão sobre o lúdico como prática pedagógica na educação infantil.

3 A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O lúdico na educação infantil é de fundamental importância, porque proporciona uma aprendizagem interativa e prazerosa, estimula o desenvolvimento cognitivo e permite uma visão de mundo mais real, a criança pode reproduzir o seu cotidiano, num mundo de fantasia e imaginação.

O lúdico tem sua origem na palavra latina "ludus" que quer dizer "jogo". Se achasse confinado a sua origem, o termo lúdico estaria se referindo apenas ao jogar, ao brincar, ao movimento espontâneo. O lúdico passou a ser reconhecido como traço essencial de psicofisiologia do comportamento humano. De modo que a definição deixou de ser o simples sinônimo de jogo. As implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo (FERREIRA; SILVA RESCHKE [s/d], p.3).

=====

O lúdico faz parte da vida de toda criança e não deve ser visto apenas como diversão, pois promove o processo de ensino e aprendizagem e favorece o desenvolvimento físico, intelectual e social da criança, ou seja, possibilita um desenvolvimento real, completo e prazeroso.

As atividades lúdicas são muito mais que momentos divertidos ou simples passatempos e, sim, momentos de descoberta, construção e compreensão de si; estímulos à autonomia, à criatividade, à expressão pessoal. Dessa forma, possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de aspectos importantes para a construção da aprendizagem. Possibilitam, ainda, que educadores e educando se descubram, se integrem e encontrem novas formas de viver a educação (PEREIRA, 2005, p. 20).

Uma metodologia lúdica possibilita prazer e significado ao processo de ensino e aprendizagem, pois estimula a vida social e o desenvolvimento construtivo da criança. Através da brincadeira a criança desenvolve sua criatividade, aprende a expor sua opinião e a respeitar a opinião dos outros, aprende a ouvir, compartilhando suas alegrias e emoções.

O lúdico como método pedagógico prioriza a liberdade de expressão e criação. Por meio dessa ferramenta, a criança aprende de uma forma menos rígida, mais tranquila e prazerosa, possibilitando o alcance dos mais diversos níveis do desenvolvimento. Cabe assim, uma estimulação por parte do adulto/professor para a criação de ambiente que favoreça a propagação do desenvolvimento infantil, por intermédio da ludicidade (RIBEIRO 2013, p.1).

O lúdico é um método muito importante para o desenvolvimento do aluno na educação infantil, porém é necessário proporcionar ao mesmo um ambiente descontraído para estimular o interesse, a criatividade e a interação dos alunos proporcionando assim uma aprendizagem de qualidade.

O lúdico é tão importante para o desenvolvimento da criança, que merece atenção por parte de todos os educadores. Cada criança é um ser único, com anseios, experiências e dificuldades diferentes. Portanto nem sempre um método de ensino atinge a todos com a mesma eficácia. Para poder garantir o sucesso do processo ensino-aprendizagem, o professor deve utilizar-se dos mais variados mecanismos de ensino, entre eles as atividades lúdicas. Tais atividades devem estimular o interesse, a criatividade, a interação, a capacidade de observar, experimentar, inventar e relacionar conteúdos e conceitos. O professor deve-se limitar apenas a sugerir, estimular e explicar, sem impor, a sua forma de agir, para que a criança aprenda descobrindo e compreendendo e não por simples imitação. O espaço para a realização das atividades, deve ser um ambiente agradável, e que as crianças possam se sentirem descontraídas e confiantes (ALMEIDA 2014 p. 3).

=====

As atividades lúdicas proporcionam um desenvolvimento integral no indivíduo, as brincadeiras contribuem no desenvolvimento infantil de forma decisiva, construindo um adulto que acredita em seu potencial transformador, cultivando dentro de si uma forte vontade de viver em um mundo melhor.

As contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem poderosamente no desenvolvimento global da criança e que todas as dimensões estão intrinsecamente vinculadas: a inteligência, a afetividade, a motricidade e a sociabilidade são inseparáveis, sendo a afetividade a que constitui a energia necessária para a progressão psíquica, moral, intelectual e motriz da criança (NEGRINE, 1994, p.19).

A criança ao brincar e jogar se envolve tanto com a brincadeira, que coloca na ação seu sentimento e emoção. Pode-se dizer que a atividade lúdica funciona como um elo integrador entre os aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais, portanto a partir do brincar, desenvolve-se a facilidade para à aprendizagem, o desenvolvimento social, cultural e pessoal e contribui para uma vida saudável, física e mental.

A atividade lúdica é muito viva e caracteriza-se sempre pelas transformações, e não pela preservação, de objetos, papéis ou ações do passado das sociedades [...]. Como uma atividade dinâmica, o brincar modifica-se de um contexto para outro, de um grupo para outro. Por isso, a sua riqueza. Essa qualidade de transformação dos contextos das brincadeiras não pode ser ignorada. (FRIEDMANN, 1996, p. 43).

A brincadeira é um elemento indispensável para uma infância feliz e um importante instrumento de socialização. Entre os benefícios das atividades lúdicas, especialmente durante a primeira infância, estão o desenvolvimento da autoestima, o estabelecimento de vínculos com os pais e o aumento da capacidade de sentir empatia pelos outros.

3.1 O BRINCAR E OS JOGOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil destaca a importância de se estabelecer relação entre o brincar e a aprendizagem:

Brincar é [...] um espaço no qual se pode observar a coordenação das experiências prévias das crianças e aquilo que os objetos manipulados sugerem ou provocam no momento presente. Pela repetição daquilo que já conhecem, utilizando a ativação da memória, atualizam seus conhecimentos prévios, ampliando-os e transformando-os por meio da criação de uma

=====
situação imaginária nova. Brincar constitui-se, dessa forma, em uma atividade interna das crianças (BRASIL, 1998, p. 23, v. 2).

O brincar é uma atividade de fundamental importância para crianças pequenas, é brincando que elas descobrem o mundo, se comunicam e se inserem em um contexto social.

Brincar é um direito da criança, é, segundo Leontiev (2006), a principal atividade das crianças pequenas, pois é ela que vai impulsionar a criança para outro nível de desenvolvimento.

Para Vigotski (2007), a criança ao nascer já está imersa em um contexto social, e a brincadeira se torna importante para ela justamente na apropriação do mundo, na internalização dos conceitos desse ambiente externo a ela.

O brincar é uma atividade social e livre, não é preciso obrigar ninguém a brincar, a criança se entrega a brincadeira mesmo sem perceber. É uma atividade dominante na infância, e é por meio dela que as crianças começam a aprender.

O Brincar desenvolve as habilidades da criança de forma natural, pois brincando aprende a socializar-se com outras crianças, desenvolve a motricidade, a mente, a criatividade, sem cobrança ou medo, mas sim com prazer (CUNHA 2001, p.14).

A brincadeira é importante para o desenvolvimento da criança e Vigotski (2007) diz que o brincar é uma atividade que estimula a aprendizagem pois cria uma zona de desenvolvimento proximal na criança:

[...]No brinquedo, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além do seu comportamento diário; no brinquedo é como se ela fosse maior do que ela é na realidade. Como no foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo ele mesmo uma grande fonte de desenvolvimento. (VIGOTSKI, 2007, p.134).

A criança dá asas a sua imaginação, ela cria e recria brinquedos a partir de coisas simples como uma folha de papel, um pedaço de madeira ela relaciona o seu ambiente social com o brinquedo e brinca de faz de conta, entra no mundo da fantasia e da imaginação, dando significado ao que ela vê ou pensa.

Para Vigotski (2007), no brinquedo acontecem as maiores aquisições de uma criança, e são elas que se tornarão, no futuro, seu nível básico de ação real e moralidade. No brinquedo a criança passa a agir não apenas pela percepção imediata

=====

dos objetos, por exemplo, quando vê uma folha de papel e imediatamente a rasga ou amassa, ela começa a dirigir suas ações de 2128 forma independente daquilo que ela vê, ela pode ver uma folha de papel e brincar de “aviãozinho”. Forma-se uma nova relação entre o que a criança vê, sua percepção visual, e o que a criança pensa, o significado que aquela ação e aquele objeto têm para ela naquele momento. Um pedaço de madeira pode deixar de ser simplesmente um pedaço de madeira, para a criança ele pode se tornar um cavalo

É inquestionável a importância da brincadeira para o desenvolvimento infantil. Ela está inserida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo um dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se.

Por meio do brincar se constituem as bases orientadoras necessárias para a apropriação da leitura e da escrita: como a função simbólica da consciência, o autocontrole da conduta, a capacidade de planejar, a imaginação essencial ao pensamento abstrato (VYGOTSKY, 1995).

O momento da brincadeira é uma oportunidade de desenvolvimento para a criança. Através do brincar ela aprende, a respeitar as diferenças do outro, experimenta o mundo, possibilidades, relações sociais, elabora sua autonomia de ação e organiza suas emoções.

O ato do brincar traz muitos benefícios para quem participa dessa atividade, pois, contribui para o desenvolvimento físico, social, intelectual, respeito ao outro, a criança supera os desafios através da brincadeira ou jogo, além disso, os educando aprendem a serem cooperativos, aprendem regras, a lidar com seus limites, enfim, não é somente uma atividade que proporciona alegria, prazer, divertimento, direta ou diretamente está trabalhando na formação do sujeito, para que ele aprenda a conviver com os outros, a respeitar, a aceitar as pessoas que são diferentes, independente que tenham ou não alguma deficiência (SOARES 2010 , p. 12).

O principal objetivo da brincadeira é explorar. Para uma criança pequena, tudo é experimento, até jogar e brincar com o prato de comida. A brincadeira é um espaço para explorar sentimentos e valores, assim como para desenvolver suas habilidades.

Ao brincar, as crianças repetem, através de imitações, aquilo que já conhecem. Ativando sua memória, transformam os seus conhecimentos por meio da criação de uma situação imaginária nova. Na brincadeira, a criança amadurece algumas competências para a vida coletiva, através da interação e da utilização e experimento das regras e papéis sociais (SOUZA 2015, p.1).

=====

Através do brincar e a partir do sentimento que aflora em cada brincadeira, a criança faz a leitura do mundo e aprende a lidar com ele, recria, repensa, imita, desenvolvendo, além de aspectos físicos e motores, aspectos cognitivos, bem como valores sociais, morais, tornando-se cooperativo, sociável e capaz de escolher seu papel na sociedade.

Em relação ao brincar, Ribeiro (1994, p. 56) declara:

[...] é a forma de a criança integra-se ao ambiente que a cerca. Através das atividades lúdicas a criança assimila valores, adquire comportamentos, desenvolve diversas áreas de conhecimento: exercita-se fisicamente e aprimora habilidades motoras. No convívio com outras crianças aprende a dar e a receber ordens, esperar sua vez de brincar; de emprestar e a tomar como empréstimo brinquedos; a compartilhar momentos bons ou ruins; a fazer amigos; ter tolerância e respeito, enfim, a criança desenvolve a sociabilidade.

No brincar a criança explora, coleta, seleciona, coleciona e constrói conforme a sua vontade através de observações de experiências anteriores. Assim, ela aprende a elaborar suas reflexões, estratégias, independência e criatividade, permitindo que aumente a sua experiência e do grupo na qual está inserida.

O jogo é um instrumento pedagógico muito significativo. No contexto cultural e biológico é uma atividade livre, alegre que engloba uma significação. É de grande valor social, oferecendo inúmeras possibilidades educacionais, pois favorece o desenvolvimento corporal, estimula a vida psíquica e a inteligência, contribui para a adaptação ao grupo, preparando a criança para viver em sociedade, participando e questionando os pressupostos das relações sociais tais como estão postos. (KISHIMOTO, 1996 p. 26).

A brincadeira surge de objetos estruturados e não estruturados, disponibilizados para as crianças. A partir da brincadeira, observamos que a exploração e a sequência lúdica dependem, única e exclusivamente, de cada criança ou, por vezes, de um grupo de crianças dispostas a compartilhar o brincar.

3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica. Ela atende crianças de zero a cinco anos de idade, que estão tendo os primeiros contatos com a escola, e por isso mesmo integra ensino e cuidado, funcionando como um complemento da educação familiar.

=====

O artigo 205 da CF de 1988 é claro: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Seu principal objetivo é promover nos pequenos estudantes o desenvolvimento dos aspectos físico, motor, cognitivo, social e emocional, além de fomentar a exploração, as descobertas e a experimentação. É nesta fase também que as crianças começam a interagir com pessoas de fora do seu círculo familiar e comunitário, principalmente através da realização de jogos e atividades que envolvem a ludicidade.

A Educação Infantil passou por consideráveis mudanças, começou a fazer parte do sistema de ensino na Constituição Federal de 1988, pela primeira vez incluiu-se em um documento leis trazendo a oferta da Educação Infantil em creches e pré-escolas, sendo um dever do Estado e direito da criança.

E desde então grandes mudanças ocorreram no contexto educacional, como a elevação no nível de formação pedagógica dos profissionais. Com a LDB (Lei de Diretrizes de bases) – Lei 9.394/96, a Educação Infantil passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica. Segundo LDB – Lei n 9.394 de 20 de dezembro de 1996:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela lei n 12.796, de 2013).

A Educação Infantil é considerada uma das mais importantes etapas da formação das crianças, pois é onde elas começam a existir fora do convívio familiar, o que envolve lidar com diferenças, o desenvolvimento da personalidade e da autonomia, a criação de laços de amizade e as descobertas em diferentes áreas do conhecimento. Ela funciona como uma base para as demais etapas da educação formal, e o correto aproveitamento desta etapa permite que os pequenos cresçam com mais autonomia e tenham mais sucesso em sua vida escolar e individual.

Segundo Craidy e Kaercher (2001, p. 27), "[...] a capacidade de conhecer e aprender se constrói a partir das trocas estabelecidas entre o sujeito e o meio". Sendo assim o desenvolvimento infantil ocorre de uma forma dinâmica, pois as crianças abstraem todas as informações que estão em sua volta. Todos os níveis de

=====

desenvolvimento pelos quais uma criança passa (motor, afetivo e cognitivo), não acontece separadamente, mais sim simultaneamente e juntos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento desse estudo, foi possível compreender melhor o quanto o Lúdico é importante na educação infantil, sendo esta uma das etapas fundamentais da formação das crianças.

Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica através de um levantamento teórico objetivando a compreensão do conceito lúdico dos jogos e brincadeiras procurando diagnosticar como os mesmos podem auxiliar na aprendizagem das crianças da educação infantil.

Nessa fase as crianças começam a existir fora do convívio familiar, o que envolve lidar com diferenças, o desenvolvimento da personalidade e da autonomia, a criação de laços de amizade e as descobertas em diferentes áreas do conhecimento. A educação infantil funciona como uma base para as demais etapas da educação formal. Dessa forma o lúdico proporciona uma aprendizagem interativa e prazerosa, estimula o desenvolvimento cognitivo e permite uma visão de mundo mais real, a criança pode reproduzir o seu cotidiano, num mundo de fantasia e imaginação.

Através do brincar as crianças podem acionar seus pensamentos para resolução de problemas que lhes são importantes e significativos, pela oportunidade de vivenciar brincadeiras imaginativas e criadas por elas mesmas. A brincadeira é um elemento indispensável para uma infância feliz e um importante instrumento de socialização. Entre os benefícios das atividades lúdicas, estão o desenvolvimento da autoestima, o estabelecimento de vínculos com os pais e o aumento da capacidade de sentir empatia pelos outros.

A criança que brinca na educação infantil aprende de maneira lúdica e atribui sentido ao mundo que é assimilado e interpretado de maneira significativa e prazerosa.

A brincadeira é uma metodologia de aprendizagem que auxilia no ensino dos conteúdos escolares, pois ao brincar a criança aprende sem medo de errar se socializando através da convivência com o outro.

=====

Assim, pensando sobre nossos objetivos com este trabalho e observando que o lúdico aliado aos jogos e brincadeiras auxiliam no desenvolvimento e na autonomia da criança, concluímos que ensinar ludicamente através dos jogos e brincadeiras torna a aprendizagem da educação infantil significativa e prazerosa, porque ambas proporcionam um aprendizado sem cobranças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diretrizes e bases da educação nacional. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1996.

ALMEIDA, Aline Marques da Silva. **A importância do lúdico para o desenvolvimento da criança.** Disponível em: <http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/A-import%C3%A2ncia-do-l%C3%BAdico-para-o-desenvolvimento-da-crian%C3%A7a.aspx>. Acesso em: 2 jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CUNHA, Nylce Helena Silva. **Brinquedoteca: um mergulho no brincar.** São Paulo: Vetor, 2001.

CRAIDY, Carmem Maria, KAERCHER, Gladis E. (org.). **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

FANTACHOLI, Fabiane Das Neves. O brincar na educação infantil: jogos, brinquedos e brincadeiras – um olhar psicopedagógico. **Revista Científica Aprender**, Varginha, MG. 2011. Disponível em: <http://revista.fundacaoaprender.org.br/?p=78>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FERREIRA, Juliana de Freitas; SILVA Juliana Aguirre da; RESCHKE, Maria Janine Dalpiaz. **A importância do lúdico no processo de aprendizagem.** Pedagogia, ULBRA: Gravataí. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/A%20IMPORTANCIA%20DO%20LUDICO%20NO%20PROCESSO.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2020.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil.** São Paulo: Moderna, 1996.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

=====

LEONTIEV, A. N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. *In*: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 10. ed. São Paulo: Ícone, 2006.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal de Maringá – Secretaria de Educação. **Currículo da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental**. Maringá, Líder, 2012.

MULLER, A. J. *et al.* **Metodologia científica**. Indaial: UNIASSELVI, 2013, 206p.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil: simbolismo e jogos**. Porto Alegre: Prodil, 1994.

PEREIRA, Lucia Helena Pena. **Bioexpressão: a caminho de uma educação lúdica para a formação de educadores**. Rio de Janeiro: Mauad X: Bapera, 2005.

PIAGET, Jean. **A Formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978a.

RIBEIRO, P. S. **Jogos e brinquedos tradicionais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

RIBEIRO, Suely de Souza. **A Importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem no desenvolvimento da infância**. 2013. Disponível em: <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/a-importancia-do-ludico-no-processo-de-ensino-aprendizagem-no-desenvolvimento-da-infancia>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SOARES, Edna Machado. **A ludicidade no processo de inclusão de alunos especiais no ambiente educacional**. 2010.

SOUZA, Eulina Castro de. **A importância do lúdico na aprendizagem**. 2015.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas**. v. III. Madrid: Visor, 1995.

=====

A INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Elisa Ubiali Gomes¹

Thayse da Silva Machado Felix²

Resumo: A escola é um ambiente onde a diversidade é evidente, onde existem crianças com necessidades especiais e de etnias diferentes. Sabemos que há muitas crianças e jovens neste meio que necessitam de um apoio especializado para poder ser inserido na rede regular de ensino. Podemos dizer então que no ano de 1994 com a “Declaração de Salamanca” começou um progresso para a inclusão. Hoje o processo de inclusão vive um novo momento de transição e avanço, onde as pessoas se relacionam de uma forma coordenada um com o outro. Esta inclusão não prevê a utilização de práticas curriculares específicas para certa deficiência, mas sim, conta com recursos dos pedagogos para eliminar barreiras que impede o processo de ensino e de aprendizagem. É muito importante ressaltar a qualificação pedagógica para a atuação do dia a dia. A partir dessa perspectiva, este presente artigo procura abordar um pouco sobre o tema que vem gerando preocupações à educação, que é a inclusão de deficientes auditivos na educação infantil, procurando refletir os impasses enfrentados ao longo dos anos para obter a inclusão do aluno, pois é evidente que os professores ainda não estão totalmente preparados para auxiliar um aluno com deficiência auditiva, pois, a muita dificuldade em respeito a sua comunicação. Utilizamos um referencial teórico sobre a história da inclusão e as práticas pedagógicas, enfatizando a atuação do professor como principal coautor nesse processo de inclusão. Este trabalho tem como metodologia a pesquisa documental.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência auditiva. Pedagogo.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de um aluno com deficiência auditiva na Educação Infantil é um tema que é necessário muita atenção e sabedoria para buscar o melhor método para um bom aprendizado, e também desenvolvimento emocional da criança.

Atualmente sabemos que a inclusão não é algo fácil de ser realizada, pois além de ter uma instituição com uma boa estrutura, precisa de profissionais qualificados para o ensino. Então hoje o grande desafio dessas instituições é oferecer uma prática pedagógica preparada para uma boa interação com os alunos. Mesmo com grandes

¹ Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

² Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

=====

dificuldades as instituições educacionais são ambientes estimuladores para a aprendizagem.

Além disso, o grande desafio do pedagogo é oferecer uma inclusão de qualidade para o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. Desta forma os educadores precisam estar preparados para tratar os alunos com necessidades especiais de forma igual, não devem tratar como coitadinhos, pois eles possuem uma grande capacidade de se desenvolver e ter uma boa aprendizagem, superando os seus desafios e ultrapassando os seus limites. Por este motivo e outros, vale a pena ressaltar a importância da qualificação do professor para um ensino de qualidade.

Então buscamos com esse trabalho esclarecer um pouco como podemos inserir esses alunos para que ocorra a inclusão de forma satisfatória, pois devemos sempre pensar e ter como objetivo o pleno desenvolvimento dos mesmos.

A escolha deste tema ocorreu pelo interesse na área da inclusão e da deficiência auditiva, sobre ela ocorre. Compreender essa deficiência é necessária para despertar o pedagogo a vontade de buscar conhecimentos, para a partir daí, buscar métodos para suprir as necessidades dos alunos.

No desenvolvimento deste trabalho discorreremos inicialmente sobre a história da inclusão, na sequência sobre a definição de deficiência auditiva, suas características e possíveis causas. Em outro momento o processo de inclusão na educação infantil, e a importância do papel do professor nesse processo de inclusão. Finalizando com as conclusões finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi desenvolvido através da metodologia de pesquisa bibliográfica. Com pesquisas em livros, documentos que regem as leis, leitura de artigos, publicações em sites, muita reflexão sobre o tema e as vivências do conteúdo.

Busca-se uma reflexão sobre a inclusão dos deficientes auditivos na Educação Infantil e o papel do professor nesse processo.

Propomos neste esclarecer a inclusão dos alunos com deficiência auditiva, refletindo sobre a questão que permeia essa pesquisa: Qual a história da inclusão? Qual a definição de deficiência auditiva? Quais métodos buscaremos para inseri-los no

=====

meio escolar? E quais métodos, nós como educadores, devemos buscar para o bom desenvolvimento escolar das crianças?

O principal objetivo deste trabalho é contribuir para uma melhor compreensão da inclusão dos deficientes auditivos na Educação Infantil. O aprofundamento do conhecimento da história da inclusão, da definição da deficiência auditiva e o papel do professor na busca de métodos em prol do aluno.

3.1 HISTÓRIA DA INCLUSÃO

Dentro da sociedade pessoas com deficiências são vistas de várias maneiras, sobre diferentes concepções e na história da Educação Inclusiva não é diferente.

Na antiguidade as pessoas com deficiência eram denominadas em outra hierarquia. Os humanos que apresentavam um comportamento ou o físico diferente eram associados à bruxaria, como demoníacas e acabavam sendo isolados e mortos. Por volta do século XIX ocorreu uma tentativa de novas crenças para uma criança com deficiência, que tinha como objetivo integrar a mesma dentro da sociedade.

Médicos e profissionais se dedicaram aos estudos das necessidades especiais a fim de proporcionar um tratamento, com isto as pessoas estavam associadas à incapacidade.

A partir da década de 90, na Conferência Mundial da Educação, ocorrida entre 07 a 10 de junho de 1994, surge então, a Inclusão Escolar a fim de romper os parâmetros já existentes através da “Declaração de Salamanca”, que tem como objetivo garantir a oportunidade para crianças e jovens com deficiências se tornarem parte integrantes do sistema educacional regular.

O princípio fundamental desta Linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizados [...].(DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, P.3)

Considerando a citação acima, a escola inclusiva parte do pressuposto que todas as crianças podem aprender e fazer parte da vida escolar e social, valorizando

=====

a diversidade e acreditando que as diferenças fortalecem e oferecem a todos os envolvidos maiores oportunidades para a aprendizagem.

Um trabalho pedagógico de qualidade contribui para a formação de cada sujeito, como ser histórico e social. É fundamental a realização de uma ação pedagógica que promova uma aprendizagem dos conteúdos pelo aluno, pois o fato dele frequentar a escola comum e conviver com outras pessoas não é suficiente para suprir as suas necessidades especiais.

A pedagogia deve ser centrada na criança sendo assim, capaz de auxiliar e suprir suas necessidades para que se torne alguém com chances de ser incluído socialmente, é preciso que lhe transmita o conhecimento historicamente produzido e que deve ser apropriado por todos os alunos de forma indiferenciada. Assim tendo clareza de que o aprendizado é o elemento essencial para garantir inclusão escolar social.

Hoje em dia este ainda é um grande desafio pois a sociedade precisa estar capacitada para esta inclusão e ainda tem muita dificuldade.

3.1 DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Deficiência auditiva é o nome usado para identificar a perda de audição ou diminuição na capacidade de ouvir sons, ou qualquer problema que ocorra na parte de ouvir sons dos ouvidos, e essa deficiência pode ser variada em graus e níveis.

As causas das perdas auditivas podem ser por diversas causas, algumas delas são: hereditárias, podem ocorrer no período gestacional, durante o nascimento ou após o nascimento e em qualquer idade. São chamados de surdos os indivíduos cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição ainda é deficiente e funciona com ou sem o aparelho auditivo.

A surdez é, portanto, caracterizada pela perda, maior ou menor da percepção dos sons, havendo vários tipos de deficiência auditiva. Essas deficiências em geral são classificadas pelo grau da perda da audição. Esta perda é avaliada pela intensidade do som, medida de decibéis (dB), em cada um dos ouvidos (MARCHESI, 1996).

Audição normal – Limiares entre 0 à 24 dB nível de audição. Deficiência Auditiva Leve – Limiares entre 25 à 40 dB nível de audição. Deficiência Auditiva Moderada – Limiares entre 41 à 70 dB nível de audição. Deficiência

=====

Auditiva Severa – Limiares entre 71 à 90 dB nível de audição. Deficiência Auditiva Profunda – Limiares acima de 90 dB nível de audição”. (DAVIS; SILVERMAN, 1996).

A surdez ainda pode ser classificada como unilateral, quando é em um ouvido só e bilateral quando atinge os dois. Existem alguns diversos tipos de deficiências auditivas que são: condutiva, neurosensorial, mista e a central, cada uma delas vai depender da região do ouvido onde foi causada a lesão.

A condutiva é causada por uma lesão na orelha externa e/ou média, que tem a função de levar o som até a orelha interna, em alguns casos é reversível, não necessitando de aparelhos, apenas cirurgia. A neurosensorial, já ocorre na orelha interna, neste caso acontece a diminuição do som e faz as pessoas ouvirem menos, dificultando o recebimento de sons, pois ocorre uma dificuldade em receber os sons que passam pela orelha externa e média. Na central, a deficiência auditiva não ocorre necessariamente acompanhada de diminuição da sensibilidade auditiva, porém manifesta-se por diferentes graus de dificuldades na compreensão das informações sonoras. São alterações nos mecanismos de processamento da informação sonora no tronco cerebral (sistema nervoso).

Sabemos que a linguagem é de grande importância para o desenvolvimento da criança, principalmente na educação infantil, onde está descobrindo o mundo ao seu redor. Portanto saber o grau da deficiência auditiva da criança se torna indispensável, pois saberemos de qual forma trabalhar com ela, para que tenha êxito na vida escolar.

3.2 INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A fase da Educação Infantil é de grande importância para o desenvolvimento da criança. De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), a educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.

Sendo assim, a educação infantil é uma etapa cheia de oportunidades para a criança e a escola deve cumprir seu papel, ficando atenta a suprir tais necessidades nesta faixa etária.

Incluir um aluno com deficiência auditiva na educação infantil requer um trabalho em conjunto da escola, pois sabemos que a linguagem nessa faixa etária é de suma importância, pois ainda está em desenvolvimento.

=====

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação. (BRASIL, 1998, p. 23)

A pré-escola torna-se essencial para a criança, pois é na educação infantil que ela começará a interagir com outras crianças de sua faixa etária, e a observar o mundo social ao seu redor.

A escola tem que está preparada para recebê-la. A instituição tem que ter recomendações necessárias educativas para cada criança. Como por exemplo, incentivar a criança a avançar etapas, sendo na parte de coordenação motora, cognitiva ou na linguagem.

Para incluir um aluno com deficiência auditiva, a escola precisa dispor também de recursos que tornem viável o processo de inclusão.

3.3 O PAPEL DO PEDAGOGO NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Sabemos que no mundo atual, existem diferentes maneiras de aprender e se comunicar. O professor hoje está sendo habilitado para lidar com essas diferenças, cabe a eles a missão de incluir em sala de aula, métodos que possam melhorar a convivência entre alunos menos favorecidos com os alunos ditos como “normais”.

Já se sabe que a aceitação desses alunos especiais entre os outros considerados normais está sendo cada vez melhor. Dependendo da necessidade especial de alguns alunos, existe a opção de ter em sala de aula um segundo professor, que fica disponível ao aluno, fazendo assim que este consiga acompanhar a turma com igualdade, ou quase isso.

As necessidades especiais de cada aluno devem ser trabalhadas, explicadas, mostradas e educadas à cada classe, para que não exista discriminação entre eles. O professor deve mostrar a situação de cada dificuldade abertamente para que não haja discriminação, porque quando acontece também dificulta o aprendizado de ambos dentro de sala de aula.

A passagem pela escola pode ser difícil para os alunos com deficiência auditiva, pois se precisa ter uma boa equipe pedagógica e o incentivo dos pais para que o aluno tenha um rendimento escolar bom e tranquilo.

=====

A educação inclusiva garante a participação de todos os alunos na escola, tendo como objetivo o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção no convívio social. Para que o aluno com deficiência auditiva tenha um bom rendimento escolar é necessário que o professor promova atividades respeitando as diferenças e estimulando o aluno a querer aprender. Cabe ao educando fazer com que tenha oportunidade de interação entre todos os alunos, para que tenha a capacidade de um bom relacionamento.

A diversidade deve ser valorizada e respeitada entre os alunos, pois cada um possui características diferentes e trabalhar com essa diversidade é um grande desafio, por este motivo a escola tem que ser vista como espaço de todos e para todos.

A proposta pedagógica na educação especial deve ser feita com o objetivo de complementar e apoiar o processo educacional, em alguns casos deve substituir os serviços educacionais comuns de modo a garantir o aprendizado dos alunos.

Sendo assim cabe aos professores tentar incluí-los neste meio de igualdade para garantir um futuro menos desfavorecido, ou seja, o professor tem um papel muito importante na inclusão dessas crianças, portanto é necessário investir na formação para se adquirir profissionais qualificados.

Conforme Cunha (2013 p.64-65) “Um dos grandes problemas da educação é a insistência em punir o erro e não transformá-lo em mudanças, descobrimentos e saberes”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este presente artigo foi possível concluir que a inclusão é uma realidade que ainda precisa ser trabalhada, pois é algo que acontece de uma forma gradativa, porém muito lenta.

As pessoas com deficiência levaram séculos para serem aceitas na sociedade, somente na década de 90 com a Declaração de Salamanca, que tinha como o objetivo garantir a oportunidade para crianças e jovens se tornarem parte integrante do sistema educacional regular, a partir disto começou a colocar em prática a Inclusão Escolar. Onde as escolas tinham que acolher todas as crianças, independentemente de suas condições tanto físicas, intelectuais, emocionais, entre outras.

=====

Incluir um aluno com deficiência na educação infantil requer um trabalho de toda escola, pois essa fase na vida da criança é muito importante. A inclusão não é apenas direito do aluno com deficiência auditiva e sim de todos aqueles que possuem alguma necessidade especial.

O papel do pedagogo é buscar formas para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos com algum tipo de deficiência, por isso ele acaba sendo o grande pilar de uma inclusão, ou seja, se torna um exemplo para as outras crianças e jovens. Portanto o pedagogo precisa recriar um ambiente de oportunidades de vivência, despertar a curiosidade, semeando assim um futuro com menos discriminação no ambiente escolar.

Concluimos que para uma inclusão com êxito, é preciso muita dedicação e mudanças na postura do professor e que quando bem aplicados dão maior entusiasmo tornando-se um lindo ato de amor, porém sabemos que o professor ainda não está totalmente qualificado para enfrentar as diversidades do seu dia a dia.

REFERÊNCIAS

- BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **A alfabetização de crianças com deficiência**: uma proposta inclusiva. Brasília 2012. Disponível em: http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Educacao_Especial_MIOLO.pdf. Acesso em 11 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Ministério da Educação. 1994, p.3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- MARQUETI, Adriana Rocha Rodrigues, **A inclusão do deficiente auditivo na educação infantil: a atuação do professor**. Disponível em: <http://www.unisaesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56027.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- SIBINHO. **Deficiência Auditiva**. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/deficiencia-auditiva.htm>. Acesso em: 21 jun. 2020
- FREIRE, Shirleidy de Souza. Inclusão escolar: práticas pedagógicas para uma educação inclusiva. **Artigonal**, 2011. Disponível em <http://www.artigonal.com/educacao-online-artigos/inclusao-escolar-praticas-pedagogicas-para-uma-educacao-inclusiva-4951779.html>. Acesso em 22 jun. 2020.

=====

RAPOSO, Valdilene de Carle, **A inclusão do deficiente auditivo na escola**. Portal da Educação. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/a-inclusao-do-deficiente-auditivo-na-escola/13898>. Acesso em 7 jul. 2020.

RICARDO, Fátima Sueli Vidoto. **A importância da inclusão de aluno com deficiência auditiva na escola de ensino regular de Naviraí/MS**: um estudo de caso. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/pedagogia/aluno-com-deficiencia-auditiva?amp>. Acesso em 7 jul. 2020.

SILVEIRA, Tatiana dos Santos da. **Educação inclusiva**. Indaial: Uniasselvi, 2013.

=====

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Crislêine da Silva de Souza¹

Resumo: O presente artigo bibliográfico trata sobre “a importância da literatura infantil no processo de ensino e aprendizagem”. Tendo como principais objetivos, reconhecer a importância da literatura infantil e incentivar a formação do hábito de leitura na idade em que todos os hábitos se formam, na infância, usando a literatura como um método de ensino e formador de opiniões, de modo que, favoreça a construção do conhecimento de nossas crianças, valorizando assim as histórias e os contos infantis, descobrindo o maravilhoso mundo da literatura infantil. O presente artigo inicia com um breve histórico da literatura infantil, apresenta conceitos de linguagem e leitura, enfoca a importância de ouvir histórias e do contato da criança desde cedo com os livros e finalmente esboça algumas estratégias para desenvolver o hábito de ler. Pois é no contato com essa arte que a criança aprende a ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo.

Palavras-chave: Educação. Literatura infantil. Criança.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo bibliográfico aborda a importância da literatura infantil no processo de ensino e aprendizagem, apresentando aspectos importantes relacionados à construção do conhecimento no processo de ensino-aprendizagem, focalizando a relação teoria e prática de modo que possamos resgatar a verdadeira função do educar. Usando a literatura infantil como uma importante ferramenta para o desenvolvimento da criança, de forma lúdica, prazerosa e significativa caminho que leva a desenvolver a imaginação, emoção e sentimentos, promovendo a socialização entre elas. Pois a literatura infantil não serve apenas como um “passa tempo”, se o professor souber organizar, estabelecer metas e objetivos com as histórias e contos infantis que contará aos seus alunos, verá que em suas mãos terá um método lúdico para o ensino-aprendizagem de seus alunos.

Serão analisadas obras e citações de renomados autores como: Vygotsky, Fanny Abramovich, Richard Bamberger, Nelly Coelho, Regina Zilberman, que buscam resgatar a importância da literatura, e que lutam em prol de uma educação de

¹ Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

=====

qualidade e que reconheça e valorize as obras literarias como grandes ferramentas para o ensino.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, pois a mesma oferece meios que auxiliam na definição e resolução dos problemas já conhecidos, como também permite explorar novas áreas onde os mesmos ainda não se cristalizaram suficientemente. Permite também que um tema seja analisado sob novo enfoque ou abordagem, produzindo novas conclusões. Além disso, permite a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla, principalmente quando o problema da pesquisa requer a coleta de dados muito dispersos no espaço. Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

Este artigo aborda de forma qualitativa e quantitativa, se baseando em estudos nos quais utiliza a literatura infantil e ensino aprendizado, como metodologias de ensino capazes de transmitir conhecimentos e auxiliar no desenvolvimento infantil de forma prazerosa, criativa e divertida no seu processo de ensino e aprendizagem.

3 VALORIZAÇÃO DA LEITURA

Atualmente a valorização da literatura juntamente com a qualidade de ensino depende cada vez mais do incentivo da unidade escolar e dos professores. A base para um programa de formação de alunos leitores e crítico vem da partilha de conhecimentos, no estudo de casos e práticas pedagógicas que tendem a se unir para uma melhor reflexão e compreensão dos métodos de ensino, para uma educação de qualidade. Devemos ter em mente que o professor e os métodos de ensino, exercem um papel insubstituível no processo de transformação social e no desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem, sendo assim o presente trabalho acadêmico foi realizado tendo em vista conhecer pontos importantes referentes à importância da literatura infantil como metodologia de ensino, através de informações que

=====

construíram para o presente da utilização e possivelmente modificarão ou/e transformará esta nobre fonte enriquecedora de ensino, que é a literatura.

As informações que serviram como bases para a pesquisa acadêmica vieram de biografias de renomados autores; são eles: Vygotsky, Fanny Abramovich, Richard Bamberger, Nelly Coelho, Regina Zilberman, Luís Camargo, Elizabeth Baldi, Ronald E. Barker, Robert Escarpit, Laura C. Sandroni, Luiz Raul Machado, entre outros estudiosos e escritores que defendem a literatura como uma metodologia de ensino ale de artigos extraídos da internet que serviram para esclarecer e discutir possíveis dúvida.

Outra fonte de informações que não poderia deixar de comentar é a LDB, lei de diretrizes e Bases da Educação Brasileira e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que veio como um grande passo para o atual sistema de ensino, esta busca esclarecer e organizar entre tantos aspectos referentes à educação, a formação e a valorização da educação.

No presente trabalho acadêmico as informações e problemáticas serão abordadas de forma qualitativa e quantitativa, pois nesta temática é necessário analisar a forma como cada profissional reflete suas práticas, seus conhecimentos e o que possivelmente virá a conhecer e transmitir aos seus alunos, já que cada profissional é único e tem seu modo de enfrentar e trabalhar varia metodologias de ensino em busca de aprendizagem de qualidade, criativa e de forma prazerosa e lúdica em sala de aula. É importante analisar também as diversas oportunidades e incentivos que são oferecidas para que o educador obtenha sucesso em suas práticas educativas.

A proposta do presente trabalho de graduação é analisar a dimensão que a literatura tem e que reflete nos nossos alunos e que ao longo do seu processo de ensino e aprendizagem, influenciam e auxiliam no seu desenvolvimento psicológico e social, e para isso foram analisados dados e temas pertinentes ao tema, seguindo uma linha de raciocínio que visa destacar a realidade da educação e suas perspectivas.

Sendo que o professor é o mediador entre o conhecimento e o seu aluno, e que influencia no seu desenvolvimento social e na relação cultural. O professor conhece seus alunos e a bagagem que cada um já traz consigo, e poderá fazer um planejamento flexível conforme a necessidade de cada um, e assim trabalhar com

=====

várias obras literárias que serviram de maneira enriquecedora no seu desenvolvimento.

3.1 A IMPORTÂNCIA DA LITURATURA INFANTIL PARA A CRIANÇA

A literatura é apresenta a criança de modo oral, onde ela ouve a mãe ou o pai a contar-lhes contos de fada, histórias inventadas, narrativas de quando eles eram crianças e tanta coisa mais... Ler histórias para a criança é o modo mais eficaz de desperta o seu interesse em ouvir uma boa história e gostar ainda mais delas, já que sua capacidade de imaginar é mais intensa. Além de estimular a criança para desenhar, para cantar, para brincar de faz-de-conta, tudo usando a sua imaginação, partindo tudo isso da leitura de livro, da contação de uma história.

É importante contar histórias mesmo para as crianças que já sabem ler, pois segundo Abramovich (1997, p.23) "quando a criança sabe ler é diferente sua relação com as histórias, porém, continua sentindo enorme prazer em ouvi-las". Quando as crianças maiores ouvem as histórias, aprimoram a sua capacidade de imaginação, já que ouvi-las pode estimular o pensar, o desenhar, o escrever, o criar, o recriar. Num mundo hoje tão cheio de tecnologias, onde as informações estão tão prontas, a criança que não tiver a oportunidade de suscitar seu imaginário, poderá no futuro, ser um indivíduo sem criticidade, pouco criativo, sem sensibilidade para compreender a sua própria realidade.

Portanto, garantir a riqueza da vivência narrativa desde os primeiros anos de vida da criança contribui para o desenvolvimento do seu pensamento lógico e também de sua imaginação, que segundo Vygotsky, caminham juntos.

“Os primeiros anos de vida da criança contribui para o desenvolvimento do seu pensamento lógico e também de sua imaginação caminham juntos, a imaginação é um momento totalmente necessário, inseparável do pensamento realista, na imaginação a direção da consciência tende a se afastar da realidade. Esse distanciamento da realidade através de uma história, por exemplo, é essencial para uma penetração mais profunda na própria realidade, afastamento do aspecto externo aparente da realidade dada imediatamente na percepção primária possibilita processos cada vez mais complexos, com a ajuda dos quais a cognição da realidade se complica e se enriquece”. (VYGOTSKY 1992, p.129)

É ouvindo histórias que se podem sentir emoções importante como: a tristeza, a raiva, a irritação, o medo, a alegria, o pavor, a impotência, a insegurança e tantas

=====
outras mais, e viver profundamente isso tudo que as narrativas provocam e suscitam em quem as ouve ou as lê, com toda a amplitude, significância e verdade que cada uma delas faz brotar.

A literatura é essencial para saúde física e mental das crianças e é fundamental para a vida familiar e comunitária. Além de fazer parte do processo de formação e educacional.

Segundo Silva (apud CASTRO 1992 p.57):

“Bons livros poderão ser presentes e grandes fontes de prazer e conhecimento. Descobrir estes sentimentos desde bebezinhos poderá ser uma excelente conquista para toda a vida”.

A criança possui um universo próprio, e a literatura abre muitos caminhos que possibilitam a interação com o mundo real em que vive. O primeiro contato que a crianças tem com os livros se dá do modo oral, pois elas ouvem as histórias que seus pais ou professores contam, através da leitura de um livro de história ou de um livro de ilustrações. De acordo com Sandroni & Machado (1998, p.16).

Os livros aumentam muito o prazer de imaginar as coisas. A partir de histórias simples, a criança começa a reconhecer e a interpretar sua experiência de vida real. A hora de “curtir” um livro juntos, é a hora de partilhar. O amor pelos livros não é coisa que apareça de repente. É preciso ajudar a criança a descobrir o que eles lhes podem oferecer (SANDRONI & MACHADO, 1986, p.16).

É importante que o livro seja tocado pela criança, folheado, de forma que ela tenha um contato mais íntimo com o objeto do seu interesse. A partir daí, ela começa a gostar dos livros, percebe que eles fazem parte de um mundo fascinante, onde a fantasia apresenta-se por meio de palavras e desenhos.

É preciso ajudar a criança a descobrir o que eles podem oferecer. Assim, pais e professores têm um papel fundamental nesta descoberta: serem estimuladores e incentivadores da leitura.

[...] A criança que toma contato com o livro pela primeira vez ao entrar na escola, costuma associar a leitura com a situação escolar, principalmente se não há leitura no meio familiar. Se o trabalho escolar é difícil e pouco compensador, a criança pode adquirir a versão pela leitura e abandoná-la completamente quando deixar a escola. É conveniente então que o livro entre para a vida da criança antes da idade escolar e passe a fazer parte de seus brinquedos e atividades cotidianas (BARKER; ESCARPIT, 1975, P.182).

=====

Vivemos em um mundo com muitas tecnologias, onde todas as histórias, informações, jogos e atividades lúdicas; podem ser encontrados no computador, TV, CD's e DVD's. E os livros acabam sendo esquecidos. Mas, o que não pode ser esquecido é a importância da literatura na vida das crianças, pois uma história bem contada possui um grande poder e proporciona grandes benefícios, o de usar a imaginação para viajar nas histórias que lhe contam e o sentimento de prazer, curiosidade ansiedade e o gostinho de quero mais, que sentimos em ouvir uma história bem contada. São sentimentos que nenhuma tecnologia no mundo é capaz de substituir. Além do prazer de tocar as páginas de um livro e encontrar nelas um mundo repleto de surpresas e encantamento.

3.2 A LITERATURA COMO MÉTODO DE ENSINO

Através da literatura infantil podemos encontrar meios e métodos de ensino, visando à interação e a socialização entre as crianças e o processo de aprendizagem pelos quais ela irá passar até a aquisição da leitura e escrita. E usando a literatura também podemos proporcionar as crianças aulas mais prazerosas e atrativas, usando um método de ensino lúdico. E assim incentivar as crianças a se interessarem pela literatura, buscando no livro a alegria e prazer pela leitura. A literatura infantil é um amplo campo de estudos que exige do professor conhecimento para saber adequar os livros às crianças, gerando um momento propício de prazer e estimulação para a leitura.

E segundo a professora Elizabeth Baldi:

“É preciso alimentar a imaginação de nossos alunos, compartilhar leituras com eles e oferecer-lhes experiências de fruição, para que descubram os encantos da literatura como uma forma de arte que possibilita conhecerem melhor a si mesmo, ao mundo e aos que os cercam, para que se tornem pessoas mais sensíveis, mais críticas, mais criativas.”

E é por meio da literatura, que o professor assume o papel de formar e dar continuidade ao hábito da leitura, transmitindo as crianças vários conhecimentos que são necessários para o seu desenvolvimento revertendo situações desfavoráveis ao estímulo da leitura, possibilitando a elas compreender as coisas que acontecem ao seu redor com ampla visão crítica de mundo, pois a leitura desempenha uma

=====

educação emancipadora e formadora de opiniões. E permitem que elas possam explorar o imaginário, resolver conflitos, descobrir respostas, levantar questionamentos e até viajar aos lugares desconhecidos, com a ajuda da sua imaginação, e sentir uma infinidade de sensações e emoções.

Para Lajolo, a leitura literária é fundamental e também essencial.

É à literatura, como linguagem e como instituição, que se confiam os diferentes imaginários, as diferentes sensibilidades, valores e comportamentos através dos quais uma sociedade expressa e discute, simbolicamente, seus impasses, seus desejos, suas utopias. Por isso a literatura é importante no currículo escolar: o cidadão, para exercer, plenamente sua cidadania, precisa apossar-se da linguagem literária, alfabetizar-se nela, tornar-se seu usuário competente, mesmo que nunca vá escrever um livro: mas porque precisam ler muitos. (LAJOLO, 2008, p.106)

Essas histórias permitem que elas possam explorar o imaginário, resolver conflitos, descobrir respostas, levantar questionamentos e até viajar aos lugares desconhecidos, com a ajuda da sua imaginação, e sentir uma infinidade de sensações e emoções.

Neste sentido, quanto mais cedo à criança tiver contato com os livros e perceber o prazer que a leitura produz, maior será a probabilidade de ela tornar-se um adulto leitor. Da mesma forma através da leitura a criança adquire uma postura crítico-reflexiva, extremamente relevante à sua formação cognitiva.

Hoje a dimensão da literatura infantil é muito mais ampla que proporciona e ajuda à criança no desenvolvimento emocional, social e cognitivo. Quando as crianças ouvem histórias, passam a visualizar de forma mais clara, sentimentos que têm em relação ao mundo. As histórias trabalham problemas existenciais da infância, como medos, sentimentos de inveja e de carinho, curiosidade, dor, perda, além de ensinarem infinitos assuntos.

“É através de uma história que se podem descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de serem, outras regras, outra ética, outra ótica... É ficar sabendo história, filosofia, direito, política, sociologia, antropologia, etc. sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula”. (ABRAMOVICH, 1997, p.17)

E é por este motivo que a literatura infantil exerce um importante papel na formação das crianças. Sendo fundamental para o seu processo de ensino-aprendizagem, recreação e informação. Pois todas as obras literárias abordam

=====

questões diretamente ligadas a sociedade. Além de salientar a importância de valorizar as amizades, e os valores da sociedade. E através da literatura infantil, podemos estimular a imaginação da criança e a sua formação.

“Quando a aprendizagem da leitura é experiência não apenas como o melhor caminho, mas como o único para sermos transportados para dentro de um mundo previamente desconhecido, então a fascinação inconsciente da criança em relação aos acontecimentos imaginários e seu poder mágico apoiará os seus esforços conscientes na decodificação, dando-lhe forças para vencer a difícil tarefa de aprender a ler.” (BETTEELHEIM,1984, p.49)

E o professor é o principal mediador e incentivador na socialização do educando com a literatura, usando esta metodologia nas práticas educativas, para o processo de alfabetização. Pois a literatura infantil com suas histórias e contos são importantes para trabalhar com as crianças, pois relatam histórias que abordam como temas principais os valores, que são a base principal para formação de pessoas, de cidadãos responsáveis e críticos. Nesse sentido, a Literatura se apresenta não só como veículo de manifestação de cultura, mas também de ideologias. E as crianças, na medida em que se desenvolvendo deve aprender passo a passo a se entender melhor e os outros que estão ao seu redor, e a literatura infantil fazem parte deste desenvolvimento.

E de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

“A leitura na escola tem sido, fundamentalmente, um objeto de ensino. Para que possa contribuir também como objeto de aprendizagem, é necessário que faça sentido para o aluno, isto é, a atividade de leitura deve responder do seu ponto de vista, a objetivos imediatos. Como se trata de uma prática social complexa, se a escola pretende converter a leitura em objeto de aprendizagem deve preservar sua natureza e sua complexidade, sem descaracterizá-la. Isso significa trabalhar com a diversidade de textos e de combinações. Significa trabalhar com a diversidade de objetivos e modalidades que caracterizam a leitura”.

A promoção da leitura deve ser uma responsabilidade consciente de todo corpo docente da escola, pois não é possível ter sucesso nesse aspecto com ações isoladas. Pois a criança deve ter na escola um ambiente propício à leitura e reflexão, que seja capaz de deixá-la concentrada, com a finalidade de integrar o indivíduo e sociedade pela leitura e pela informação.

=====

4 OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELA CRIANÇA NA LITERATURA

A criança, durante o seu desenvolvimento intelectual e psicológico, passa por várias fases e etapas no seu processo de aquisição da leitura, que precisam ser observadas pelo o professor, e é importante que ele saiba reconhecer todas as fases em que a criança irá passar. Pois não é possível obrigar alguém a gostar da leitura, é o interesse na leitura que provoca a ação de ler, e o interesse é gerado por fatores diferenciados como a idade, a escolaridade, o sexo e nível socioeconômico dos leitores, respeitando o nível de amadurecimento psíquico, afetivo e intelectual de cada criança.

Os livros de história ambiental e da leitura factual são adequados para esta fase dos 9 a 12 anos de idade, devem apresentar imagens e textos, estes escritos em frases simples, de comunicação direta e objetiva. A criança nesta fase já domina o mecanismo da leitura. Seu pensamento está mais desenvolvido, permitindo-lhe realizar operações mentais. Interessa-se pelo conhecimento de toda a natureza e pelos desafios que lhes são propostos. O leitor desta fase tem grande atração por textos em que haja humor e situações inesperadas ou satíricas. O realismo e o imaginário também agradam a este leitor. De acordo com Coelho (2002) deve conter início, meio e fim. O tema deve girar em torno de um conflito que deixará o texto mais emocionante e culminar com a solução do problema.

E o professor para auxiliar a criança em cada uma destas fases, é necessário adequar os livros às diversas fases pelas quais a criança normalmente irá passar. E Segundo Coelho (2002) a criança passa por cinco fases que norteiam o seu desenvolvimento psicológico da leitura, que são: o pré-leitor, o leitor iniciante, o leitor-em-processo, o leitor fluente e o leitor crítico.

4.1 O PRÉ-LEITOR

1ª fase – O pré-leitor (2 a 5 ou 6 anos de idade); está fase abrange a primeira e a segunda infância. E os livros de gravuras e dos versos infantis são os mais adequados. E Camargo também destaca a importância da leitura das diversas linguagens que são apresentadas nos meios de comunicação e da necessidade de uma alfabetização que não seja exclusivamente voltada ao conhecimento das letras.

=====

O livro de imagem não é um mero livrinho para crianças que não sabem ler. Segundo a experiência de cada um e das perguntas que cada leitor faz às imagens, ele pode se tornar o ponto de partida de muitas leituras, que podem significar um alargamento do campo de consciência: de nós mesmos, de nosso meio, de nossa cultura e do entrelaçamento da nossa com outras culturas, no tempo e no espaço (CAMARGO, 1995: 79).

Na primeira infância, a criança começa a reconhecer o mundo ao seu redor através do contato afetivo e do tato. Por este motivo ela sente necessidade de pegar ou tocar tudo o que estiver ao seu alcance. Outro momento marcante nesta fase é a aquisição da linguagem, onde a criança passa a nomear tudo a sua volta. A partir da percepção da criança com o meio em que vive, é possível estimulá-la oferecendo-lhe brinquedos, álbuns, chocalhos musicais, entre outros. Assim, ela poderá manuseá-los e nomeá-los e com a ajuda de um adulto poderá relacioná-los propiciando situações simples de leitura.

Segunda infância é o início da fase egocêntrica. Está mais adaptada ao meio físico e aumenta sua capacidade e interesse pela comunicação verbal. Como se interessa também por atividades lúdicas, o “brincar” com o livro será importante e significativo para ela. A técnica da repetição de elementos é segundo Coelho (2002, p.34) “favoráveis para manter a atenção e o interesse desse difícil leitor a ser conquistado”.

4.2 O LEITOR INICIANTE

2ª fase – O leitor iniciante (5 a 8 ou 9 anos de idade) os livros mais adequados são os de conto de fadas, pois possui uma linguagem simples com começo, meio e fim. Essa é a fase em que a criança começa a apropriar-se da decodificação dos símbolos gráficos, mas como ainda se encontra no início do processo, é fundamental que o professor estimule, com livros atrativos. Em que os personagens podem ser humanos, bichos, robôs, objetos, especificando sempre os traços de comportamento, como bom e mal forte e fraco, feio e bonito. Histórias engraçadas, em que o bem vença o mal atraem muito. E de acordo com Coelho (ibid., p. 35) “eles devem estimular a imaginação, a inteligência, a afetividade, as emoções, o pensar, o querer, o sentir”.

=====

4.3 O LEITOR FLUENTE

3ª fase – O leitor fluente (12 a 14 anos de idade) É adequado história de aventuras ou leituras orientadas para as sensações, com linguagem mais elaborada. As imagens já não são indispensáveis, porém ainda é um elemento forte de atração. Interessa-se por mitos e lendas, policiais, romances e aventuras. Os gêneros narrativos que mais agradam são os contos, as crônicas. O leitor fluente está em fase de consolidação dos mecanismos da leitura. Sua capacidade de concentração cresce e ele é capaz de compreender o mundo expresso no livro. Segundo Coelho (2002) é a partir dessa fase que a criança desenvolve o “pensamento hipotético dedutivo” e a capacidade de abstração. Este estágio, chamado de pré-adolescência, promove mudanças significativas no indivíduo. Há um sentimento de poder interior, de verem-se como um ser inteligente, reflexivo, capaz de resolver todos os seus problemas sozinho. Aqui há uma espécie de retomada do egocentrismo infantil, pois assim como acontece com as crianças nesta fase, o pré-adolescente pode apresentar certo desequilíbrio com o meio em que vive.

4.4 O LEITOR CRÍTICO

4ª fase – O leitor crítico (14 a 17 anos de idade) nesta fase a preferência é por livros com conteúdo mais intelectuais, pois ela já possui total domínio da leitura e da linguagem escrita. Sua capacidade de reflexão aumenta, permitindo-lhe a intertextualização. Desenvolve gradativamente o pensamento reflexivo e a consciência crítica em relação ao mundo. Sentimentos como saber, fazer e poder são elementos que permeiam o adolescente. O convívio do leitor crítico com o texto literário, segundo Coelho (2002, p.40) “deve extrapolar a mera fruição de prazer ou emoção e deve provocá-lo para penetrar no mecanismo da leitura”.

O leitor crítico continua a interessar-se pelos tipos de leitura da fase anterior, porém, é necessário que ele se aproprie dos conceitos básicos da teoria literária. De acordo com Coelho (ibid., p.40) a literatura é considerada a arte da linguagem e como qualquer arte exige uma iniciação. Assim, há certos conhecimentos a respeito da literatura que não podem ser ignorados pelo leitor crítico.

=====

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura infantil sempre fez e ainda faz parte do desenvolvimento da criança, transmitindo a elas novos conhecimentos, exemplos de ações corretas, os principais valores da sociedade, como o respeito, a amizade, a honestidade, para termos um bom convívio, que são a base para podermos formar cidadãos responsáveis e que respeitam uns aos outros.

E nós como educadores devemos passar esses valores aos nossos alunos através de histórias infantis, contos e outras atividades lúdicas, que estimulem a refletir sobre os valores e a vivenciá-los na prática de seu dia-a-dia.

Através do presente trabalho de graduação foram identificadas quais as metodologias utilizadas pelo professor, às progressões e interação entre professor e aluno na sala de aula. Utilizando a literatura como uma metodologia de ensino para que o professor possa desenvolver seu trabalho, compreendendo que através de um bom planejamento é possível se elaborar uma boa aula. Pois a literatura não deve ser encarada como uma atividade para distrair o aluno ou acalmá-lo, momento em que se encontra agitado é de extrema importância para os professores e os pais discutir o que é leitura, a importância do livro no processo de formação do leitor, bem como, o ensino da literatura infantil como processo para o desenvolvimento do leitor crítico.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil gostosuras e bobices**. São Paulo: Spicione, 1997.

BALDI, Elizabeth. **Leitura nas series iniciais**. Porto Alegre: Projeto, 2009.

BARKER, Ronald E.; ESCARPIT, Robert. **A fome de ler**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Instituto Nacional do Livro, 1975.

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito da leitura**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2000.

BETTELHEIM, Bruno; ZELAN, Karen. **Psicanálise da alfabetização**: um estudo psicanalítico do ato de ler e aprender. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

CAMARGO, L. **Ilustração do livro infantil**. Belo Horizonte: Lê, 1995.

COELHO, N. N. **A literatura infantil**: história, teoria e análise. São Paulo: Moderna, 2002.

=====

COSTA, Camila Almeida Pinheiro da. **Caderno de estudos literatura infantil**.
Indaial: UNIASSELVI, 2010.

LAJOLO, Marisa. Tecendo a leitura. *In: Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 104-109.

PARÂMETROS CURRICULAS NACIONAIS (PCNs). **Língua portuguesa**. vol. 2.
Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 2001.

SANDRONI, Laura; MACHADO, Luiz Raul. **A criança e o livro**. Rio de Janeiro:
Ática, 1998.

SILVA, Ana Araújo. Literatura para bebês. **Pátio**, São Paulo, n. 25, p. 57-59, fev./abr.
2003.

SILVA, Roberto da; CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**.
6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2000.

=====

O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL, UMA ANÁLISE DESSE BINÔMIO

Ivone Miguel Deodato¹

RESUMO: A questão norteadora deste trabalho centra-se na discussão do binômio cuidar e educar na educação infantil, buscando entender essa perspectiva e buscando a construção de um debate que contemple as especificidades desse tema e que, de fato, torne a realidade à educação e desenvolvimento psico-social-cognitivo da criança. Este trabalho tem como objetivo geral analisar o binômio educar e cuidar na educação infantil. Identificando o conceito de infância na história recente. Analisando a história da educação infantil no Brasil. Discutir o cuidar e o educar e a contribuição das famílias das crianças atendidas nos Centro de Educação Infantil, direcionado para o desenvolvimento do processo ensino/ aprendizagem na fase de alfabetização. O desenvolvimento do trabalho se dará em um primeiro momento num breve histórico da educação infantil na história moderna de nossa sociedade, em seguida será feito um relato da participação da família no processo educar e cuidar na Educação Infantil, ainda no terceiro capítulo o tema educar e o cuidar na Educação Infantil. Em seguida teremos as discussões de dados, as considerações finais. Assim fecha-se a apresentação do trabalho. Entendeu-se ser necessário essas abordagens para um melhor entendimento da discussão dessa pesquisa. No desenvolvimento deste trabalho, utilizamos a metodologia exploratória, quanto à abordagem, é qualitativa e quanto aos meios foi feita uma revisão literária utilizando livros, artigos, sites e diversas informações mediante trabalhos científicos, e muita reflexão sobre o conteúdo. A Educação Infantil não é apenas um lugar de cuidados, mas que se reconheça que há uma transmissão de saberes, asseverando sua capacidade educativa. Trabalho que vai rogar dos profissionais não apenas um olhar diferenciado sobre a criança em construção, mas também uma abertura para fazer de sua prática uma interrogação permanente, capaz de provocar uma mudança de posição junto à criança que é atendida, cuidada e educada.

Palavras-chave: Educação infantil. Cuidar. Educar.

1 INTRODUÇÃO

A questão norteadora deste trabalho centra-se na discussão do binômio cuidar e educar na educação infantil, buscando entender essa perspectiva e buscando a construção de um debate que contemple as especificidades desse tema e que, de fato, torne a realidade à educação e desenvolvimento psico-social-cognitivo da criança. O tema justifica-se pela sua atualidade e importância para professores, pais e a todos os envolvidos na temática infantil.

¹ Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

=====

A educação infantil encontra unanimidade quando o considera os aspectos do cuidar e do educar como proporções fundamentais ao desenvolvimento de crianças pequenas, o que tem gerado uma série de debates, pesquisas e publicações voltadas ao desenvolvimento humano, sobretudo o infantil.

A sociedade moderna mudou suas características após a Revolução Industrial, no continente europeu, fato esse que mudou a vida das mulheres, levadas a trabalhar nas indústrias teriam nas creches uma aliada para essa nova empreitada. No início as creches cuidavam das crianças filhas das mulheres proletárias. Esse atendimento foi mudando e durante a nossa história recente as creches passaram por mudanças positivas evoluindo para o que temos hoje em Centro de Atendimento Infantil (CEI). A Educação Infantil, tornou-se uma grande aliada na formação da criança. Os espaços escolares da Educação Infantil vêm suprimindo a necessidade das crianças em brincar, interagir.

Foi a partir da década de 1930, que o governo brasileiro federal assume a tutela da responsabilidade de atendimento infantil, quando criou o Ministério da Educação e Saúde. Porém as creches continuaram mantendo suas concepções filantrópicas e de práticas assistencialistas por muito tempo, com políticas públicas destinadas à assistência social e saúde, não se valorizando nessa época, na maioria das instituições, o trabalho conduzido à educação e ao desenvolvimento da criança.

Essa mudança só ocorreu após a Constituição Federal de 1988, que veio legitimar a educação infantil enquanto direito da criança, como fruto da luta de entidades civis organizadas em defesa dos direitos da infância. É a partir desse direito proclamado que se faz necessária a demarcação de algumas especificidades da educação das crianças de 0 a 6 anos. Em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente, defendendo o direito das crianças com maior afinco.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o binômio educar e cuidar na educação infantil. Identificando o conceito de infância na história recente. Analisando a história da educação infantil no Brasil. Discutir o cuidar e o educar e a contribuição das famílias das crianças atendidas nos Centro de Educação Infantil, direcionado para o desenvolvimento do processo ensino/ aprendizagem na fase de alfabetização.

O desenvolvimento do trabalho se dará em um primeiro momento num breve histórico da educação infantil na história moderna de nossa sociedade, em seguida será deito um relato da participação da família no processo educar e cuidar na

=====

Educação Infantil, ainda no terceiro capítulo o tema educar e o cuidar na Educação Infantil. Em seguida teremos as discussões de dados, as considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No desenvolvimento deste trabalho, utilizamos a metodologia exploratória, quanto à abordagem, é qualitativa e quanto aos meios foi feita uma revisão literária utilizando livros, artigos, sites e diversas informações mediante trabalhos científicos, e muita reflexão sobre o conteúdo.

Segundo Martins (2001, p. 34) a revisão bibliográfica, ou revisão da literatura, é a análise crítica, meticulosa e ampla das publicações correntes em uma determinada área do conhecimento. A pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. Busca também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema. Podemos somar a este acervo as consultas a bases de dados, periódicos e artigos indexados com o objetivo de enriquecer a pesquisa.

Neste estudo adotou como estratégia metodológica, a revisão bibliográfica – optou-se por utilizar a revisão narrativa que é um dos tipos de revisão de literatura, pela possibilidade de acesso à experiências de autores que já pesquisaram sobre o assunto, segundo Silva *et al.* (2002), a revisão narrativa não é imparcial porque permite o relato de outros.

3 EDUCAÇÃO INFANTIL: UM BREVE HISTÓRICO

O conceito de infância nem sempre existiu concretamente na sociedade, nem da forma como hoje ele é exposto e compreendido. Pois, até os séculos XI e XII, a criança era vista como um ser sem importância, e a duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, de uma idade mínima, e a partir do momento em que poderia realizar algumas tarefas sozinha, seria o momento da inclusão da criança no mundo dos adultos, partilhando seus trabalhos, vestes, costumes e jogos. Antigamente a ideia de infância estava ligada à ideia de dependência, assim, só sairia da infância o sujeito que conseguia certa independência para pequenos fazeres e ações na concepção a ela atribuída.

=====

A definição à criança é dada pelo aspecto que o adulto dá à criança em suas relações. Conforme Kuhlmann e Fernandes expressam: “A história da infância seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade, e a história das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e com a sociedade”. (KUHLMANN JR.; FERNANDES, 2004, p.15)

A Infância, nesse contexto, é entendida como um período da vida da criança, que por séculos não foi evidenciado. As crianças muito pequenas, em tempos anteriores não eram consideradas e as maiores assim que deixavam de “depende” de suas mães ou amas, eram inseridas nas relações sociais dos adultos, terminando por serem tratadas como “adultos” de pouca estatura e já se envolviam, ou eram envolvidas, em todas as atividades daquele grupo.

Historicamente à educação da criança surgiu nos séculos XV e XVI com modelos educacionais para impulsionar o progresso científico, comercial e artístico ocorridos no período do Renascimento, surgindo concepções sobre a criança e como ela deveria ser educada. Havia na época uma preocupação da sociedade em determinar práticas de educar e escolarizar as crianças. Com o surgimento da urbanização vários problemas surgiram, entre eles, condições sociais precárias, principalmente para a população infantil, muitas crianças eram vítimas da pobreza, abandono e maus tratos. Para tal, surge o que seria o início de uma creche, algumas mulheres se organizavam espaços alternativos para atender as crianças que necessitavam de proteção e cuidado, os locais improvisados muitas vezes casas ou espaço religioso para a guarda destas crianças.

Educação infantil, primeira etapa da educação básica, “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (art. 2. LDB).

Friedrich Froebel cria na Alemanha, de forma pioneira, os Kindergarden (jardins-de-infância), comparando esse significado ao um jardineiro que dedica seu trabalho a cuidar da planta desde pequenina para que ela cresça bem, considerava assim, que a infância é fundamental para o desenvolvimento de uma vida adulta. Froebel defendia a ideia de que as atividades lúdicas apresentavam um resultado significativo para o desenvolvimento sensório-motor, as habilidades são aperfeiçoadas por meio de métodos lúdicos por ele inventados.

=====

Em 1875, é fundado no Brasil na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro jardim-de-infância privado no país; sendo seu precursor o médico Joaquim José Menezes Vieira; sob influência da Europa, onde ocorreu um desenvolvimento de experiências pedagógicas inovadoras para a educação infantil, com a localização em um dos melhores bairros da cidade, com excelente espaço físico, exclusivamente construído para servir à elite, e somente crianças do sexo masculino.

Nas décadas de 1920 e no início dos anos 1930 ocorria no Brasil várias reivindicações pelos movimentos operários, das fabricas aqui instaladas melhorias nas condições de trabalho; as mulheres trabalhadoras por sua vez lutavam por locais onde pudessem deixar seus filhos em horário de trabalho. Surgem então, um marco histórico, a inauguração da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado no Rio de Janeiro, a primeira creche brasileira para filhos de operários.

Foi na década de 40 que as iniciativas governamentais na área de saúde, previdência e assistência se tornaram mais efetivas. O acolhimento das crianças era relacionado a questão de saúde. Segundo Oliveira, “as creches eram planejadas como instituição de saúde, com rotinas de triagem, lactário, pessoal de enfermagem, preocupação com a higiene do ambiente físico”. (2005, p.100)

Nas décadas seguintes o acolhimento das crianças em creches recebe uma atenção especial do poder público, havia uma preocupação em propor uma reforma no atendimento do menor abandonado.

A Constituição Federal de 1988, garantiu pela primeira vez na história da educação infantil brasileira o direito das crianças de 0 a 6 anos frequentarem creches e pré-escolas. O artigo 208, inciso IV, afirmava que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (CF, 1988).

A LDB aborda temas antes somente tratados em Decretos, Portarias ou normas que resultavam de diferentes experiências desenvolvidas pelos sistemas de ensino, o que promove um salto em relação ao reconhecimento dos direitos dos deficientes e um grande avanço em relação à legislação anterior.

Os principais pontos destacados nesta lei são: o atendimento prioritário nas escolas regulares, inclusive na faixa etária de zero a seis anos, sendo encaminhados às classes, escolas e serviços especializados somente os educandos que apresentem “condições específicas” que tornem esse encaminhamento necessário (SOUZA;

=====

SILVA, 2001). Já em 1998, foi criado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, documento esse que regulamenta a Educação Infantil no Brasil.

Este documento constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam mover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras (RCNEI, 1998, p.13).

Com o RCNEI houveram avanços significativos na área da educação infantil, sendo que até esse momento não existia nenhum tipo de documento específico sobre educação infantil na esfera federal. [...] grau de deficiência e as potencialidades de cada criança; idade cronológica; disponibilidade de recursos humanos e materiais existentes na comunidade; condições socioeconômicas e culturais da região; estágio de desenvolvimento dos serviços de educação especial já implantado nas unidades federadas. (BRASIL, 1998b, p.37). A educação infantil será para a maioria das crianças seu primeiro contato com uma educação formal, que vem complementar a educação recebida no seio familiar e na sociedade.

3.1 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE EDUCAR E CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Estudos nesta área sugerem várias conclusões acerca da influência dos pais: os seus conhecimentos relativamente ao desenvolvimento das crianças permitem-lhes apoiar o filho na adaptação ao ambiente (nas atividades e nas expectativas); a percepção dos pais sobre os fatores que afetam o desenvolvimento das crianças e as suas convicções acerca da sua própria influência sobre os filhos, podem ser ainda mais influentes do que o seu conhecimento acerca do desenvolvimento do filho; as práticas de educação são influenciadas pela índole de atuação dos pais, pelo temperamento da criança, pelas variáveis demográficas, pela cultura e etnia familiares (FERREIRA, [200-]).

A familiar tem uma função social determinante, a partir das necessidades sociais, sendo que nestas funções está incluída principalmente, o dever de garantir o cuidado das crianças para que possam exercer futuramente atividades produtivas, bem como o dever de educá-las. Nesse mesmo sentido, Oliveira (2002, p. 16) resume

=====

a função da família dizendo que “a educação moral, ou seja, a transmissão de costumes e valores de determinada época torna-se, nesta perspectiva, seu principal objetivo”

Desta forma entende-se que, apesar de escola e família serem agências socializadoras distintas, as mesmas apresentam aspectos comuns e divergentes: compartilham a tarefa de preparar os sujeitos para a vida socioeconômica e cultural, mas divergem nos objetivos que têm nas tarefas de ensinar.

Esses dois sistemas têm objetivos diferenciados, mas que se interligam, uma vez que “compartilham a tarefa de preparar as crianças e os jovens para a inserção crítica, participativa e produtiva na sociedade” (REALI; TANCREDI, 2005, p.240). A desarmonia entre escola e família está na tarefa de ensinar, sendo que a primeira tem a função de favorecer a aprendizagem dos conhecimentos estabelecido socialmente em um momento histórico, de ampliar as possibilidades de convivência social e, ainda, de legitimar uma ordem social, enquanto a segunda tem a tarefa de realizar a socialização das crianças, incluindo o exercício de modelos comportamentais, costumes e valores aceitos pela sociedade.

Segundo Paro (2000, p.56), podemos dizer que, além de problemas como professores mal formados e outros, a escola tem falhado também e principalmente “porque que não tem dado a devida importância ao que acontece fora e antes dela, com seus educandos.” (p.15). Obviamente, as reuniões de pais, são os momentos mais representativos destas intersecções entre família e escola. Lino de Macedo (1996, p 31), relata alguns dos muitos sentimentos que permeiam tal relação, quando escreve a apresentação do livro “Reunião de Pais: Sofrimento ou Prazer?”, obra através da qual as autoras apresentam propostas para a elaboração de reuniões que levem a um esforço comum e mútuo entre pais e professores, para ocasionarem o desenvolvimento das crianças.

A união família–escola gera benefício em relação não só ao processo ensino/aprendizagem, mas também na troca de informações acerca da criança, no desenvolvimento da criança na escola e em casa. Ou seja, essa inter-relação possibilita compreender atuação da criança tanto em casa como na escola, suas condutas e as relações que estabelece com os adultos no seio familiar.

A relação escola/família é importantíssima para o desenvolvimento da criança, pois, é visível que a criança com um acompanhamento constante da família se sente

=====

muito mais valorizada e segura. Por outro lado a escola precisa criar mecanismos que envolvam a família com a vida escolar de seus filhos, valorizando esta participação. Ou seja a participação não pode ficar resumida a reuniões esporádicas ou eventos comemorativos é preciso abrir canais de comunicação na escola para que as famílias participem do seu dia-a-dia, ouvindo estes pais sobre o que eles esperam da escola, buscando junto com as famílias superar os obstáculos enfrentados, revelando que elas são importantes para a escola e para o desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos.

3.2 O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A aprendizagem necessita de motivações, causando o interesse e o despertar no aluno confiança, iniciativa e independência, capazes de construir novas ideias. Um dos caminhos que podemos adotar para que isso possivelmente aconteça é o lúdico, pensando seriamente em como incluí-lo e articulá-lo.

Nota-se que sendo brincadeira ou jogo, ele precisa da criança para existir, dando a total liberdade de se expressar e imaginar. Sendo assim toda a humanidade aceita que isso seja incluído no nosso dia a dia, evoluindo no decorrer da idade de cada pessoa, dando novos ensinamentos e desenvolvimentos emocionais ou físicos.

Para Piaget (1971) “o desenvolvimento da criança acontece através do lúdico, ela precisa brincar para crescer. A criança passa por quatro estágios de desenvolvimento, sendo eles: o primeiro período compreendido pelo estágio sensório-motor (0-2 anos); segundo período, correspondido pelo pré-operatório (2 a 7 anos); terceiro período, operações concretas (7 a 12 anos); e por último o quarto período que são as operações formais (12 anos em diante”.

No início da idade pré-escolar, quando surgem os desejos que não podem ser imediatamente satisfeitos ou esquecidos, e permanece ainda a característica do estágio precedente de uma tendência a satisfação imediata desses desejos, o comportamento da criança muda.

A brincadeira é compreendida como uma atividade que provoca prazer na criança, contudo Vygotsky (2007, p. 86) afirma que além de gerar prazer também gera um desprazer, principalmente quando a atividade possui resultados que não são interessantes para a criança, como por exemplo, os jogos que envolvem um vencedor

=====

e um perdedor. Mesmo quando o brincar não gera prazer na criança, ela está de certa maneira suprimindo seus desejos, sendo ou não bem sucedida.

Ainda segundo Vygotsky (2007, p. 95), a criança procura suprir seus desejos por meio do ato de brincar. Mas esses desejos não podem ser satisfeitos de imediato, o que leva a criança a buscar situações imaginárias como solução.

No brincar a criança faz uso de uma ação imaginária, por meio dela pode assumir diferentes papéis na sociedade, colocando-se no lugar de outros como, por exemplo, de um herói. Dessa forma a criança irá seguir regras de um comportamento heroico, porque agora ela pode ser um herói e assumir as funções de um herói. Nesse momento a criança consegue ir além do real, atuando em um nível superior do que ela realmente se encontra.

No planejamento o professor deve diagnosticar o estágio de desenvolvimento, habilidades, problemas, valores, atitudes, diversidade. Registrando o brincar espontâneo, a atividade desenvolvida. Propor desafios de desenvolvimentos e as aprendizagens. Trocar experiências e observações com outros educadores para ampliar sua visão.

No processo de ensino-aprendizagem, o lúdico vem buscando mostrar ao aluno um ensino em que se tenha prazer, em uma forma que não fique forçada, mas sim natural, com o desejo de estar naquele lugar. Proporcionar novas experiências, de uma “brincadeira séria” resolvendo várias dificuldades de aprendizagem, social, cognitivas e afetivas dentro da perspectiva psicopedagógico.

3.3 O CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Educar/cuidar da criança na educação infantil não é, dar liberdade total para a contentamento, como também não é dominá-los em seu conjunto, procurando a anulação ou não manifestação das mesmas. Trata-se de promover o deslocamento da psicosexualidade infantil, reordenando-a para fins criativos, investigativos e de produção de saber, aproveitando da energia da pulsão de vida com a sua intensidade para promover experiências criativas e de produção de cultura. Cuidar, no entanto, exige cuidados para qualquer imprevisto que possa vir a acontecer com as crianças, sendo importante pois esse cuidado deve acontecer de forma ampla, sendo que, onde

=====

esse cuidado deverá provocar o desenvolvimento de suas capacidades. De acordo com o RCNEI:

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção à saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das crianças, levando em consideração as diferentes realidades socioculturais. (BRASIL, 1998, p.25).

O cuidar na Educação Infantil está diretamente exige de quem cuida habilidades, sabe-se, que cuidar da criança num ambiente vinculado à educação exige habilidades e conhecimentos e uma ação de cooperação de profissionais das diferentes áreas. Nas atividades rotineiras dos Centros de Educação Infantil, Coutinho (2002) chama a atenção para o delineamento de práticas de cuidado que foram ritualizadas e naturalizadas no transcorrer da história da educação de crianças pequenas. Muitas vezes entre os profissionais que atuam na Educação Infantil que o cuidar não necessita de planejamento, no entanto a autora vê como contraponto o jeito de ser ativo, alegre e criativo das crianças, que mesmo nesse contexto insurgem-se, produzindo outros modos de ser e de estar naquele espaço.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se neste estudo analisar o binômio educar e cuidar na educação infantil, identificando o conceito de infância na história recente. E conclui-se que reconhecer a infância como uma fase de fundamental importância na vida do ser humano, que pelos seus meios de ação, predominantes em cada fase do processo de crescimento e desenvolvimento, manifesta seus desejos e necessidades.

A criança tem direito à Educação Infantil de qualidade onde será cuidada, mas, antes de tudo, terá direito a condições dignas, com atenção individualizada, cuidados e ternura. Com base no reconhecimento desses direitos, perpassa pela formação do educador infantil e deverá incluir suas habilidades para atitudes e procedimentos de cuidado, partindo de seus conhecimentos prévios e das práticas sociais de cuidado com a saúde e a educação, que estão presentes na cultura e na instituição.

=====
Temas relacionados a criança são muito interessantes do ponto de vista de discussão acadêmica, pois vê-se que cada dia mais a criança é valorizada, bem como, seus aspectos cognitivos/social/educativo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Como desenvolver competências em sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação 9.394/96**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90**. Brasília. MEC 2004.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Ministério das Comunicações, 1988.

FREIRE, M. *et al.* **Grupo, indivíduo, saber e parceria**: malhas do conhecimento. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1997.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Apezatto. **Froebel**: uma pedagogia. Porto Alegre: Artmed, 2007.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

Oliveira, L. C. F. **Escola e família numa rede de (des)encontros**: um estudo das representações de pais e professores. São Paulo: Cabral, 1996.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. (coord.) **As crianças**: contexto e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança - Universidade do Minho, 1997. p.25.

SNYDERS, Georges. **Alunos felizes**: reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Tancredi, R. M. S. P.; Reali, A. M. M. R. **Visões de professores sobre seus alunos**: um estudo na área da educação infantil. Trabalho apresentado na 24ª Reunião Anual da ANPEd. (pp.1-16).

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LÚDICO COMO FERRAMENTA DE ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR PARA A CRIANÇA DE 5 ANOS POR MEIO DO ESTUDO DE CASO

Édina Analu Steffen Feuser¹

Gislaine Farias da Silva²

Resumo: Ao decorrer de toda execução do presente artigo, tivemos a oportunidade de compreender a ludicidade na educação infantil como um processo de ensino e aprendizagem, os benefícios que o lúdico traz para um aprendizado satisfatório. Salientamos também que as atividades lúdicas fazem parte de um processo no qual auxilia as outras atividades tradicionais como “em papeis”. A ludicidade proporciona uma visão mais real do mundo, desenvolve a saúde mental da criança, e é através das atividades lúdicas que a criança é livre para criar o seu mundo, encorajada a fantasia e a imaginação. Com o decorrer da pesquisa e as experiências executadas foi possível concluir que é fundamental existir uma sintonia entre novos procedimentos de ensino, como a ludicidade, a influência que a educação lúdica tem em desenvolver na criança a formação do caráter e da personalidade, além de construir bons valores morais e culturais, e vários outros aspectos que auxiliam formar suas vidas, na infância e como adultos.

Palavras-chave: Lúdico. Desenvolvimento. Infância.

1 INTRODUÇÃO

A escola é um ambiente fundamental para a formação do indivíduo, neste local são transmitidos os conhecimentos científicos necessários para a vida produtiva na sociedade, assim como a construção da sociabilidade dos alunos a partir das interações que ocorrem neste espaço. O artigo exposto busca salientar a importância da ludicidade na educação infantil, trazendo a importância das escolas e professores se atualizar quanto a este processo de desenvolvimento de ensino.

Em relação a educação voltada para as crianças é necessário destacar que as metodologias desenvolvidas devem observar certas particularidades da infância, pois nesta fase as brincadeiras e jogos são fundamentais para a aprendizagem efetiva.

¹ Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

² Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

Desta forma, para a realização deste artigo se definiu o seguinte tema: Qual a contribuição da ludicidade para o processo de aprendizagem na educação infantil com as crianças de 5 anos?

Para responder a problemática do tema, este estudo tem os seguintes objetivos:

Refletir sobre aprendizagem no ambiente escolar da Educação Infantil;

Estabelecer uma relação entre lúdico e infância;

Entender as vantagens do uso da ludicidade na prática pedagógica utilizada na Educação Infantil.

Analisar o aprendizado alcançado por uma criança de 5 anos a partir de práticas lúdicas.

A partir de agora, teremos a descrição dos procedimentos metodológicos. No capítulo 3 discutiremos aprendizagem no ambiente escolar, uma breve reflexão do lúdico na infância e em seguida abordaremos as vantagens da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem.

No capítulo 4 faremos uma análise das atividades desenvolvidas pelo sujeito dessa pesquisa, trazendo a descrição dos resultados obtidos pelo aluno, neste estudo denominado como D4. Por fim, no capítulo 5, apresentamos as considerações finais deste estudo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste artigo foi a pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e algumas informações retiradas de pesquisa de campo, com a finalidade de buscar o embasamento teórico necessário, sua abordagem é de natureza qualitativa, sendo caracterizada como descritiva. Finalizando o mesmo com as considerações finais, e posteriormente as referências que guiaram essa pesquisa.

Pesquisa bibliográfica, que de acordo com Fonseca (2002, p. 32),

[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto [...].

De caráter exploratório, “Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

Tendo sua abordagem de natureza qualitativa, na qual, esta “[...] preocupa-se, [...], com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Sendo caracterizada como descritiva, que de acordo com Triviños (1987) esta exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Diante dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste artigo, buscou-se conceitos verdadeiros que pudessem esclarecer e favorecer na concretização do mesmo.

Permitindo obter uma reflexão acerca do tema e o quanto este possui uma grande importância na educação e no desenvolvimento integral de cada indivíduo. Destacando, quanto às metodologias lúdicas utilizadas pelo professor juntamente de um ambiente estimulador, são fundamentais para contribuir com todo este processo de ensino e aprendizado, de maneira prazerosa. Pensando no indivíduo pessoalmente e como um ser social.

3 APRENDIZAGEM NO AMBIENTE ESCOLAR

O processo de aprendizagem é complexo, onde a aprendizagem efetiva só acontece quando quem ensina, analisa, planeja e acompanha de perto a atividades durante a sua execução, estimulando e corrigindo os desvios. Em relação a quem aprende, este, deve ter as capacidades necessárias para tal aprendizado e deve participar ativamente da atividade para assim adquirir todo o conhecimento exposto.

“Considerando que cada criança aprende em ritmos diferentes e tem interesses e experiências únicas, elas têm maior probabilidade de alcançar seu potencial pleno para o crescimento quando são encorajadas a interagir e se comunicar livremente com seus pares e com adultos.”. (TRISTÃO, 2006, p. 15).

Em relação ao aprendizado infantil devemos considerar as particularidades das crianças, pois estas estão sempre prontas para aprender, são como esponjas, mas para que o aprendizado aconteça elas precisam se interessar pelo que é exposto.

Segundo Gobbi (2010, p. 3):

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular na educação da primeira infância devem reconhecer e promover a imersão das crianças em diferentes linguagens e favorecer o domínio paulatino de vários gêneros e formas de expressão, bem como vivências com outras crianças e grupos culturais. (GOBBI, 2010, p. 3)

A escola deve promover um espaço propício a aprendizagem para que isso aconteça e necessário planejar tanto o espaço físico como as metodologias de ensino, para que estes atendam as reais necessidades dos alunos.

A aprendizagem contextualizada é fundamental, pois quando utilizamos os conhecimentos adquiridos em nosso dia a dia a fixação é automática porque é algo natural. Neste sentido o professor é um elemento chave neste processo, pois cabe a ele organizar as atividades que serão desenvolvidas em sala de aula, assim a sua avaliação do conteúdo e das metodologias a ser utilizadas vão influenciar o resultado final, que é a aprendizagem ou não do conteúdo exposto.

Para Barbosa e Canalli (2011, p. 1):

O processo ensino-aprendizagem compreende ações conjuntas do professor e do aluno, onde estarão estimulados a assimilar, consciente e ativamente os conteúdos/métodos e aplicá-los de forma independente e criativa nas várias situações escolares e na vida prática. O ato de ensinar e aprender não se pauta em somente o professor passar a matéria e o aluno automaticamente reproduzir mecanicamente o que “absorveu”. (BARBOSA; CANALLI, 2011, p. 1).

A relação aluno e professor deve receber atenção especial, pois é a partir desta que o processo de aprendizagem em sala de aula acontece, assim esta relação deve ser baseada na confiança e afetividade.

“As reações emocionais exercem uma influência essencial e absoluta em todas as formas de nosso comportamento e em todos os momentos do processo educativo.” (VYGOTSKY, 2003, p. 121).

As crianças precisam se sentir seguras e amadas, desta maneira elas expressam seus desejos e necessidades de forma espontânea o que vai refletir

também no seu comportamento no processo de ensino aprendizagem. Neste sentido as relações na escola precisam ser pautadas na afetividade.

“Se quisermos que os alunos recordem melhor ou exercitem mais seu pensamento, devemos fazer com que essas atividades sejam ensinadas e instigadas emocionalmente.” (VYGOTSKY, 2003, p. 121).

Com o que foi exposto foi possível verificar como a escola é importante na vida da criança em relação as questões práticas e também sociais, que a aprendizagem escolar deve ser conduzida de forma que promova a aprendizagem efetiva das crianças, neste contexto a seguir será aborda a ludicidade como elemento fundamental no processo de ensino aprendizagem escolar.

3.1 LÚDICO E INFÂNCIA: BREVE REFLEXÃO

O lúdico é um dos principais elementos que constituem a infância, a aprendizagem da criança tem sua base na ludicidade, aonde ela vai construindo no seu imaginário situações da sua vida cotidiana e transformando em conhecimentos que vão sendo armazenados e constituindo o seu entendimento de mundo.

“O lúdico é apresentado como recurso da criança para se comunicar, para se relacionar com o outro, para compreender a si mesma e as “coisas” que ocorrem a sua volta de modo a contribuir com o seu processo de desenvolvimento.” (ALVES, 2004, p. 50).

As capacidades de compreensão da criança são limitadas, dependendo de sua idade ela não consegue compreender conceitos que para os adultos são simples, assim ela utiliza o lúdico como ferramenta de aprendizagem buscando compreender o mundo a sua volta.

“Por meio do lúdico, a criança canaliza suas energias, vence suas dificuldades, modifica sua realidade, propicia condições de liberação da fantasia e a transforma em uma grande fonte de prazer.” (PINTO; TAVARES, 2010, p. 231).

Neste sentido o uso da ludicidade no ambiente escolar é fundamental, pois vai contribuir para que a criança compreenda os conteúdos trabalhados, promovendo assim sua aprendizagem efetiva.

3.2 AS VANTAGENS DA LUDICIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Na educação infantil existem várias atividades programadas para despertar o conhecimento do aluno. Segundo Piaget (1978): “O jogo é sinônimo de construção de conhecimento, principalmente nos períodos sensório motor e pré-operatório.”

Entretanto encontramos nas creches em relação para uma aprendizagem precoce muitas atividades mecanizadas, didatizadas, com o intuito de treiná-las para alfabetizar, sem contar suas recusas, tornando o aprendizado com tempo maçante, e saturando as crianças, ao ponto de quando chegar mais a frente fazendo com que as mesmas fiquem sem interesse algum de consumir mais informações, não havendo muitas vezes preocupação em relação ao desânimo, desinteresse e falta de atenção, e é exatamente por isso torna-se necessário ajustes a esse aprendizado, uma dinâmica educativa diferente, pois mesmo que seja uma tarefa importante, talvez agora não seja a hora nem o momento indicado ou adequado para aplicar tantas atividades mecanizadas, é preciso ajustar o nível de desenvolvimento ao interesse e a necessidade da criança. Assim podemos propiciar um maior interesse despertando a vontade do aprender.

Contudo entendemos que o brincar não é apenas uma necessidade, é direito da criança. A escola precisa se organizar em relação a essas mudanças de desenvolvimento didático, necessita estar de acordo com o aluno, valorizando o brincar.

A influência da educação lúdica desenvolve na criança a formação do caráter e da personalidade, além de construir bons valores morais e culturais, e vários outros aspectos que auxiliam formar suas vidas, na infância e como adultos. Segundo Mauricio (2006, p.1):

O lúdico possibilita o estudo da relação da criança com o mundo externo, integrando estudos específicos sobre a importância do lúdico na formação da personalidade. Através da atividade lúdica e do jogo, a criança forma conceitos, seleciona ideias, estabelece relações lógicas, integra percepções, faz estimativas compatíveis com o crescimento físico e desenvolvimento e, o que é mais importante, vai se socializando. (MAURICIO, 2006, p. 1).

Neste sentido o lúdico contribui de forma efetiva para o processo de aprendizagem, por meio da brincadeira que o professor consegue estimular as

habilidades da criança, fornecendo as regras, tempo e o objetivo do jogo. Isso facilitará até na avaliação da criança, obtendo um resultado mais preciso, diminuindo as insatisfações em realizar as atividades, suas recusas, e amenizar a quantidade de aluno com baixo desenvolvimento.

Atenção e concentração, desenvolvimento físico, emocional e cognitivo, socialização, autoestima, regras e limites, criatividade e imaginação são elementos cuja ludicidade proporciona com mais eficiência que outros trabalhos. O desenvolvimento lúdico na educação infantil traz uma ramificação de habilidades maior do que qualquer outra atividade como nos traz a figura 1 abaixo.

Figura 1 – Brincar.



Fonte: <http://picdeer.org/tag/vigotsky>, 2020.

Para que se tenha um aprendizado de qualidade, é importante atentar-se as diferentes abordagens formadas pelo educador, a organização do tempo, do espaço da escola e dos jogos, brincadeiras, brinquedos e materiais lúdicos, estes que devem estar no alcance das crianças no decorrer da brincadeira lúdica.

Sendo assim:

O jogo e o brincar, portanto, sob as suas duas formas essenciais de exercício sensório-motor e de simbolismo, proporciona uma assimilação do real à atividade própria, fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem todos que se forneça às crianças um material conveniente, a fim de que, jogando e brincando, elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores à inteligência infantil. (PIAGET 1976, p.160).

O educador não deve ser visto como figura central do processo de aprendizagem, mas sim como alguém mais experiente que aprende e permite ao educando aprender da forma mais lúdica possível. O aluno através do meio cultural, das interações com o meio seja em um trabalho individual ou coletivo é a verdadeira construtora do seu conhecimento.

Para Oliveira (2004) a atividade lúdica contribui para o envolvimento do aluno nas atividades escolares favorecendo avanços no seu processo de aprendizagem e em seu desenvolvimento intelectual e motor.

Para que se tenha um bom desenvolvimento do ser humano, é preciso aplicar as atividades lúdicas, pois elas são importantes para obter sucesso no processo de aprendizagem, visto que o mais importante nesta aprendizagem é estar com o outro, ainda que seja para competir, pois além de aprender eles aproveitam o momento de prazer.

Alguns alunos tem dificuldade no processo de ensino aprendizagem, uma das formas que mais contribuem para a evolução do processo é a ludicidade, pois é dessa forma que facilita a formação do autoconhecimento positivo, desenvolvimento intelectual, social e afetivo. O brinquedo e o jogo são ferramentas que permite a interação do aluno na sociedade.

Brincar beneficia a criança no seu desenvolvimento, é por meio das atividades lúdicas que a criança relaciona ideias, forma conceito, estabelece raciocínio lógico, desenvolve expressão corporal e oral, reforça capacidades sociais. A saúde mental e física da criança precisa dessas atividades lúdicas, pois elas permitem que a criança participe e vivencie experiências do mundo adulto possibilitando a intermediação entre o real e a imaginação.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Depois de conhecer os benefícios da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem, chegou a hora de vivenciar na prática como foi trabalhar com a criança esse processo. Dessa forma pegamos um aluno em potencial da escola Dom Anselmo Pietrulha como referência para nossa base de dados.

O aluno D4 com 5 anos de idade está atualmente matriculado na escola Dom Anselmo Pietrulha e segundo seu professor, é um aluno bem aplicado que faz

frequentemente todas suas atividades com êxito. De início aplicamos várias atividades mecanizadas em papéis para examinar o tamanho de sua recusa. Logo observamos que no começo o aluno D4 desenvolveu bem as atividades, continuamos por uma semana, e analisando, podemos observar que a partir do segundo dia o aluno esfregava frequentemente seus olhos, demonstrando desinteresse significativo para continuarmos com o trabalho, no final de nossa experiência com a atividade mecanizada comprovamos que o aluno se recusava em desenvolver a tarefa.

Na semana seguinte conciliamos atividades lúdicas com atividades “tradicionais”, aquelas em papéis, e no decorrer de toda a semana observamos que houve evolução no seu desenvolvimento, o aluno D4 demonstrou disposição significativa em continuar a atividade lúdica, gerando facilidade em executar as outras em papéis.

No fim de nossa experiência podemos concluir que o desenvolvimento do aluno D4 teve um crescimento significativo no seu processo de ensino e aprendizagem, testemunhamos também não só a satisfação do aluno, mas sim a nossa como professoras em caráter de experiência para esse artigo. Concluindo que as atividades apenas mecanizadas trazem saturação e insatisfação aos alunos e professores, dessa forma ressaltamos a importância de introduzir a ludicidade como meio de ensinar, salientando que não é apenas ludicidade, mas sim a combinação dos dois processos de ensino, pois o lúdico é um meio de facilitar o aprendizado da criança.

As experiências que acrescentaram para a elaboração de nossa pesquisa contaram com a escolha de algumas atividades como tarefas em papéis e algumas atividades lúdicas como, sequência de números e Caça a letra, a qual tivemos a oportunidade de demonstrar na íntegra os resultados obtidos. Na atividade caça letra foi impresso e plastificado as letras C e K com algumas figuras começando com as respectivas letras, em seguida algumas letras C e K espalhadas pelo quintal, a criança então procura a letra, assim que encontra fala qual é a letra e coloca no recipiente correspondente, citando os nomes das figuras como mostra na imagem abaixo junto com outros exemplos da pesquisa anterior realizadas somente com atividade em papéis.

Figura 2 – Atividade lúdica.



Fonte: Das Autoras, 2020.

Abaixo o gráfico como exemplo do resultado obtido, sendo de 0 a 5, no qual mostra na primeira coluna que 02 é o resultado que o aluno obteve em apenas escrever a letra, porém não as reconhece em forma aleatória no alfabeto, já na segunda linha após a aplicação da atividade lúdica ilustrada anteriormente, mostra que o aluno obteve resultado satisfatório de modo que o mesmo escreve e reconhece as letras C e K.

Quadro 1 – Resultado das atividades lúdicas.

ALUNO D4		
EXPERIÊNCIAS	ATIVIDADES MECANIZADAS	ATIVIDADES LÚDICAS
ATIVIDADES LETRA C	02	05
ATIVIDADES LETRA K	02	05

Fonte: Das Autoras, 2020.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante a análise dos dados coletados no decorrer deste artigo, pode-se concluir que a criança precisa de determinados estímulos para se desenvolver, a cada nova etapa ela vai ganhando novas estruturas que permitem outros aprendizados, sendo que na infância o lúdico é a base para todo o este processo e também seu desenvolvimento.

Neste sentido, a escola não pode desenvolver o processo de aprendizagem infantil sem o lúdico, pois este é fundamental para que a mesma ocorra com sucesso. Desta maneira, é importante que o espaço escolar e as práticas pedagógicas estejam alinhados.

O jogo é um elemento lúdico que pode trabalhar várias competências. O professor pode utilizá-lo de diferentes formas e com diversos objetivos. Para que o lúdico seja utilizado com sucesso no ambiente escolar é importante que o educador planeje suas atividades com antecedência, muita responsabilidade e dedicação para que o objetivo proposto possa ser alcançado. Respeitando sempre o limite da criança.

O espaço, ou seja, o ambiente escolar deve ser propício a todo este processo de desenvolvimento. Necessita ser estimulador, permitindo que todos os envolvidos busquem e alcancem o que tanto almejam.

Portanto, podemos dizer e afirmar que o lúdico tem influência direta no processo de aprendizagem infantil, nesta perspectiva é fundamental que a escola incorpore atividades lúdicas na sua rotina promovendo assim um ambiente propício a aprendizagem e o desenvolvimento, seja ele em todos os aspectos de forma efetiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fernando Donizete. **O lúdico e a educação escolarizada da criança**. 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação - referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/consultasAcessos/SABERBasesAcessoRestrito.html>. Acesso em: 8 out. 2015.

FONSECA, João José Saraiva de. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOBBI, Márcia Aparecida. **Múltiplas linguagens de meninos e meninas no cotidiano da educação infantil**. I Seminário Nacional Currículo em Movimento Perspectivas Atuais, 2010.

OLIVEIRA, M. L., (org.). **Pertinências da educação**: o trabalho educativo em pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 193 p.

OLIVEIRA, P. S. **O que é brinquedo?** São Paulo, Brasiliense. 2004.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

PINTO, Cibele Lemes; TAVARES, Helenice Maria. O lúdico na aprendizagem: apreender e aprender. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 226-235, 2010.

TRISTÃO, Rosana Maria. **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES PSÍQUICAS SUPERIORES DA CRIANÇA

Daluar dos Santos Marcelino¹

Jessica de Souza Marcelino²

Luana Caetana Chagas³

Resumo: A criança é um ser em constante aprendizado, cheia de sonhos e fantasias. O estímulo musical contribui significativamente para que se dê o desenvolvimento integral da criança a partir do ventre materno, por esse motivo, considera-se fundamental inserir a criança no mundo da educação musical, desde bem cedo. Nesse sentido, a presente pesquisa teve por objetivo analisar a influência da música enquanto instrumento no melhoramento das funções psíquicas superiores na educação infantil. A fim do seu encaminhamento, escolheu-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica de autores que abordam a referida temática os quais citamos: Ramim (2012) Brito (2003), Lima (2005), Vygotski (2000) partindo do questionamento: de que forma a música poderá desenvolver as funções psíquicas da criança? Na realização das leituras, encontraram-se reflexões sobre a prática da musicalização como recurso pedagógico para o desenvolvimento do indivíduo em diferentes aspectos. Pode-se dizer que a música deve ser utilizada, pois ela desenvolve diferentes aspectos da criança e deixa as aulas mais alegres. Além disso, as músicas se fazem presentes no dia a dia dos alunos, seja nos momentos tristes ou alegres, assim, a música também deve fazer parte da vida do aluno na escola.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil. Funções psíquicas. Musicalização.

1INTRODUÇÃO

A música, como linguagem, é instituída nas experiências e ponderações orientadas que promovem o ser humano eminentemente. Por conseguinte, a linguagem da música viabiliza a criação, a pesquisa, o explorar, abarcando o intrínseco e objetivo, do indivíduo ao objeto musical, considerando os saberes prévios, a cultura, as motivações, a maturação dos educandos.

O trabalho com a música deverá ter a participação dos alunos independentemente de terem ou não seus talentos naturais, dando à criança o direito de cantar, dado que as competências musicais não visam o produto final e sim levar

¹ Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

² Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

³ Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

em consideração a totalidade do processo, para que o progresso do trabalho musical se deva contextualizar no respeito, na valorização e estímulo de cada educando.

Ao longo da fase de escolarização, a criança vivencia interações, na qual a música está presente, e ao refletirmos sobre esta temática percebemos como ela passa despercebida ou ignorada por alguns professores, neste trabalho, enfocaremos como a musicalização influencia a aprendizagem. Para que ocorra uma aprendizagem significativa para o educando, o educador deve levar em consideração seus interesses e seus conhecimentos prévios, atribuindo sentido e novos significados ao que se ensina e aprende.

Diante da perspectiva de educação de qualidade e de maneira que se desenvolva o ser humano, e que se perceba da importância do papel da escola, apesar das dificuldades encontradas, pretende-se através desta pesquisa investigar de que forma o trabalho para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores nas crianças podem ser auxiliadas através da musicalização e desta forma ir a procura de uma prática pedagógica apoiada na musicalização. Tendo o seguinte questionamento: de que forma a música poderá desenvolver as funções psíquicas da criança?

Nesse sentido, a presente pesquisa teve por objetivo analisar a influência da música enquanto instrumento no melhoramento das funções psíquicas superiores na educação infantil.

Para dar suporte e fundamentar este trabalho buscou-se a colaboração de documentos e de diversos estudiosos que se dedicam ao tema educação e a música como instrumento norteador da prática pedagógica, que caracterizou como deve ser uma educação de qualidade, que o ensino e a aprendizagem sejam ricos em experiências e vivências e vise a potencialidades do educando até onde pode chegar e não as suas dificuldades.

No próximo capítulo será apresentada a metodologia utilizada neste estudo. No capítulo três, apresenta-se a fundamentação teórica sobre o tema pesquisado, envolvendo as funções psíquicas superiores e a musicalização como recurso didático no desenvolvimento das funções psíquicas superiores. O capítulo quatro trata das considerações finais sobre o estudo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com os procedimentos metodológicos, este trabalho possui natureza de pesquisa aplicada que segundo Gil (1999) apud Tafner e Silva (2007, p.143) “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos”. Neste caso, sobre a importância da musicalização para desenvolvimento das funções psíquicas superiores.

Considerando o objetivo geral e a finalidade deste trabalho, esta pesquisa se caracteriza como descritiva, pois descreve e avalia os benefícios da música na educação infantil. Pois segundo Gil (1999, p.46), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial à descrição das características de determinado fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A pesquisa desenvolvida possui abordagem qualitativa, uma vez que não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas no tratamento dos dados. Oferece também a oportunidade de analisar, descrever e compreender sobre a influência da música na vida das crianças. Assim, pretende-se demonstrar, nessa pesquisa, o quanto a música é importante para o desenvolvimento da criança.

Com relação aos procedimentos técnicos, optou-se pela pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica, segundo Tafner e Silva (2007, p.144), utiliza material já publicado, constituído basicamente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, de informações disponibilizadas na internet.

3 A MÚSICA E O DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES PSÍQUICAS SUPERIORES

3.1 FUNÇÕES PSÍQUICAS SUPERIORES

De acordo com Pimenta e Caldas (2014), o desenvolvimento humano corresponde a um processo contínuo, em que cada etapa consiste no surgimento de novas funções. As funções vão das mais elementares e biológicas para as superiores. As funções psicológicas superiores (tipicamente humanas, tais como: percepção mediada, atenção voluntária, memória, abstração, etc.) são processos da atividade cerebral, ou seja, possuem base biológica, mas, também resultam da interação do

indivíduo com o meio, interação mediada por instrumentos, signos e símbolos, enquanto construções humanas historicamente produzidas.

Na teoria de Vygotski (1991) são as funções que designam o comportamento consciente do homem (percepção, memória e pensamento), que constituía uma perspectiva estruturada que aludia para o entendimento de vários aspectos da personalidade humana. As funções superiores são assim nominadas, visto concerne a mecanismos intencionais, ações conscientemente comedidas, processos voluntários concedem a viabilidade de independência em relação a situações momentâneas e espaço presente; a sua origem surge das relações sociais estabelecida pelo indivíduo com o mundo, ou seja, a formação humana intercorre através do processo de desenvolvimento profundamente arraigado nas relações existentes entre a história sociocultural e a história individual.

Vygotski explica o que chamou de funções psicológicas superiores.

[...] Trata-se, em primeiro lugar, de processos de domínio dos meios externos do desenvolvimento cultural e do pensamento: a linguagem, a escrita, o cálculo, o desenho; e, em segundo, dos processos de desenvolvimento das funções psíquicas superiores especiais, não limitadas nem determinadas com exatidão, que na psicologia tradicional denominam-se atenção voluntária, memória lógica, formação de conceitos, etc. Tanto uns como outros, tomados em conjunto, formam o que qualificamos convencionalmente como processos de desenvolvimento das formas superiores de conduta da criança (VYGOTSKI, 2000, p. 29).

A percepção é a representação do exterior da psique, enquanto a música uma sensação nervosa registrada de forma mecânica. Helmutz apud Zampronha (2002) diz que a sonoridade do mundo é confortada no pensamento com uma brecha acolhedora para o fenômeno no psíquico. “A atividade psíquica complexa que participa ativamente da percepção sonora interligando a fisiologia e a psicologia”. (ZAMPRONHA, 2002, p.73).

Como refere Vygotski (2000, p.412), “a linguagem não serve como expressão de pensamento pronto. Ao transformar-se em linguagem, o pensamento se estrutura e se modifica. O pensamento não se expressa mais se realiza na palavra” e, portanto, é no social que as funções psíquicas superiores vão sendo construídas, valendo de interação que a linguagem vai ter com outros objetos, tanto materiais como simbólicos.

Segundo Vygotski (2000), a ocorrência da formação nas crianças, das funções complexas do pensamento vai ocorrer com adoção da linguagem social, convertendo

a inteligência prática em abstração. Desse modo, a linguagem é social e com a sua formação desenvolvida no decorrer da existência humana.

Partindo da teoria de que a linguagem resulta da interação com o outro, levamos a acreditar que a música é uma linguagem, pois o sujeito produz conhecimento ao ouvi-la, pois troca experiências. Dispondo-se das palavras para solucionar problemas relacionados ao seu mundo, compreendendo-os, com a música ocorre o mesmo.

Dayrell (2005) nos diz que as funções psíquicas superiores, ocorrem duas vezes:

Cada função psíquica superior aparece duas vezes durante o desenvolvimento da criança: primeira como atividade coletiva, social e, portanto, uma função intersíquica; depois uma segunda vez, como atividade individual, como propriedade interna do pensamento da criança, como função intrapsíquica. (DAYRELL, 2005, s/p.).

O desenvolvimento das funções psíquicas superiores é favorecido pela música, as novas funções no homem ocorrem pela transformação da natureza e de si próprio, e tais funções são estruturadas com ganho das habilidades e a disponibilidade de conhecimentos sociais e num processo interpessoal.

É por meio da cultura e pela língua que a criança percebe a si e ao mundo e, a mais antiga das manifestações sociais humana é a música. Nesse contexto, ela torna-se fundamental para estimulação cerebral, ela é um instrumento importante no processo de ensino e aprendizagem, como forma de socializar e desenvolver o conhecimento, fazendo-se cada vez mais essencial sua presença na prática educativa, tornando as aulas mais prazerosas e a escola mais atrativa.

Como conclusão se pode aferir que tanto a mediação quanto os instrumentos físicos na relação criança/criança e criança/adultos se revestem em fundamentos para que se resolva o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e que quando trabalhadas em conjunto com a música e se envolverem na cultura e na linguagem se vai tornar perceptível para as crianças, o mundo e sua própria existência. Conforme Vygotski (1991) afirma, as funções superiores são organizadas pela linguagem, sendo esse o meio para que as discutam e pensem acerca do mundo, produzindo essas relações no seu dia a dia.

3.2 A MUSICALIZAÇÃO COMO RECURSO DIDÁTICO NO DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES PSÍQUICAS SUPERIORES

Considerando que a biologia da espécie e a cultura são determinantes no desenvolvimento do cérebro humano, compreende-se que o currículo é um fator importante do que se pretende formar. Assim, o papel que os conteúdos assumem na formação humana é importantíssima, as atividades que o professor escolhe devem ser adequadas as estratégias de desenvolvimento condizente as faixas etárias dos educandos. Para tanto, na efetuação do currículo necessitamos “mobilizar algumas funções centrais do desenvolvimento humano como a função simbólica, a percepção, a memória, a atenção e a imaginação” diz Lima (2005, s/p).

É no espaço da escola que ocorre a socialização formal do conhecimento e é aí, também, que a música se configura como um recurso pedagógico para a relação entre o ensinar e o aprender através de uma forma de expandir a saber e a convivência social.

A instituição escolar, como vimos, foi constituída na história da humanidade como o espaço de socialização do conhecimento formal historicamente construído. O processo de educação formal possibilita novas formas de pensamento e de comportamento: por meio das artes e das ciências o ser humano transforma sua vida e de seus descendentes. A escola é um espaço de ampliação da experiência humana, devendo, para tanto, não se limitar às experiências cotidianas da criança e trazendo, necessariamente, conhecimentos novos, metodologias e as áreas de conhecimento contemporâneas. O currículo se torna, assim, um instrumento de formação humana. (LIMA, 2005.)

Segundo Sartori (2016), os professores são capazes de mobilizar intencionalmente as crianças para aprendizagens e promover o seu desenvolvimento, não somente por meio da organização de objetos de ensino, como também pela relação colaborativa e recíproca que estabelecem com esses sujeitos e os diferentes objetos de conhecimento.

Ramin (2012) considera que a música pode ser vista como recurso facilitador para a compreensão e aprendizagem dos alunos, sendo um elemento positivo no processo ensino-aprendizagem.

O sentido da música para a aprendizagem é muito significativo, pois para que o educando consiga aprender ele precisa ter um vínculo com o educador e confiar no mesmo, e assim ter espaço para expor suas dúvidas, opiniões, medos, inseguranças

e a cada dia que passa sua curiosidade e vontade de aprender o levam a ser desafiado e a resolver problemas no mundo em que vive tornando-o um ser crítico, ético e comprometido com a sociedade onde está inserido.

Podemos dizer com certeza que a utilização da música pelo aluno favorece os primeiros sinais de conhecimento, facilitando o contato com as áreas do conhecimento disciplinas por ele estudadas. Brito (2003, p.28) comenta que: “Como uma das formas de representação simbólica do mundo, a música, em sua diversidade e riqueza, permite-nos conhecer melhor a nós mesmos e ao outro – próximo ou distante”.

Em suas observações ou necessidades do dia a dia o aluno está em contato com diversas interações com outros indivíduos, portanto as relações sociais estão presentes em nossa vida e superar as dificuldades enfrentadas no cotidiano é um desafio a ser lançado a todo educando com o intuito de superá-lo para seu crescimento e conhecimento, através da musicalização em sala de aula o educando se sente motivado a se expressar e a demonstrar como está, e interage assim com todos os colegas de sala e com o educador, ficando mais confiante.

A aprendizagem significativa é um processo onde uma nova informação se relaciona com o conhecimento prévio do indivíduo, ou seja, aquilo que ele já sabe, e neste processo a nova informação fixa-se em conceitos relevantes, que já existia na estrutura cognitiva de quem aprende, armazenando a informação no cérebro humano.

A escola recebe sujeitos com diferentes histórias de vida, que são únicas e que não podem de forma alguma ser encarados como pessoas que aprendem todas da mesma forma. O mundo é composto pela diversidade e ao entender estas diferenças é que o professor e a escola estarão cumprindo com sua função social.

Os educadores, muitas vezes, encontram dificuldades em criar laços com os seus educandos, e este é um fator essencial para que a aprendizagem ocorra, o professor não deve ser apenas um transmissor de conhecimentos para seus alunos, mas aquele que leva o aluno a compreender a realidade cultural, social e política, a fim de que se torne capaz de participar do processo de construção da sociedade.

Negrine (1997, p.4), em estudos realizados sobre aprendizagem e desenvolvimento infantil, afirma que: “[...] quando a criança chega à escola, traz consigo toda pré-história, construída a partir de suas vivências, grande parte delas através da atividade lúdica”.

Paulo Freire (2003, p. 141), ao comentar que ensinar é uma atividade social que exige do professor o gosto pelo fazer e amor aos seus educandos, declara:

E o que dizer, mas, sobretudo que esperar de mim, se, como professor, não me acho tomado por este outro saber, o de que preciso estar aberto ao gosto de querer bem, às vezes, à coragem de querer bem aos educandos e à própria prática educativa de que participo. Esta abertura ao querer bem não significa, na verdade, que, porque professor, me obrigo a querer bem a todos os alunos de maneira igual. Significa esta abertura ao querer bem a maneira que tenho de autenticamente selar o meu compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano. Na verdade, preciso descartar como falsa a separação radical entre *seriedade docente e afetividade*. Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e “cinzento” me ponha nas minhas relações com os alunos, no trato dos objetos cognoscíveis que devo ensinar. O que não posso permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade.

Estas palavras de Freire nos fazem refletir que para um processo de ensino aprendizagem, o desenvolvimento afetivo é básico e está claramente evidenciado que música na educação é estar aberto para esse sentimento, e pensar na sua prática pedagógica e no cotidiano escolar levando em conta os vínculos que os educadores devem ter com seus educandos, desta forma, a música é um importante instrumento pedagógico e de interação, haverá uma aprendizagem onde permitirá uma mudança de comportamento em decorrência das experiências vivenciadas.

A brincadeira musical na Educação Infantil tem basicamente de focar a escuta de músicas e diferenciação entre som e silêncio expressão corporal, as diversas alturas e intensidade do som, com isso, desenvolve o raciocínio, a criatividade e até a descoberta de novos sons. A musicalização, como recurso didático contribui na aprendizagem, ajudando na socialização das crianças, inclusive relaxando os alunos após atividades físicas.

Segundo Mársico (1982, p. 148) “[...] tarefas primordiais da escola é assegurar a igualdade de chances, para que toda criança possa ter acesso à música e possa educar-se musicalmente, qualquer que seja o ambiente sociocultural de que provenha”.

As atividades musicais através da vivência e compreensão da linguagem musical, propicia abertura de canais sensoriais, facilitado a expressão de emoções, tem objetivos profiláticos como físico (alívio de tensões), psíquico (estímulo musical e sonoro) e mental (desenvolve o sentido da ordem, harmonia, organização e

compreensão), e por decorrência amplia a cultura geral contribuindo para a formação integral do ser.

A relação estabelecida na sala de aula, de afetividade gera uma resposta do aluno ao professor, a dedicação do aluno à aula, e o professor sente-se motivado a olhar o aluno cada vez mais de forma carinhosa e afetiva e os grandes responsáveis por essa dedicação discente são os educadores que refletem sua prática e tem um olhar humanizado para seus alunos.

A escola deve fazer com que os alunos se sintam aceitos e capazes de realizar tarefas, levando-os a solucionar as dificuldades surgidas durante o processo de aprendizagem, levando-os ao crescimento, fazendo com que eles reflitam sobre suas falhas, reconheçam seus limites e tentem ultrapassá-los. Na concepção histórico-cultural de Vygotsky (2000, p. 66)

Propõe uma visão de homem como um sujeito social e interativo, sendo que a criança, inserida num grupo, constrói seu conhecimento com a ajuda do adulto e de seus pares. Dessa forma, considera que a aprendizagem ocorre a partir de um intenso processo de interação social, através do qual o indivíduo vai internalizando os instrumentos culturais, ou seja, as experiências vivenciadas com outras pessoas é que vão possibilitar a ressignificação individual do que foi internalizado.

O papel do educador e do educando passa a ter um significado essencial no processo de ensino-aprendizagem. Como sujeitos de diferentes experiências, mediam, interagem, na construção de novos conhecimentos e a criança vista antes como passiva, torna-se agente deste processo.

Toda proposta pedagógica é embasada em diversos teóricos que buscam explicar sobre um determinado tema e é função do educador refletir, interpretar ter o discernimento do que é adequado para seus educandos para colocar em prática, por que nenhuma teoria teria significado se ficasse só na teoria, pois teoria e prática devem caminhar juntas. Isso nem sempre é fácil, pois a prática pedagógica é também uma prática social, complexa e cheia de contradições.

No cotidiano escolar, entende-se que a música exerce forte influência no cognitivo, pois quando o educando sente-se respeitado, querido e amado pelo educador, sua aprendizagem será significativa. Temos que conhecer nossos alunos para entendermos suas particularidades, individualidades e seus conhecimentos prévios, para que se tenha no cotidiano um convívio harmonioso.

A música pode ser uma atividade divertida e que ajuda na construção do caráter, da consciência e da inteligência emocional do indivíduo, pois desenvolve a mente humana, promove o equilíbrio, proporciona um estado agradável de bem-estar, facilita a concentração e o desenvolvimento do raciocínio, sendo também um agente cultural que contribui efetivamente na construção da identidade do cidadão. Pode até mesmo transformar conceitos espontâneos em conceitos científicos. (MOREIRA; SANTOS, 2014, p. 42)

O educador não é dono do saber e deve estar disposto a mudar e a refletir em novas práticas e teorias para aplicá-las em sala de aula, levando em conta os sujeitos do processo de ensino aprendizagem que são os educandos.

Através da música a criança assimila o que ela experimenta, no brincar com os colegas de sala de aula que ela, muitas vezes, sem a interferência de adultos, vai poder vivenciar como ser amigo, como fazer conexões sociais e como resolver conflitos e problemas que encontra no seu dia a dia.

A música como um Recurso Didático na Produção do Conhecimento tem trazido efeitos positivos e promete ainda mais contando com a disposição dos educadores e das unidades escolares. (FELIX; SANTANA; OLIVEIRA JUNIOR, 2014, p. 28).

Na escola, a música pode ser usada como ferramenta para o desenvolvimento integral da criança. O educador pode trabalhar com ela em todas as áreas da educação, beneficiando com isso a linguagem motora, o raciocínio, a memorização e a atenção. O simples ato de cantar proporcionará isso à criança.

O trabalho com música deve considerar que ela é um meio de expressão e forma de conhecimento acessível aos bebês e crianças, inclusive aqueles que apresentam necessidades especiais. A linguagem musical é um excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e auto-conhecimento, além de poderoso meio de integração social. (BRASIL, 1998, p.49)

É aconselhável que o educador da Educação Infantil abra espaço para que a música permeie constantemente o cotidiano da sala de aula e que, a princípio, seja apresentada através de dramatizações, brincadeiras e brinquedos cantados, motivando a criança a participar. Todo trabalho na Educação Infantil deve buscar a brincadeira musical, aproveitando a identificação natural da criança com a música (BRITO, 2003).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde cedo, a criança precisa ser estimulada para seu desenvolvimento, pois é na infância que ocorrem as mudanças mais significativas do desenvolvimento como: andar, falar, socializar-se, etc.

A música é um recurso muito rico e deve ser utilizado pelos professores sempre que possível ou necessário, pois ela estimula vários tipos de aprendizagens de forma prazerosa e descontraída.

A música, sem dúvida nenhuma, alegre, diverte e contribui para o desenvolvimento integral da criança, pois além de desenvolver a linguagem, a expressão, o equilíbrio, a autoestima, o autoconhecimento, a criatividade é um importante meio de integração social. Uma criança que tem a música como um agente motivador de aprendizagem é mais harmoniosa em seus movimentos e equilibrada em suas emoções e ações.

Ouvir música, cantar, brincar de roda são atividades que estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical.

De acordo com a pesquisa realizada, pode-se dizer que a música deve ser utilizada, pois ela desenvolve diferentes aspectos da criança e deixa as aulas mais alegres. Além disso, as músicas se fazem presentes no dia a dia dos alunos, seja nos momentos tristes ou alegres, assim, a música também deve fazer parte da vida do aluno na escola.

Sendo assim, conclui-se que cabe ao professor abrir espaço na sala de aula para que a música permeie constantemente o cotidiano do aluno, seja cantando ou na escuta de diversos gêneros musicais, recitando um poema, uma quadrinha, entre outros. O importante é que ela não seja esquecida, deixada para um segundo plano, pois apresenta nítida função pedagógica que contribui para o desenvolvimento integral dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. vol. 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. **Educação musical: bases psicológicas e ação preventiva.** São Paulo: Átomo, 2003.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil.** São Paulo: Petrópolis, 2003.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude.** Belo Horizonte: UFMG, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente.** 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LIMA, Elvira Souza. **Currículo, cultura e conhecimento.** São Paulo: Sobradinho 107, 2005.

FELIX, Geisa Ferreira Ribeiro; SANTANA, Hélio Renato Góes; OLIVEIRA JÚNIOR, Wilson. A música como recurso didático na construção do conhecimento. **Cairu em Revista.** jul./ago. 2014, Ano 03, n. 04, p. 17-28.

MÁRSICO, Leda Osório. **A criança e a música: um estudo de como se processa o desenvolvimento musical da criança.** Rio de Janeiro: Globo, 1982.

MOREIRA, Ana Cláudia; SANTOS, Halinna. Música na sala de aula: a música como recurso didático. **UNISANTA Humanitas**, vol. 3, n. 1, p. 41-61, 2014.

NEGRINE, Airton. Aprendizagem e desenvolvimento infantil a partir da perspectiva lúdica. **Revista Perfil**, ESEF/UFRGS, v. I n. 01, p. 04-12, 1997.

RAMIN, Célia Souza de A. *et al.* **A música como elemento facilitador na interação docente-aluno.** Docentes do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, 2002. Disponível em: www.proceedings.scielo.br. Acessado em: 24 nov. 2014.

PIMENTA, Stéfany Bruna Brito; CALDAS, Rafaela Sousa. Estudo introdutório sobre desenvolvimento da percepção infantil em Vigotski. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 7 (2), jul/dez, 2014, 179-187.

SARTORI, Francieli Sander. **Desenvolvimento das funções psicológicas superiores de crianças em situações de interação: um estudo exploratório em turmas de pré-escola.** 2016. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2016.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** Tradução José Cipiolla Neto e Solange Castro Afeche. 4. ed. São: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ZAMPRONHA, Maria de Lourdes Sekeff. **Da música, seus usos e recursos**. São Paulo: UNESP, 2002.

TAFNER, Elizabeth Penzlien; SILVA, Everaldo da. **Metodologia do trabalho acadêmico**. Indaial: UNIASSELVI, 2007.

ADAPTAÇÕES DE PEQUENO PORTE NAS SÉRIES INICIAIS PARA ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Adriana dos Santos Silveira¹

Luciane Leal Buss Ramos²

Resumo: Este estudo tem por finalidade demonstrar a importância de adaptações de pequeno porte em crianças com deficiência intelectual, promovendo formas diferenciadas de ensinar, integrando-os no meio estudantil, sociedade e proporcionando-lhes autonomia para realizarem suas próprias atividades diárias. Esperamos contribuir de uma melhor forma com o corpo docente das escolas, mostrando-lhes o papel da escola como articulador no crescimento do aluno, bem como profissionais capacitados e sua formação contínua. Buscamos aplicar a metodologia qualitativa e exploratória com pesquisa bibliográfica, contemplando sobre os escritos por meio de leituras em livros, artigos e pesquisas na internet, bem como ouvir relatos de professores, pais e educandos essencialmente durante os períodos de estágio, visando refletir sobre as opiniões e vivências. Sendo assim, conclui-se que o ato de ensinar uma criança com deficiência intelectual é bastante desafiador, pois necessita perceber a forma com que o aluno consiga entender a mensagem do que está sendo ensinado e procurar trabalhar da forma mais didática possível para que o mesmo consiga aprender de uma forma mais prazerosa.

Palavras-chave: Deficiência. Adaptações. Inclusão. Escola. Professor.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva simboliza modificações profunda para crianças com deficiência, sendo o público-alvo da Educação Especial na qual possuíram a ter o direito reconhecido e a oportunidade de frequentar as escolas de ensino regular trazendo uma nova realidade, com diversos desafios para todos os profissionais no ambiente escolar.

O objetivo de vencer esses desafios necessitou de diversos investimentos em muitos aspectos, dentre eles a formação dos professores e a busca de alternativas para viabilizar o processo de inclusão. Uma possibilidade é a formação de professores inicial e contínua, com fundamentação teórica e prática, para a realização de adaptação curricular necessária para as particularidades do aluno.

¹ Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

² Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Anos Iniciais com Inclusão da Educação Especial - Faculdade FUCAP.

A expectativa é promover uma formação que possibilite aos professores e pedagogos a reflexão e a busca de alternativas referentes às adaptações curriculares, reduzindo as inseguranças dos mesmos para trabalharem de forma inclusiva com os alunos.

Este trabalho tem como objetivo geral demonstrar a importância de adaptações de pequeno porte nas séries iniciais e o papel do educador especializado e sua formação contínua para proporcionar a melhor forma didática adaptada para o aluno com deficiência intelectual.

O segundo capítulo aborda o procedimento metodológico sobre a temática, por meios de fontes bibliográficas seja por meio de livros, artigos científicos. Em seguida, o terceiro destaca o desenvolvimento do trabalho bem como a explicativa das adaptações de pequeno porte a sua relevância para as séries iniciais, o papel do educador e sua formação contínua para disponibilizar atividades diversificadas para contribuir o processo de ensino-aprendizagem do aluno.

No quarto capítulo, expõe-se análise e discussões dos dados mostrando a sua importância e a formação contínua de novas metodologias de aplicar o conteúdo, o método essencial que o professor deve realizar é estimular e fazer com que o aluno com necessidade especial sinta-se capaz de realizar as tarefas diárias bem como conviver em meio social.

Por fim, as considerações finais acerca da temática abordada, portanto, este trabalho apresenta-se com o intuito de promover novos conhecimentos sobre a inclusão social nas séries iniciais do período escolar, bem como analisando a importância do papel do professor nesse processo de ensino-aprendizagem e a escola proporcionar estrutura adequada para atender qualquer deficiência.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme o processo de pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, utilizamos a leitura e reflexão sobre diversos textos, artigos e livros em comparação com as observações e vivências oportunizadas durante os períodos de estágio.

Mostramos neste trabalho um pouco sobre nossas análises e pensamentos sobre as adaptações de pequeno porte nas séries iniciais para crianças com deficiência intelectual, valorizando a prática educativa comprometida e criativa.

Distinguindo sobre a opinião de diversos autores, descrevemos citações importantes que nos levaram a compreensão do tema de estudo sob o olhar de estudiosos e pesquisadores fundamentais na educação, também nos reportamos e fortalecemos nossas aprendizagens sobre o assunto nos novos documentos e instrumentos norteadores da educação na atualidade, principalmente na Base Nacional Comum Curricular.

Segundo Gil (apud MULLER 2013, p. 98), “O desenvolvimento de uma pesquisa exploratória ocorre com o objetivo de ampliar os conhecimentos proporcionando uma visão aproximada, geral sobre o tema abordado.”

Deste modo, este estudo contribui para uma maior compreensão sobre a inclusão e adaptações de pequeno porte.

3 ADAPTAÇÕES DE PEQUENO PORTE NAS SÉRIES INICIAIS PARA ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A trajetória histórica da inclusão de crianças com deficiência intelectual esteve cercada de muitos obstáculos e o ato de inclusão foi inserido de forma muito lenta no sistema educacional, atualmente é estimulada uma nova perspectiva em relação aos sistemas inclusivos, de modo que esse processo busca por alternativas diversificadas para efetivá-lo.

Não se trata de uma simples inserção de alunos com NEE nos sistemas regulares de ensino, mas sim, de uma reestruturação em relação à cultura, a prática e as políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade de alunos. (VIOTO; VITALIANO, 2012, p.4).

Segundo o autor, a inserção de alunos com necessidades especiais resulta em modificações na cultura, ou seja, os demais alunos do ensino regular vão ter o ensinamento que a escola é direito de todos e qualquer criança pode frequentar independentemente do tipo de deficiência, sendo que a escola terá o compromisso de atender todas as particularidades do aluno, por meio de adaptações de pequeno porte e professores capacitados.

Para os alunos com deficiência intelectual, suas limitações estão relacionadas ao raciocínio, resolução de problemas, aprendizagem, comportamento no cotidiano e interação social. Segundo Mantoan e Batista (2007), o aluno com deficiência

intelectual é um desafio para a escola do ensino regular em seu objetivo de ensinar, de modo que exige modificações na forma de aplicar o conteúdo para obter resultados positivos na construção do conhecimento.

O aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola preconiza. Na verdade, não corresponder ao esperado pela escola pode acontecer com todo e qualquer aluno, mas os alunos com deficiência mental denunciam a impossibilidade de a escola atingir esse objetivo, de forma tácita (MANTOAN; BATISTA, 2007, p. 16).

Ainda assim, para as autoras, a deficiência intelectual apresenta obstáculos maiores que as demais deficiências, sendo assim na deficiência intelectual as barreiras estão relacionadas com o saber de modo geral, fato dominante na formação do conhecimento escolar. Conforme Honora e Frizanco (2008), possui uma ampla variação de capacidades e dificuldades dos alunos com deficiência intelectual, podendo ser dividida em quatro áreas:

1. Área motora: apresenta alterações na motricidade fina, nos casos mais severos, pode-se perceber incapacidades motoras mais acentuadas, sendo dificuldades de coordenação e manipulação.
2. Área cognitiva: apresenta dificuldade na aprendizagem de conceitos abstratos, em manter-se atento e conseguir foco, na capacidade de memorização e resolução de problemas, podem atingir os mesmos objetivos escolares dos demais alunos, porém em alguns casos, de forma mais lenta.
3. Área da comunicação: em alguns alunos é encontrada dificuldade de comunicação, resultando em maiores dificuldades em seu diálogo e suas relações.
4. Área socioeducacional: ocorre um desequilíbrio entre a idade mental e a idade cronológica, de modo que para derrubar este obstáculo, o essencial é promover a interação social com alunos da mesma idade cronológica integrando o aluno para participar das mesmas atividades, aprendendo os comportamentos, valores e atitudes conforme a sua faixa etária. Caso o aluno ser inserido em uma turma que tenha sua “idade mental”, ao invés de contribuir para seu desenvolvimento, irá infantiliza-lo, o que dificulta seu desenvolvimento psíquico-social. (HONORA; FRIZANCO, 2008).

As dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos com deficiência podem revelar-se de diferentes formas, sendo:

[...] desde situações transitórias, que podem ser passíveis de intervenção pedagógica por meio do desenvolvimento das estratégias metodológicas utilizadas cotidianamente, até situações mais graves e permanentes, que requerem a utilização de recursos e serviços especializados para sua superação. [...] além de estratégias diversificadas que requerem respostas educacionais adequadas, envolvendo adaptação ou flexibilização curricular, que pode configurar variadas modificações nas práticas pedagógicas, visando a facilitar a aprendizagem e a participação dos alunos que apresentam dificuldades em seu processo de escolarização. (HEREDERO, 2010, p. 196-197).

Portanto, não existe um modelo pronto a ser aplicado, de modo que cada aluno possui suas habilidades e particularidades, o educando tem que realizar adaptações curriculares ao seu estilo de aprendizagem, por meio de atividades diferenciadas e analisar se a forma de aplicar o conteúdo está sendo eficaz.

A adaptação curricular para os alunos com deficiência está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), e em alguns materiais e documentos expedidos pelos órgãos governamentais, dentre eles: os Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares – Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 1998) e o Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidade especiais (BRASIL, 2000).

De acordo com Carvalho (2014), as adaptações curriculares são ajustes necessários nos objetivos, conteúdos, metodologias de ensino e nas práticas de avaliação da aprendizagem com o intuito de proporcionar igualdade na sua forma de construção de conhecimentos. Trata-se de tornar o currículo mais flexível e maleável sendo que os conteúdos sofrerão “alterações quanto ao momento em que serão mediados, indo ao encontro do nível de desenvolvimento, dos interesses, dos tipos de inteligências e de outras diferenças” (GOIÁS, 2010, p. 20).

Correia (2016), aponta um novo termo e definição: a acessibilidade curricular, para esse autor, as adaptações não potencializavam o acesso ao conhecimento pelos alunos.

A acessibilidade ao currículo, como proposta por este estudo, dispensa essas duas estratégias – mudança de objetivos e de critérios - ao colocar a ênfase no acompanhamento dos percursos individuais de todos os alunos.

O aluno só é comparado consigo mesmo. Entende-se que a avaliação formativa, a organização por ciclos de aprendizagem, a progressão continuada e outras formas de organização precisam estar combinadas com uma metodologia que se traduza em acessibilidade ao currículo e instrumentos/estratégias/artefatos para acompanhamento do percurso formativo de cada aluno [...]. Em síntese, o que se defende como — acessibilidade ao currículo se afasta da ideia de simplificação, de redução, e se aproxima da ideia de — apoio, de tornar possível a efetiva participação no processo coletivo de vivência do currículo (CORREIA, 2016, p. 153-155).

Segundo o autor, acessibilidade ao currículo é um diferencial e modifica todas as concepções anteriores, pois demonstra a relevância do acesso e da vivência do currículo por parte do aluno, tendo como objetivo não reduzir conteúdos e mudanças dos objetivos de ensino.

Adaptar e flexibilizar o currículo escolar não possui a mesma finalidade, de modo que as adaptações curriculares são compreendidas como modelo de intervenção individualizada, e o conceito de flexibilização curricular relaciona-se a dois princípios constituintes das políticas educacionais: “I. a defesa de que os currículos sejam adaptados aos estudantes e suas necessidades de aprendizagem; e II. a defesa da necessidade de flexibilizar a organização e funcionamento da escola para atender à demanda diversificada dos estudantes” (GARCIA, 2008, p. 16).

Flexibilizar, adaptar, adequar, diferenciar ou diversificar ou qualquer outro termo que venha ser acrescentado na intenção de acessar caminhos para que o aluno com deficiência obtenha êxito ao ser incluído na escola regular quer nas estratégias, nos métodos, nos recursos, nas formas e quer ainda nos instrumentos de avaliação não pode significar simplificação do currículo, mas garantia que as necessidades, desse aluno, sejam atendidas em nível de igualdade com os demais companheiros da sala de aula (LOPES, 2010, p. 45).

Assim sendo, não importa os nomes que têm sido tratadas as adaptações, o que é relevante é se essas estratégias estão sendo mecanismos positivos que levem ao acesso do conhecimento para todos os alunos, inclusive os com deficiência intelectual, possibilitando desde a mais tenra idade que esse aluno aproprie de hábitos que colaborem para sua autonomia e conhecimentos culturalmente acumulados pela humanidade. Este é um dos caminhos para o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos.

De acordo com Cenci e Damiani (2013, p. 715), a adaptação curricular é uma definição bastante ampla, porém nos Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares, há alguns tipos para marcar os níveis de classificação.

(...) são classificados níveis de adaptação curricular: adaptações no nível do projeto pedagógico, adaptações relativas ao currículo da classe, adaptações individualizadas do currículo, adaptações de acesso ao currículo e adaptações nos elementos curriculares. (...) o mesmo documento prevê ainda dois tipos de adaptação: adaptações não-significativas do currículo e adaptações curriculares significativas (CENCI & DAMIANI. 2013, p. 715).

Compreende-se que as adaptações curriculares são como medidas pedagógicas adotadas em diversos domínios, seja ele no nível de projeto pedagógico na escola, da sala de aula e das atividades. Além do mais, adotam o conceito proposto pelo MEC (BRASIL,1998), nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos (BRASIL, 1998, p. 33).

Segundo Fonseca (2011), a falta de clareza sobre os conceitos dos diversos termos ocasionou a mudança da nomenclatura. Nesse sentido, identificamos uma demarcação conceitual feita por essa autora sobre três termos citados - flexibilização, adequação e adaptação - e que nos ajuda a compreender as diferenças e semelhanças entre eles. A autora cita as seguintes definições:

Flexibilização - Programação das atividades elaboradas para sala de aula diz respeito a mudanças de estratégias em âmbito das práticas pedagógicas que não consideram mudanças no planejamento curricular de ensino. - Adequação - Atividades individualizadas que permitam o acesso ao currículo que focalizam a atuação do professor na avaliação e no atendimento às necessidades acadêmicas de cada aluno – dizem respeito a adequações ao planejamento curricular de ensino, considerando a necessidade de determinados alunos, prevendo mudanças em objetivos, conteúdos, recursos e práticas pedagógicas. - Adaptação - Focaliza, sobretudo, a organização escolar e os serviços de apoio, propiciando condições estruturais que possam ocorrer no planejamento curricular da sala de aula atendendo às diferenças individuais – diz respeito à mudança do próprio planejamento curricular, propondo um currículo alterado para determinado aluno, que poderá se beneficiar de um modelo de planejamento diferente do trabalhado com os demais alunos (FONSECA, 2011, p. 136).

A partir da diferenciação das três nomenclaturas é possível realizarmos a articulação dos três conceitos e delimitar os significados que têm sido adotados pelos pesquisadores sobre adaptação curricular e terminologias semelhantes. De acordo com Capellini (2018) afirma que o currículo adaptado baseado no currículo comum é

consequência de ações de flexibilização e adequação curricular e precisa atender as necessidades específicas de cada aluno, bem como conservar os componentes curriculares e seus conteúdos, sendo portando constituído de modalidades de ajustes. Dessa forma, “a adaptação é pautada nas tentativas de ações de adequação e flexibilização do currículo, que a escola ou os professores fazem para que os alunos tenham acesso ao currículo comum” (CAPELLINI, 2018, p. 138).

Cabe à escola fazer uma análise dessas demarcações conceituais, bem como o chão da escola, ou seja, os educandos e sua realidade, para optar por uma ou mais modalidades de ajustes em que realizará as modificações para organizar as práticas pedagógicas que irão contribuir para um melhor acesso ao currículo e aprendizagem das crianças que tem deficiência intelectual. Quanto ao conceito de adaptações curriculares, conceituaremos o termo adaptações curriculares utilizando elementos da perspectiva histórico-cultural.

As adaptações curriculares são respostas às necessidades de aprendizagem dos alunos, expressadas com estratégias educacionais que o professor desenvolve, ao ajustar ou modificar elementos do currículo. Estes nos permitem mover, da zona de desenvolvimento atual para a zona de desenvolvimento proximal, especialmente na preparação do aluno para alcançar novos conhecimentos, adquirir novas habilidades e habilidades, que estimulam o desenvolvimento de suas personalidades (NÚÑEZ & ROMERO, 2012, p. 51).

Portanto este ponto de vista teórico compreende-se que as adaptações como estratégias educacionais que move o aluno a sempre avançar a aprendizagem, a partir dos conceitos de zona de desenvolvimento real e zona de desenvolvimento proximal.

Máxima oportunidade de formação possível no contexto de sua escola, assim como dar uma resposta, através do princípio de atenção à diversidade, às necessidades que manifestam em seu processo educativo (HEREDERO, 2010, p. 198).

Nessa perspectiva, as adaptações constituem um dos vários instrumentos de mediação que possibilitam o aluno com deficiência intelectual a apropriação do conhecimento sistematizado, assim como um meio que favorece o desenvolvimento integral das capacidades cognitivas, psicológicas, sociais e comportamentais.

Para continuarmos pensando a respeito das nomeações e a trajetória das adaptações curriculares, seguiremos na próxima subseção a análise de algumas

normativas e orientações da política de educação especial brasileira e como elas tratam esse tema atualmente.

Portanto, o propósito da educação é igualitário, ou seja, deve ser a mesma para todos, promovendo oportunidades, inserção na sociedade e as adaptações nas propostas curriculares. De acordo com o Projeto Escola Viva as Adaptações de Pequeno Porte podem ser compreendidas como:

[...] modificações promovidas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular, juntamente com seus parceiros coetâneos. São denominadas de Pequeno Porte (Não Significativas) porque sua implementação encontra-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusivos do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa e/ou técnica. Elas podem ser implementadas em várias áreas e momentos da atuação do professor: na promoção do acesso ao currículo, nos objetivos de ensino, no conteúdo ensinado, no método de ensino, no processo de avaliação, na temporalidade. (PROJETO ESCOLA VIVA, 2000, p.8).

Contudo, a adaptação curricular, de modo geral, para as autoras Mantoan; Batista (2007), relatam sobre a diferença entre diversificação de atividades e ensino diverso.

O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não ministra um „ensino diversificado “e para alguns. Ele prepara atividades diversas para seus alunos (com e sem deficiência mental) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. Essas atividades não são graduadas para atender a níveis diferentes de compreensão e estão disponíveis na sala de aula para que os alunos as escolham livremente, de acordo com seus interesses (MANTOAN; BATISTA, 2007, p. 17-18).

Conforme essa perspectiva, o auxílio ao professor do ensino comum para a realização da adaptação curricular pode passar pela colaboração dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE). O trabalho colaborativo, entre professor do ensino comum e especializado, no contexto escolar tem sido uma estratégia recomendada para solucionar problemas relativos ao processo de ensino- aprendizagem, bem como para promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos educadores envolvidos. (MENDES; MALHEIRO, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as informações expostas nesse estudo verifica-se importância das adaptações de pequeno porte nas séries iniciais e a inclusão dos alunos com deficiência intelectual no ensino regular, pois praticar esse processo educativo no ambiente inclusivo, é necessário qualificação e comprometimento do educador, sendo que isso exige a busca pelo aprendizado constante visando o crescimento intelectual e aprendendo novas metodologias que possa contribuir significativamente com o processo pedagógico respeitando as singularidades dos educandos com competência e sensibilidade. Sendo assim, colaborando para a superação das barreiras que impedem ou dificultam o processo educativo e o movimento de inclusão.

Analisando os textos do levantamento bibliográfico de diversos autores e toda pesquisa feita e experiências vivenciadas em estágios, concluímos que o movimento da inclusão ainda é um grande desafio, por mais que é um assunto muito discutido entre mídia e nas próprias escolas, ainda assim muitos educadores veem e tratam um aluno com deficiência com muito preconceito e desprezo e o intuito de promover uma prática pedagógica inclusiva é valorizar as particularidades de cada aluno em seu processo de ensino aprendizagem, averiguando as suas capacidades intelectuais, afetivas, emocionais, sociais e cognitivas.

A dificuldade de aprendizagem para o aluno com deficiência é muito grande, por essa razão é necessário que o seu segundo professor seja qualificado e esteja disposto a trabalhar com atividades diferenciadas, bem como aplicar uma metodologia de ensino diferente a cada assunto a ser tratado, analisar com qual ferramenta o aluno vai absorver melhor o assunto abordado. Portanto o aluno possuidor desta deficiência requer um cuidado com a forma de aplicar o conteúdo, pois eles conseguem aprender tudo, não devem ser tratados como alunos que frequentam a escola só para pintar e brincar pois não conseguem aprender.

Este tipo de visão é frequente por pessoas preconceituosas, pois todo ser humano é diferente do outro e tem que ser tratado de forma igual indiferente se possui alguma limitação ou deficiência e em um ambiente escolar este tipo de visão tem que ser modificado para que os alunos futuros profissionais abracem a inclusão e esteja presente em seu dia-a-dia.

Deste modo, entendemos que ainda há muito o que ser trabalhado, sendo uma etapa desafiadora e muitos obstáculos porém com muita determinação o papel de educador irá transformar a visão dos pequenos alunos que todos as pessoas merecem respeito, igualdade e sem preconceito, buscando uma sociedade mais humana e igualitária respeitando às diferenças, concretizar os objetivos educacionais e realizando o que tanto sonhamos enquanto futuros pedagogos.

REFERÊNCIAS

BATISTA, C.A.M.; MANTOAN, M.T.E. Atendimento educacional especializado em deficiência mental. *In* Gomes, A. L. L. *et al.* **Atendimento educacional especializado em deficiência mental**. Brasília: SEESP / SEED / MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aeedm.pdf>. Acesso em: 28/02/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares**. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

CAPELLINI, V. L. M. Infância e inclusão escolar de crianças com necessidades especiais. *In*: VICTOR, Sônia Lopes; DRAGO, Rogério; CHICON, José Francisco. **Educação Especial e educação inclusiva**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2011. p. 128-151.

CAPELLINI, V. L. M. **Adaptações curriculares na inclusão escolar: contrastes e semelhanças entre dois países**. Curitiba: Appris, 2018.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: e reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. p. 99-123.

CENCI, A.; DAMIANI, M. F. Adaptação curricular e o papel dos conceitos científicos sobre o desenvolvimento de pessoas com necessidades especiais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 47, p. 713-726, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 1 mar. 2020.

CORREIA, Gilvane Belém. **Deficiência, conhecimento e aprendizagem: uma análise relativa à produção acadêmica sobre educação especial e currículo**. 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande

do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/147927>. Acesso em: 1 mar. 2020.

FONSECA, K. A. **Análise de adequações curriculares no ensino fundamental: subsídios para programas de pesquisa colaborativa na formação de professores.** 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97506/fonseca_ka_me_bauru.pdf?sequence=1. Acesso em 5 mar. 2020.

GARCIA, R. M. C. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. **Revista Bras. Ed. Especial**, Marília, v. 12, n. 3, p. 299-316, set./dez. 2006.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**, n. 1, 2005, MEC/ SEESP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

GOIÁS, Secretaria da Educação/Coordenação de Ensino Especial. **Diálogo sobre avaliação e currículo para a diversidade.** Caderno 3. Organizado por Lorena Resende Carvalho e Sebastião Donizete de Carvalho. 2010.

GOIÁS, Secretaria da Educação/Coordenação de Ensino Especial. **Projeto sociedade goiana de inclusão.** Caderno 6. Organizado por Lívia Maria Rosa e Sebastião Donizete de Carvalho, 2010.

HEREDERO, E. S. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em: Acesso em: 1 mar. 2018.

HONORA M. & FRIZANCO M. L., **Esclarecendo as deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.


LOPES, E. **Adequação curricular: um caminho para a inclusão do aluno com deficiência intelectual.** 2010. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2010/2010%20-%20LOPES,%20Esther.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2020.

MALHEIRO, C. A. L.; MENDES, E. G. Sala de recursos multifuncionais: é possível um serviço “tamanho único” de atendimento educacional especializado? *In*: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012.

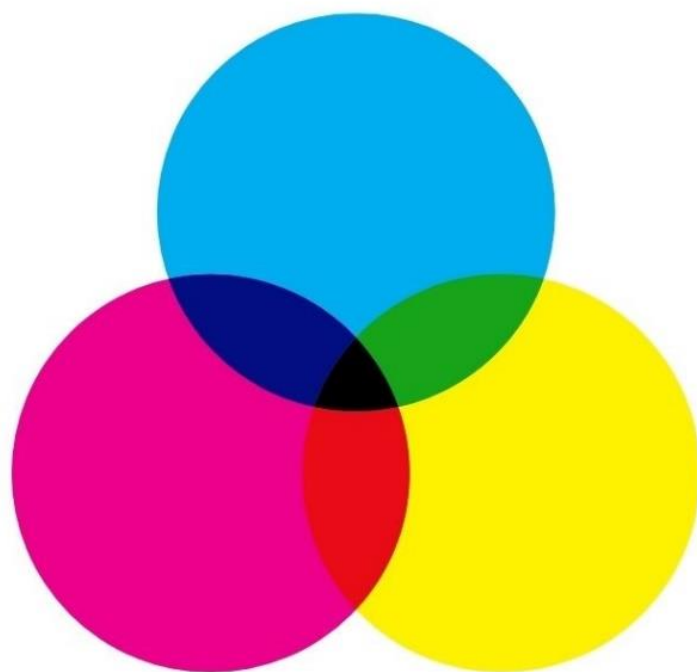
MULLER, A. J. *et al.* **Metodologia científica.** Indaial: UNIASSELVI, 2013, 206p. NÚÑEZ, K. N. ROMERO, V. R. **Conpendio de trabajos posgrado.** Cuba, ed. Pueblo y Educación, 2012.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, n. 33, Curitiba, 2009.

VIOTO, J. R. B.; VITALIANO, C. R. O papel da gestão pedagógica frente ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. *In*: IX Seminário de Pesquisa em Educação na Região SUL, Anped Sul, 2012, p.1- 17. Caxias do Sul. **Anais ... Caxias do Sul**: Universidade de Caxias do Sul, 2012.



**ARTIGOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICA INTERDISCIPLINAR
NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS COM INCLUSÃO
DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA FACULDADE CAPIVARI,
SOB ORIENTAÇÃO DA
PROFA. M.A. ROSANE LEMOS BARRETO CUSTÓDIO.**



ISBN 978-68-87169-10-1



9786887169101